



**FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA TRICORDIANA DE EDUCAÇÃO**  
*Decretos Estaduais n.º 9.843/66 e n.º 16.719/74 e Parecer CEE/MG n.º 99/93*  
**UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE DE TRÊS CORAÇÕES/MG**  
*Recredenciamento e-MEC 200901929*  
*Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão*

**MARCOS FLÁVIO RIBEIRO MENDES**

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
EM PORTAIS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO SUPERIOR  
SOB O “OLHAR” DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)**

**TRÊS CORAÇÕES  
2013**

**MARCOS FLÁVIO RIBEIRO MENDES**

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
EM PORTAIS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO SUPERIOR  
SOB O “OLHAR” DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso – da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.  
Área de concentração: Estudos Linguísticos.

**Orientadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Assunção Aparecida Laia  
Cristóvão.

**Três Corações  
2013**

A todos que acreditaram e  
nunca me faltaram com incentivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Bezita e Alaor, que, fisicamente, já não podem compartilhar comigo esse momento de felicidade, mas que moldaram meu caráter e jamais deixaram de estimular minha busca de conhecimento e de formação ética.

A minha família, que sempre me ensinou a aprender para ensinar; também nunca deixando de me incentivar na continuidade dos estudos. Faz-se respeitoso e cortês salientar o grande auxílio dos primos Alessandra e Gil, sem o qual esse mestrado seria muito mais difícil.

A todos os professores e amigos que contribuíram para a minha formação profissional e humana.

A UNINCOR, representada pelos professores doutores da Universidade Vale do Rio Verde: Prof. Paulo, Prof. Gil Roberto, Prof. Zé Geraldo, Prof.<sup>a</sup> Ana, Prof.<sup>a</sup> Ana Claudia Romano, Prof.<sup>a</sup> Ana Claudia Silva, Prof.<sup>a</sup> Cilene, Prof.<sup>a</sup> Sueli, Prof.<sup>a</sup> Lilian, Prof. Luciano, Prof.<sup>a</sup> Tida, Prof.<sup>a</sup> Eliane Ruiz (1.<sup>a</sup> orientadora), e a Prof.<sup>a</sup> Assunção Cristóvão (minha atual orientadora, que me deu suporte didático-acadêmico e solidariedade espiritual em momentos tristes nesse último ano do mestrado) – todos meus amigos – meus sinceros agradecimentos.

A minha amada esposa, Eveline, que sempre esteve ao meu lado nos momentos de desânimo e tristeza; companheira que me energizava em todas as ocasiões de desalentos. Minha eterna gratidão a essa “fonte” valiosa que me nutre de entusiasmo e de positividade; e que ainda me abastece com seu amor.

Enfim, agradeço a Deus, pela oportunidade de ter aprendido saberes linguístico-pedagógicos e apreendido a proficiência necessária para ensinar a língua(gem) – meio de comunicação necessária na construção de um mundo melhor.

*“Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Enquanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
São muitas, eu pouco”.*  
*Carlos Drummond de Andrade,*  
***O Lutador***

## RESUMO

Este trabalho investigou a respeito da influência do ideário neoliberal na política da educação superior no Brasil, respectivamente ao ensino na modalidade a distância (EaD). A pesquisa tomou como objeto de análise os discursos de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do Estado de Minas Gerais, veiculados nos *sites* respectivos – portal para o acesso de usuários-leitores ao conhecimento da EaD e da instituição mantenedora. Fundamentado em pressupostos teóricos da linha francesa da Análise do Discurso, esta pesquisa objetivou revelar a influência do neoliberalismo na esfera da educação superior, concernente à modalidade de ensino a distância (EaD), captando vestígios do ideário capitalista neoliberal no texto disposto em páginas virtuais de *site* institucional das IES credenciadas para a EaD. E ancorado na premissa bakhtiniana de que todo signo é ideológico por excelência, procurou-se demonstrar as marcas do interesse neoliberal no domínio da educação superior, que, de direito social, passa a ser compreendida como um produto de mercado – uma mercadoria. Nessa incumbência, as orientações pecheutianas foram indispensáveis para alcançar o resultado, e, conseqüentemente, por meio do dispositivo teórico das condições de produção, encontrou-se o efeito de sentido que positiva a influência do ideário neoliberal nos discursos das IES que ofertam a graduação por meio de EaD. Para tal investigação, selecionou-se sete textos de diferentes universidades mineiras, aleatoriamente, mas todas bem conceituadas na esfera da educação superior com credenciamento para cursos de graduação na modalidade de EaD, portanto, uma escolha qualitativa. Nos *corpora* deste trabalho, foram encontrados discursos preconizadores da EaD, enfatizando a qualidade, a adequação às demandas do mercado, a competitividade e a contínua qualificação profissional – e tudo isso é traço inerente do neoliberalismo. Assim, a Análise do Discurso mostra-se uma ciência fundamental para a pesquisa científica da língua(gem), uma vez que investiga a palavra contaminada por ideologias, refletida e refratada na história, e que transforma a sociedade.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Neoliberalismo; Educação a Distância; Gêneros.

## ***ABSTRACT***

This study investigated about the influence of neoliberal politics of higher education in Brazil, respectively education in distance learning (DE). The research took as its object of study the speeches of Higher Education Institutions (HEIs), public and private state of Minas Gerais, served on relevant sites, for access to user-readers knowledge of DE and supporting institution. Based on the theoretical line of French Discourse Analysis, this study aimed to reveal the influence of neoliberalism in the sphere of higher education, concerning the mode of distance learning (DE), capturing traces of neoliberal capitalist ideology in the text arranged in virtual pages of institutional site of HEIs accredited for DE. And anchored on the bakhtinian premise that every sign is ideological par excellence, aimed to show the marks of neoliberal interests in the field of higher education, that of social law is marketable product - a commodity. In this task, the guidelines pecheutians were indispensable to achieve the result, and consequently, through theoretical device production conditions, found the effect of meaning that the positive influence of neoliberalism ideas in the speeches of HEIs that offer the graduation by DE. The speeches of DE advocates emphasize the quality, suitability to market demands, competitiveness and continuous professional qualification - all this is inherent trait of neoliberalism - and were found in the *corpus* of this research. Thus, the Discourse Analysis shows a fundamental science for search's language, since the word investigates tainted by ideology, reflected and refracted in the story, transforming the society.

Keywords: Discourse Analysis; Neoliberalism; Distance Education; Genres.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA TRILHA DO NEOLIBERALISMO</b> .....	11
<b>2 A ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	28
2.1 APRESENTAÇÃO À AD FRANCESA .....	28
2.2 OS TERRITÓRIOS E O CONTEXTO DA AD .....	32
2.3 O EXTRALINGUÍSTICO E O SIGNIFICANTE .....	47
<b>3 O GÊNERO TEXTUAL DISCURSIVO <i>SITE</i> INSTITUCIONAL DE EAD</b> .....	49
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DO GÊNERO <i>SITE</i> INSTITUCIONAL .....	49
3.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS DOS GÊNEROS DISCURSIVOS SOB A VISÃO SOCIOINTERACIONISTA .....	50
3.3 CONDIÇÕES INTRÍNSECAS DO GÊNERO <i>SITE</i> INSTITUCIONAL DE EAD .....	55
3.4 GÊNERO <i>SITE</i> INSTITUCIONAL DE EAD E AS MARCAS DO TEXTO PUBLICITÁRIO .....	61
3.5 REMATES SOBRE O GÊNERO <i>SITE</i> INSTITUCIONAL DE EAD .....	66
<b>4 O “OLHAR” DA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE O IDEÁRIO NEOLIBERAL NA EAD</b> .....	68
4.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E IDEOLÓGICO .....	68
4.2 O DISPOSITIVO TEÓRICO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	69
4.3 ANÁLISE DOS <i>CORPORA</i> .....	76



4.3.1 PUC MINAS VIRTUAL .....	77
4.3.2 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG .....	80
4.3.3 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – CEAD/UFLA .....	84
4.3.4 CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD) – UNIFAL .....	87
4.3.5 NÚCLEO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DE ALFENAS – NEAD/UNIFENAS .....	92
4.3.6 UNIUBE/EAD – UNIVERSIDADE DE UBERABA .....	95
4.3.7 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA .....	98
4.3.8 RESPOSTA À ANÁLISE DOS CORPORA .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

O dizer nas entrelinhas e mesmo a opacidade das palavras são de uma extraordinária fenomenologia<sup>1</sup> oriunda da capacidade humana de enunciar. A curiosidade inerente da espécie humana induz a prática da atenção, e isso exige o exercício da habilidade de saber ouvir, ler e ver o que se passa ao nosso redor. Na expressão corriqueira, deve-se estar “sempre alerta”, uma vez que o exterior impacta – e essa influência pode suscitar consequências relevantes, agradáveis ou não, em nosso dia a dia. Desvendar completamente os enunciados é um escopo impossível, mas deve-se treinar a habilidade da interpretação para compreender aquilo que pode emancipar ou alienar, uma vez que a maneira como as informações são engendradas é estratégica. Os enunciados não objetivam apenas informar, mais ainda persuadir e, dissimuladamente, aliciar o(s) interlocutor(es).

Também é necessário e prudente vislumbrar a possibilidade de que a forma do enunciado que chega até nós possa ser inadequada e/ou ineficiente para alcançar o objetivo esperado daquilo que se deseja dizer. Portanto, a existência de um “estranhamento” naquilo que é dito pode provocar confusão, gerando a incompreensão do enunciado. Contudo, este trabalho não irá dissertar por esse viés de precariedade ou ineficiência dos enunciados. O escopo aqui trilhará ancorado nos discursos (enunciados) estruturados eficientemente, em uma concepção particular de eficiência.

Desde já salienta-se que desvendar o que está por detrás dos enunciados não é uma tarefa fácil. Essa habilidade exige muita observação, reflexão e avaliação minuciosa do objeto a ser analisado. Evidentemente, faz-se necessário um “olhar” esmerado para a análise dos enunciados, pois só assim o discurso poderá ser compreendido, alcançando o mínimo exigido para o seu entendimento e objetivando conhecer o maior leque de conteúdo informativo.

Isso posto, inicia-se mencionando que, desde a antiguidade até hoje, existe um interesse especial pelos assuntos pertinentes às estratégias da arte de comunicar e de interpretar – logo, neste trabalho, a intenção não foi diferente. Os ensinamentos sobre esse tema (arte da comunicação e interpretação) induziram a análise de discursos apologéticos

---

<sup>1</sup> Atitude reflexiva do fenômeno que se revela e manifesta para o indivíduo; é a interpretação dos fenômenos por meio da consciência do indivíduo ordenada na prática empírica. Disponível em: <<http://euniverso.com.br/Oque/fenomenologia.htm>>. Acesso em 20 mai. 2012.

bastante corriqueiros no domínio da educação e da publicidade<sup>2</sup> (*marketing*)<sup>3</sup>, pois eles possuem o poder de, direta ou indiretamente, interferir – provocando transformações – na sociedade. Assim, sem o propósito de manifestar qualquer indício de radicalização, pode-se conjecturar que tais transformações fazem-se presentes nas mais diversas esferas das atividades sociais.

A bagagem cognitiva, isto é, o conhecimento de mundo e enciclopédico, juntamente com a inerente curiosidade de desvendar aquilo que sempre está por detrás de um “dizer”, fomentaram o questionamento dos discursos sobre as vantagens da aprendizagem, ensino e educação na modalidade a distância (doravante EaD<sup>4</sup>) em cursos de graduação, tanto em instituições educacionais públicas como nas de iniciativa privada, uma vez que o tema é atual e também motiva bastante discussão.

Parece não existir momento mais propício para a expansão da EaD, já que ela está indelevelmente vinculada ao processo da contínua globalização que permeia os países em todo o mundo e que tem provocado profundas transformações socioeducacionais e econômicas no Brasil, lembrando que a educação está inserida no mercado como um bem de consumo, não como um direito social. Outrossim, o avanço tecnológico proporciona maior facilidade de comunicação e informação em um tempo cada vez mais curto. Atualmente, o suporte tecnológico para a modalidade EaD faz dessa uma metodologia de ensino/aprendizagem bastante eficaz, não deixando a desejar quando comparada à modalidade presencial.

Após esta exposição de fatos, já com intuito de problematizar, constrói-se a hipótese de que existe uma influência neoliberal consolidada na esfera da educação, especialmente, quando se trata de graduação na modalidade de ensino a distância. Partindo desta hipótese, este trabalho se orienta a princípio da seguinte pergunta norteadora: os discursos sobre graduação na modalidade EaD, veiculados pelas instituições educacionais de ensino superior (doravante IES), públicas ou privadas, trazem marcas discursivas do ideário neoliberal?

---

<sup>2</sup> Ato de divulgar conceitos, ideias e valores com objetivo de lucro por parte do anunciante.

<sup>3</sup> Atividades referentes às relações de troca, dirigidas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores. Tais desejos e necessidades são satisfeitas mediante a compra de produtos e serviços. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio>>. Acesso em 20 mai. 2012.

<sup>4</sup> Neste trabalho, quando se menciona EaD, trata-se desta modalidade de ensino superior, em nível de graduação.

Em função disto, constitui o objetivo geral deste trabalho analisar, sob a perspectiva teórica pecheutiana da Análise do Discurso<sup>5</sup>, as representações discursivas dispostas nos *sites* de determinadas IES mineiras, públicas e privadas, selecionadas aleatoriamente dentre as credenciadas<sup>6</sup> pelo MEC/CAPES para disponibilizar a graduação na modalidade EaD, porém, todas gozando de muito bom conceito na esfera da educação superior. Portanto, o critério de seleção das IES foi o qualitativo.

A problematização do discurso influente neoliberalista nos enunciados das IES, sobretudo nos textos confeccionados dispostos nas páginas virtuais dos *sites* pertinentes aos departamentos de EaD dessas instituições, pela ciência da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), requer minuciosa investigação, empreendendo um entendimento dos possíveis sinais de deriva da materialidade<sup>7</sup> linguística-discursiva (ORLANDI, 2005). Não é de todo prematuro apostilar, desde já, que a AD não permanece só na interpretação – no sentido do co-texto<sup>8</sup> e contexto<sup>9</sup> imediato – ela objetiva a compreensão do texto/enunciado em seu todo. Orlandi pontua que a AD

procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem [...] Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. (ORLANDI, 2005, p. 26)

Nesse sentido, a autora ainda esclarece que “compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam” (ibid). Portanto, a problematização dos possíveis traços neoliberais inseridos nos *corpora* deste trabalho valida a possibilidade de entrever o que “não” está dito naquilo que está explícito<sup>10</sup>; de vislumbrar a relação entre língua(gem) e ideologia, na

<sup>5</sup> PECHEUX (1997, 2010, 1975/2010); FOUCAULT (2008, 2009, 2010); nessa corrente de orientação francesa apoia-se também em BRANDÃO (2004); FERNANDES (2005); MUSSALIN (2001) e ORLANDI (2005, 2006).

<sup>6</sup> Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância (Disponível em:

<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=68:portaria-normativa-no-2-de-10-de-janeiro-de-2007&catid=12:portarias&Itemid=46](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:portaria-normativa-no-2-de-10-de-janeiro-de-2007&catid=12:portarias&Itemid=46)>. Acesso em 27 nov. 2011).

<sup>7</sup> Compreendida como a língua(gem) natural em uso no contexto sócio-histórico-ideológico, isto é, os códigos simbólicos, os processos cognitivos, junto com as relações e conjecturas elaboradas e partilhadas pelo enunciador/autor e pelo interlocutor/receptor entre seus saberes – tudo isto vinculado ao mundo – são elementos imprescindíveis para o objeto texto/enunciado (ORLANDI, 2005).

<sup>8</sup> Situação linguística imediata (refere-se ao conteúdo linguístico).

<sup>9</sup> Situação em que o texto, leitor e leitura estão inseridos (refere-se ao entorno do sistema autor-texto-leitor).

<sup>10</sup> Ducrot (1987) postula que o ato enunciativo configura um jogo perspicaz de responsabilidades que se constitui no entrelaçamento entre o “explícito” (enunciado dito) e o “implícito” (enunciado não dito). O “dito” é aquilo que o enunciador afirma transparentemente; o “não-dito” ou “dito nas entrelinhas” compreende o subentendido,

manifestação da construção dos efeitos de sentido, ou seja, permite a oportunidade de buscar desvendar marcas do ideário neoliberal nos enunciados das IES, como ainda mostrar as intenções dos discursos dessas instituições que ofertam graduação na modalidade EaD.

Portanto, ratifica-se o objetivo geral deste trabalho, que é demonstrar através dos instrumentos da AD a possível influência do ideário neoliberal que transpassa o discurso sobre a EaD no Brasil, na esfera do ensino superior no âmbito estatal e privado; procurando no dito das entrelinhas, ou seja, no “não dito” – marcas da ideologia dessa nova roupagem do capitalismo, denominada neoliberalismo. Especificamente, os objetivos manifestar-se-ão em: analisar as condições de produção desses enunciados; investigar os efeitos de sentidos que emergem desses discursos, sobretudo, com referência ao ideário neoliberal; avaliar esses discursos sobre a graduação por EaD; e demonstrar que a EaD é uma modalidade vantajosa para a democratização da educação superior e, simultaneamente, um território profícuo e um instrumento eficaz para a política do neoliberalismo.

Como integrante das políticas sociais<sup>11</sup>, a educação (incluindo a EaD) sofre com o avanço de práticas neoliberais nas mais diversas áreas socioeconômicas. Assim, como outros direitos sociais que também deveriam ser universais, a educação a distância da governamentalidade<sup>12</sup> do Estado fica à mercê da política globalizada do mercado profissional neoliberal, tornando-se um bem de consumo – que, de direito social, passa a ser uma mercadoria. E é o binômio oferta-demanda do mercado global que dita as regras para a política educacional (GENTILI, 2007). Esse quadro de influência neoliberal reflete nos discursos das IES credenciadas para EaD.

Faz-se necessário enfatizar que o neoliberalismo é a nova configuração do capitalismo mundial, que trouxe para o seu domínio, ou não obstante, que pôs cativas, em sua arena econômica, as mais diversas atividades, direitos e representações sociais. Portanto, o seu “poderio” alcança, direta ou indiretamente, todos os setores da sociedade, com o intuito de obter lucratividade em troca de produtos/serviços, sob as regras do mercado, ou seja, sob as exigências ditadas pela sociedade consumidora. Deste modo, o ideário neoliberal preceitua

---

que é o que o enunciador deixa a cargo do entendimento do leitor/ouvinte, e o pressuposto, que pertence ao domínio comum do enunciador e do receptor, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre ambos.

<sup>11</sup> As políticas sociais, aquelas que asseguram à população o exercício de direito de cidadania, compreendem a saúde, a educação, a habitação, a previdência social, a justiça, o lazer, entre outras.

<sup>12</sup> Foucault (1996), em *A Governamentalidade*, explana sobre a “estratégia” de como governar e como ser governado elucidada como poder e saber estão indelevelmente imbricados – um não se manifesta sem o outro e vice-versa.

que o mercado é que deve gerir as atividades socioeconômicas, reduzindo o “poder” do Estado nas questões econômicas e sociais. Esse “modelo” de economia busca a sua hegemonia global, isto é, objetiva a manutenção da posição social da classe dominante (diga-se de passagem, de onde ele – neoliberalismo – “nasceu”), como também almeja mais “poder” – o lucro (GENTILI, 2007).

Retomando o tema em voga da modalidade de ensino “moderna”<sup>13</sup>, hodiernamente, a EaD representa um prática educacional responsável pela inclusão social de um contingente incalculável de indivíduos que aspiram oportunidades de aprendizagem para a conquista integral de sua cidadania. Assim sendo, ela se encontra em um lugar de destaque, pois é valorizada no programa de construção de uma sociedade mais justa e igualitária (BELLONI, 2009). As suas características pedagógicas engendram condições de acesso ao conhecimento e à aprendizagem contínua para uma parcela cada vez maior da população, com menor ou maior escolaridade, uma vez que está vinculada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) bastantes acessíveis nos dias atuais (ibid).

Deste modo, a EaD parece ser a panaceia para os problemas do ensino/aprendizagem nos dias de hoje, já que a educação convencional necessita de uma estrutura física bem maior para poder funcionar adequadamente; demanda: espaço físico maior, edificação específica, mobiliários diversos, biblioteca (espaço físico, mobiliário, etc.), maior número de funcionários para a manutenção, etc. Vale mencionar que o custo de todo esse aparato, certamente, deve ser mais dispendioso do que na modalidade EaD. Assim, não é demasiado registrar que, para o provedor da educação, seja Poder Público ou iniciativa privada, a implantação da EaD, aparentemente, se mostra ser bem mais viável economicamente. Seu custo operacional é menor se comparado ao ensino presencial. Por conseguinte, referente aos educandos, o custo-benefício de uma graduação por EaD é bem menos onerosa do que na modalidade presencial, sem levar em conta a maior autonomia para o tempo para os estudos daquela. Por isso, a EaD é a “nova” modalidade de educação do momento – econômica, eficaz e contemporânea ao avanço tecnológico atual.

Vale ponderar que o ideário neoliberal parece se fazer presente nos textos das IES concernentes a EaD, ainda que não se configure como elemento explícito nesses discursos. O neoliberalismo age de forma dissimulada – utilizando do adágio popular: ele dá com uma mão

---

<sup>13</sup> A história da EaD remonta desde 1829, na Suécia, pelo Instituto Líber Hermondes (VASCONCELOS, *Sérgio* (UERJ). Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em 13 mar. 2012).

e tira com as duas (GENTILI, 2007). É uma política protecionista da classe dominante (capitalista) que se disfarça conforme o momento – contemporaneamente está sendo denominado de “neoliberalismo social”. Segundo Belloni (2009), esse ideário colabora para a construção e/ou manutenção de um conceito de educação menos direcionado à formação do indivíduo e mais vinculado à adequação desse às demandas do mercado, e, portanto, do lucro – do capital.

Portanto, é preciso entender o porquê desses discursos aparecerem nesse contexto, nesse momento histórico, nessa situação socioeconômica, servindo a que propósito, como instrumento de qual ideologia. Sim – porque, segundo Bakhtin (1995), a palavra é um signo ideológico por excelência, e essas são as “forças” que transformam as sociedades. Seguindo por essa mesma orientação bakhtiniana, Orlandi (2005, p. 9) postula que é preponderante “saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como interpretar”.

A dissertação apresenta no primeiro capítulo os posicionamentos de vários estudiosos (FOUCAULT, 1992, 1987; BELLONI, 2009; GENTILI, 1996; PETERS, 2010; Silva, 2007) pertinentes à influência do capitalismo – poder – nas práticas e serviços (direitos) sociais, sobretudo na esfera da educação. Demonstra-se a relação do binômio poder-saber na contemporaneidade, com argumentos contundentes de que a modalidade de ensino aberto e a distância tornou-se um instrumento de manutenção e de desenvolvimento da classe dominante que, por sua vez, coaduna com o ideário neoliberal. A postura das políticas para o ensino superior, principalmente da EaD, é vinculada às exigências da sociedade de consumidores, fato determinante para que as instituições escolares, tanto públicas como privadas, fiquem à mercê do mercado que dita as regras conforme os fatores da oferta e da demanda. Adequação, qualidade e competitividade são premissas da educação vista como serviço/produto do mundo globalizado.

Hoje mais do que nunca os progressos técnicos dão forma aos processos sociais e econômicos (ou modelam-nos), agora de globalização, de transformações das relações de tempo e de espaço e outros tantos que se situam no interior de um processo maior que é a reestruturação do capitalismo contemporâneo, com a flexibilização dos processos e mercados de trabalho, e a variabilidade de produtos e padrões de consumo. (BELLONI, 2009, p. 20)

O segundo capítulo faz-se indispensável para que se realize a investigação pretendida. O conteúdo desse tópico compreende o fundamento teórico deste trabalho, ou seja, os elementos percorridos nele são as ferramentas constituintes da Análise do Discurso. Portanto, os estudos de pesquisadores da língua, como Bakhtin (1995, 2000), Pêcheux (1975), Pêcheux & Fuchs (2010) e outros, também de alguns representantes brasileiros, como Brandão (2004), Fernandes (2005), Mussalim (2001), Orlandi (2005), consistem os aportes científicos os quais darão sustentação para a análise dos *corpora* de algumas das IES mineiras credenciadas para a modalidade EaD. Vale lembrar que é contribuição da AD estimular um juízo reflexivo sobre os discursos, mesmo com o convencimento ilusório de se ter a consciência de tudo; uma vez que aquela “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2005, p. 09) – corolário de que o objeto material da AD é o discurso. Esta pesquisa acadêmica compreende os enunciados sobre a EaD de algumas IES mineiras. A ciência analítica do discurso valoriza a exterioridade enunciativa da língua(gem), investigando a situação extradiscursiva; assim, “partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia” (ibid, p. 17). Em outras palavras, a AD examina o texto<sup>14</sup> transpassado pela história e pela ideologia.

Bakhtin (1995) preceitua que o discurso origina-se na arena de ideologias. Assim, por esse entendimento, a AD encontra-se pautada e fundamentada no território conflitante das ciências sociais, História (Marxismo), Psicanálise e Linguística, apresentando uma metodologia<sup>15</sup> própria e determinante, com o objetivo de traçar quais as diretrizes a serem observadas na investigação de um determinado discurso. Por essa característica própria, a AD sujeita-se a equívocos, deslizes, esquecimentos; e até advoga um “não-dito” no interior de um “dito”. Logo, esses feixes discursivos colidentes possibilitam a construção do sentido de um discurso. Segundo Orlandi (2005, p. 65), na AD, os textos são obras nas quais existem múltiplas possibilidades de leitura, em que é de interesse a sua materialidade linguístico-histórica, onde o importante “são suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco”. Portanto, o que interessa não são essas marcas em si, mas como essas funcionam no/pelo discurso – é esse funcionamento que se procura descrever e compreender (ibid).

---

<sup>14</sup>O texto (enunciado) é um objeto da linguagem, portanto, social, constituído em uma (re)ação histórico-ideológica complexa – o discurso (Bakhtin, 1995).

<sup>15</sup> Roteiro geral para a execução da atividade de análise histórica, psicanalítica e linguística.



A importância do procedimento da AD em uma pesquisa é que ela explora, esmiúça, tenta desvendar os “segredos” do texto, ou seja, tem por objetivo fazer com que os “dizeres” do enunciado se revelem, já que a sua estrutura é revestida pela opacidade e imbuída por eventos sócio-históricos. Segundo Orlandi (2002), a AD articula o linguístico ao ideológico e, portanto, ao sócio-histórico<sup>16</sup>, de tal maneira que coloca a língua(gem) na relação conflitante, refletiva e refrativa, da interação social – se não existe discurso sem ideologia, não existe ideologia sem marcas histórico-sociais. Assim, esta análise tem por meta entender como o objeto discursivo, formado por textos sobre a EaD em IES mineiras, produz sentidos – dentre estes, vestígios do ideário neoliberal.

[...] a análise de discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos [...] Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do *corpus*, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho. (ORLANDI, 2005, p. 66 – 67)

Desse modo, pode-se afirmar que a AD não se interessa pelo texto em si, mas não o despreza, uma vez que ele é a materialidade enunciativa para se chegar ao discurso. E para conseguir a “interpretação”<sup>17</sup> desse, o analista deve trilhar pelas vias existentes, intrínsecas e extrínsecas, do texto – “isso corresponde a saber como o discurso textualiza” (ibid, p. 72). Logo, se as significações (sentidos) não estão somente nas palavras, mas encontram-se historicizadas ideologicamente vinculadas à exterioridade do enunciado, serão as condições de produção desse que proporcionam a formação de um alicerce para que a análise alcance o discurso. As condições de produção constituem-se das instâncias da produção discursiva: o contexto sócio-histórico, os interlocutores, o lugar social que eles ocupam, de onde enunciam, como dizem, por qual veículo pronunciam, o imaginário entre os interlocutores, a memória, o pré-constituído, as FIs e FDs que atravessam o discurso, enfim, segundo a orientação pecheutiana (2010) são todas as circunstâncias que possibilitam que o discurso seja engendrado. Portanto, dentre os componentes teóricos<sup>18</sup> da AD, esta pesquisa restringiu-se às condições de produção para o dispositivo analítico.

O capítulo terceiro, Gênero Discursivo do *site* institucional de Educação a Distância (EaD), aborda os fundamentos dos gêneros textuais discursivos. Faz-se indispensável

<sup>16</sup> Uma vez que a ideologia é inerente do domínio sócio-histórico.

<sup>17</sup> Conhecer seus dizeres e objetivos.

<sup>18</sup> Sujeito, Formação Discursiva, Formação Ideológica, efeito de sentido, memória, intertextualidade, etc.

compreender o assunto gêneros textuais discursivos, uma vez que eles constituem as formas de comunicação cotidiana dos seres humanos. E, portanto, necessárias, inclusive para a realização desta análise de discurso, pois em todas as esferas de atividade humana os enunciados (orais ou escritos) são imprescindíveis. Bakhtin (2000, p. 279) postula:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos desta utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera da utilização da língua elabora *seus tipos relativamente estáveis de enunciados*, sendo isso que denominamos *gêneros de discurso*. (grifo do autor)

Por essa mesma orientação, Marcuschi discorre sobre a imprescindibilidade dos gêneros da atividade interacional humana:

A vivência cultural humana está sempre envolta em linguagem, e todos os nossos textos situam-se nessas vivências estabilizadas em gêneros. Nesse contexto, é central a ideia de que a língua é uma atividade sociointerativa de caráter cognitivo, sistemática e instauradora de ordens diversas na sociedade. O funcionamento de uma língua no dia-a-dia é, mais do que tudo, um processo de integração social. Claro que não é a língua que discrimina ou que age, mas nós que com ela agimos e produzimos sentidos. (MARCUSCHI, 2008, p. 163)

Observa-se, portanto, que conhecer os gêneros é fundamental para o processo de interação verbal, uma vez que, segundo Schneuwly e Dolz (2004, p. 75), o gênero funciona como um “megainstrumento que fornece um suporte para a atividade nas situações de comunicação (...)”.

Dessa maneira, embasado nos preceitos bakhtinianos, nos ensinamentos marcuschianos e posicionamentos de outros estudiosos da língua(gem), esse capítulo mostra-se necessário para o entendimento do suporte e do veículo os quais o gênero *site* institucional de EaD se manifesta. Como se trata de um gênero emergente do desenvolvimento tecnológico (TICs), ele é constituído de diversos gêneros distintos, atributo que o categoriza como hipergênero, uma vez que serve de suporte para outros.

Por fim, o capítulo quarto traz explicitações do dispositivo teórico – condições de produção – para a realização da análise discursiva dos *corpora*. Estes estão representados no discurso institucional de EaD de sete universidades do Estado de Minas Gerais que disponibilizam essa modalidade de ensino, sendo que todas as instituições são muito bem

conceituadas na qualidade de ensino “superior”<sup>19</sup>. Esse tópico proporciona o entendimento sobre o que é analisar um discurso sob a perspectiva teórica pecheutiana (da Análise do Discurso francesa), ou seja, após a compreensão do componente teórico das “condições de produção” do enunciado, foram investigados os recortes dentro de suas condições ideológicas, inseridos em determinadas situações históricas e inscrito em um contexto social, buscando encontrar traços do ideário neoliberal manifestados nos textos das páginas virtuais das IES pertinentes à EaD. Isso corresponde, portanto, na prática da análise do discurso, em que se esmiúça o “dito” no enunciado, mas é no “não dito” que se pode encontrar a resposta para a problematização da pesquisa. Espera-se que essa observação empírica confirme a hipótese da influência manifesta do neoliberalismo na esfera da educação, especialmente na EaD.

---

<sup>19</sup> Léxico proposital de ambiguidade.

# 1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA TRILHA DO NEOLIBERALISMO

É preponderante a aquisição dos conhecimentos pertinentes a EaD para a realização deste trabalho investigativo, que, por meio dos instrumentos necessários, busca revelar o ideário neoliberal que transpassa o discurso da educação, sobretudo quando se trata de ensino/aprendizagem na modalidade a distância. Portanto, neste capítulo, buscou-se situar a relação intrínseca existente entre projeto educacional de ideário neoliberal e EaD.

Nas últimas duas décadas, o Brasil tem sido modelado por profundas mudanças de cunho político-econômico e, conseqüentemente, social – efeito do processo de globalização. Oriundas do momento histórico que o mundo atravessa, em que a procura por serviços/produtos específicos parece preponderar em relação à oferta, tais transformações não deixam de afetar também a esfera educacional, particularmente, no que concerne à política pública dos programas educacionais. Essa realidade suscita do Poder Público medidas eficientes para atender às necessidades tanto de âmbito socioeducacional quanto da seara socioeconômica, já que esses setores estão indelevelmente imbricados.

Esse cenário de globalização revela um crescente investimento no setor da educação, principalmente por parte da iniciativa privada. Tal fato propicia o desenvolvimento e a consolidação da modalidade de ensino/aprendizagem a distância – a contemporânea<sup>20</sup> Educação a Distância.

Não obstante, vale ressaltar que, no princípio da implantação da EaD, essa modalidade de ensino sofria muita discriminação e rejeição por diversos setores da sociedade, sobretudo da própria esfera<sup>21</sup>, já que carregava o estigma de ofertar um ensino de baixa qualidade e de apresentar-se como uma instrução paliativa para a crise na/da educação. No Brasil, essa

---

<sup>20</sup> Vale ressaltar que a educação (ensino/aprendizagem) a distância tem sua origem remota. Porém, seu histórico não será trazido à tona neste trabalho. Para mais informações sobre a história da EaD sugerimos a leitura de *Educação a Distância: histórico e perspectiva*, de autoria do Prof. Sérgio Paulo Gomes de Vasconcelos. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em 13 mar. 2012.

<sup>21</sup> Posicionamento segundo a declaração da Presidenta da Fundação Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro (Fundação Cecierj), Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Masako Masuda: “Há sim preconceito tanto no meio acadêmico quanto na população em geral. Há, por exemplo, uma desconfiança de que possa ser uma forma de aligeiramento de formação, uma educação de baixa qualidade”. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idCategoria=8&idEdicao=41>>; e com subsídio no artigo “Estudo revela preconceito contra a educação a distância”, publicado pelo jornal “Estadão”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,estudo-revela-preconceito-contra-educacao-a-distancia,460376,0.htm>>. Acessos em 21 mar. 2012.

comentada crise se arrasta desde há muito tempo devido a diversos fatores, como: políticas educacionais inadequadas com a situação sociorrregional<sup>22</sup>, escassez de escolas, formação precária dos professores, deficiência e inadequação nos programas de ensino e nos materiais escolares, salário insuficiente para os docentes, entre outras (CASTILHO, 2004).

Após muitos debates promovidos por setores educacionais públicos e privados, depois de muitos erros<sup>23</sup>, mas também acertos<sup>24</sup> por parte dos programas educacionais do Governo, a EaD foi qualificada como um método viável de ensino, capaz de mitigar a problemática da crise educacional. Atualmente, tanto no âmbito extraescolar como no campo acadêmico, o entendimento da EaD é o contrário daquele tradicional/conservador das décadas passadas, ou seja, a metodologia de ensino a distância já é vista pela maioria dos pedagogos e por grande parte da sociedade como uma modalidade de instrução eficiente e necessária para um país de dimensão continental como o Brasil.

Segundo Belloni, no momento, a EaD surge como uma via indispensável para a formação profissional do indivíduo, apresentando-se como um modo de ensino moderno, compatível com a evolução tecnológica contemporânea. Em sua palavras, a EaD revela-se como um

[...] caminho incontornável não apenas para a ampliação rápida do acesso ao ensino superior, mas [...] principalmente, porque experiências de ensino a distância propiciam o desenvolvimento de novos modos de ensinar, utilizando as tecnologias de informação e comunicação, que são importantes ferramentas disponíveis na sociedade contemporânea, amplamente incorporadas na vida cotidiana de todos (salvo, é claro, daqueles grupos sociais excluídos dos benefícios do desenvolvimento), devendo por isso ser integradas à educação em todos os níveis. (BELLONI, 2009, prefácio)

Sob essa perspectiva, a EaD apresenta-se como uma via construtiva para diminuir os problemas na/da educação, pois é constituída com o uso das novas tecnologias, que viabiliza um novo método de ensino condizente com a atualidade. Para um país como o nosso, a EaD

---

<sup>22</sup> Devido às mudanças da sociedade brasileira (urbanização/êxodo rural), alunos heterogêneos culturalmente, dotados de perfis socioculturais distintos se veem diante de um mesmo processo pedagógico, mas sujeitos à estruturas (prédio escolar, transporte, material didático-pedagógico, acesso às tecnologias de informação e comunicação, etc.) educacionais diferentes (CASTILHO, 2004).

<sup>23</sup> Exemplos desses erros: acreditar que a EaD seja uma educação massiva (aprender é assimilação e não acumulação); prestigiar a tecnologia mais que a pedagogia; valorizar a quantidade em detrimento da qualidade; profissionais desqualificados para trabalhar com a EaD e a tecnologia (RAMIREZ, 2010); e outros.

<sup>24</sup> São exemplos dos acertos: maior fiscalização nos cursos superiores na modalidade EaD; primazia pelo trabalho coletivo, com a participação/intervenção de todos os protagonistas (professores/tutores/cursistas) da ação pedagógica por meio da gestão colegiada; transferência das experiências bem sucedidas da educação presencial para a EaD, com o esforço de, simultaneamente, consolidar a pedagogia da autoaprendizagem, da autoformação contínua – a pesquisa-ação (TEATINI, 2011); dentre outros.

parece ser um caminho interessante que, se não é o adequado, ao menos opera na construção profissional do indivíduo. Tal inferência condiz com a assertiva de Belloni:

A educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial. (BELLONI, 2009, p. 3)

Mas qual o conceito de EaD? Quem provê a regulamentação dessa modalidade de ensino-aprendizagem? Qual o seu objetivo?

A definição de EaD está legalmente positivada no Decreto<sup>25</sup> nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases (LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996):

**Art. 1º** - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância *como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.* (grifo nosso)

**§ 1º** - A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais (...).

Nos domínios da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), encontramos o seguinte conceito:

EaD é a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas majoritariamente (e em bom número de casos exclusivamente) sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora. (ABED, 2012)<sup>26</sup>

Na esfera acadêmica, Moran<sup>27</sup> (2002) apresenta uma definição bem mais detalhada dessa modalidade de ensino:

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

<sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm)>. Acesso em 28 nov. 2011.

<sup>26</sup> Disponível em: <[http://www2.abed.org.br/faq.asp?Faq\\_ID=8](http://www2.abed.org.br/faq.asp?Faq_ID=8)>. Acesso em 28 nov. 2011.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em 02 abr. 2012.

Portanto, da interação desses conceitos, a EaD define-se como uma modalidade de ensino em que as atividades educativas se realizam por meio de tecnologias de informação e comunicação (TICs), com alunos e professores situados em lugares distintos e horários assíncronos ou não. Socialmente, revela-se como uma modalidade de aprendizagem bem mais democrática do que a tradicional, uma vez que dá oportunidade para aqueles que não podem concluir um curso, presencialmente, por motivos variados.

Existem outros conceitos acadêmico-científicos sobre a EaD, mas nenhum deles contradiz os dispostos das definições supracitadas.

Quanto à regulamentação da EaD, a Lei de Diretrizes e Bases<sup>28</sup> (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), por sua vez, disciplina a modalidade:

**Art. 80.** O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º - A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Portanto, é o Estado o provedor da normatização sobre a EaD; contudo, por vezes, ele outorga à iniciativa privada a parceria na execução do programa educacional para essa modalidade de ensino.

Em relação ao objetivo da EaD, mormente deve-se ser prudente ao tecer qualquer colocação. Sob o ponto de vista do Estado, ou melhor, em seu discurso, observa-se que a finalidade da EaD é a de inclusão social – instruir o indivíduo para que se torne um cidadão, provido de todas as garantias individuais, especialmente no campo da educação profissional. É um discurso que profere a igualdade para os educandos perante programa educacional em vigência, isto é, as condições de acesso e de instrução para os estudantes devem ser equivalentes, igualitárias, sem favorecimento de um grupo em detrimento de outro. Não

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2011.

obstante, compreende-se que o encargo de prover a educação em um país de dimensão territorial considerável, constituído de regiões com diversidades sócio-culturais independentes e arraigadas por uma história própria, é uma tarefa árdua, em que a modalidade de ensino a distância pode ter um papel fundamental.

Já mencionado anteriormente, esse programa de política pública da EaD nos leva a entender que o escopo prioritário do Estado é o de proporcionar acesso à educação para aqueles que são/estão impedidos de cursar o ensino presencial, por motivos dos mais diversos.

No Plano Nacional de Educação (PNE - 2001/2011), cuja vigência expira neste ano de 2012, especificamente no subtítulo 6, Educação a distância e tecnologias educacionais, no item 6.1, Diagnóstico, o Estado discorre sobre a importância e a necessidade de consolidar a EaD como modalidade assistencial da política pública da educação; assim, ele se manifesta:

No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral. (PNE - 2001/2011, p. 53)

Desse modo, podemos perceber que o Estado espera na EaD uma tecnologia eficaz para reduzir os problemas constituintes da crise na/da educação do país, acumulados ao longo de programas educacionais que não sanaram os problemas pertinentes aos déficits educacionais e às disparidades regionais.

Apresentada a expectativa da política pública do Estado referente a EaD, passa-se a analisar, sob uma perspectiva extra-estatal, ou seja, da iniciativa privada, a implantação e a consolidação da EaD, no Brasil.

Com o advento do neoliberalismo, a educação passou a ser vista como um território profícuo para a expansão do capital, em que o ensino/aprendizagem é compreendido como um produto rentável para o empreendedor. Nessa perspectiva, a EaD, por sua vez, apresenta-se como o “filet” nesse mercado de ensino, já que necessita de diversos setores para a sua atuação, isto é, ela se institui nos domínios de tecnologias da informação e comunicação, fomentando o comércio e o desenvolvimento dessas áreas.

Dessa maneira, a modalidade do ensino a distância cresce concomitantemente com o desenvolvimento tecnológico no território da comunicação/informação, ou seja, a EaD



desenvolve-se progressivamente em decorrência do acesso facilitado, como do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs); ainda porque a comunicação/informação é gerada num tempo cada vez menor e para um público cada vez maior. Assim, nessa modalidade de ensino, o aprendizado torna-se viável para camadas etárias distintas (jovens e/ou adultos), que, por condições das mais diversas, muitas vezes encontram-se impossibilitados de concluir o ensino profissional/ acadêmico, ou mesmo de dar continuidade aos estudos, como, por exemplo: cursar uma especialização.

Segundo Belloni (2009), as tecnologias de comunicação/informação já integram o nosso cotidiano, estão cada vez mais globalizadas, e isso favorece a expansão e a eficiência da aprendizagem aberta e a distância, ou pelo modo formal, isto é, pelo sistema de ensino a distância, ou pelo modo informal – por meio de equipamentos telecomunicativos (televisão, telemática e multimídia). Conforme a autora, uma fração considerável da população brasileira tem acesso a essas tecnologias (TICs).

Não fica difícil enxergar as características preponderantes que fazem da EaD uma modalidade promissora de ensinar, uma vez que possui como características: o acesso facilitado aos meios de comunicação/informação pelos pretendentes à instrução; a celeridade e a difusão (quase que instantânea) da informação por esses meios; e a habilidade dos indivíduos (adquirida no cotidiano) em manusear os instrumentos tecnológicos (BELLONI, 2009).

A estabilização da EaD no mercado de ensino/aprendizagem também deve-se à possibilidade de se mesclar educação e entretenimento, que produz um modo diferente de se aprender, o qual é denominado de “infotimento” (BELLONI, 2009).

Na sociedade contemporânea, a EaD valoriza-se na medida em que corresponde às novas demandas oriundas do processo de globalização, constituindo-se em um determinante instrumento de emancipação do indivíduo, já que o “saber”, a princípio, liberta (FOUCAULT, 1992). A adequação às necessidades globais obriga o indivíduo para a “*lifelong education*” (educação ao longo da vida), pois o conhecimento é qualificação vital na competitividade no mercado. Conforme afirma Belloni:

O aumento da adequação e da produtividade dos sistemas educacionais vai exigir necessariamente (...) a integração das novas tecnologias de informação e comunicação, não apenas como meios de melhorar a eficiência dos sistemas, mas principalmente como ferramentas pedagógicas efetivamente a serviço da formação do indivíduo autônomo. (BELLONI, 2009, p. 6)

Por esse prisma, pode-se qualificar a EaD como uma modalidade de ensino/aprendizagem promissora para a formação do profissional moderno, já que exige do estudante “aprender por si próprio” dentro de um rigoroso cronograma que requer muita disciplina.

Isto posto, percebe-se que as demandas da sociedade hodierna global exigem transformações na organização produtiva da educação, determinadas principalmente pelo crescimento da competitividade dentro desse mercado e por novas exigências em termos de qualidade – portanto, tal fato têm impellido a busca de uma “força de trabalho” cada vez mais qualificada por parte das empresas. Essa situação tem provocado uma procura incessante para a realização de cursos específicos nos mais diversos níveis, conquanto possam garantir aos participantes a formação/capacitação adequada e atualizada. Ainda vale ressaltar que cada vez mais se divulga a ideia de que a educação não é um processo concluído, finalizado em algum momento – ao contrário, a aprendizagem se dá ao longo da vida – através do “*lifelong education*” (BELLONI, 2009).

Portanto, aquelas pessoas que, por algum motivo, não encontram no ensino tradicional a solução para as qualificações profissionais pretendentes, seja pela ausência ou deficiência de cursos nos lugares em que residem, ou então pela falta de tempo determinado para dedicar integralmente a uma formação/capacitação, esperam na EaD a modalidade de ensino que suprirá os seus objetivos.

Outro fator propício para o sucesso da expansão da modalidade de ensino a distância, já mencionado, é o desenvolvimento de novos meios tecnológicos, que ocorre principalmente no território das mídias eletrônicas. O constante avanço tecnológico da aparelhagem de suporte, isto é, dos componentes físicos (*hardware*) e dos programas (*software*), como também os serviços (acesso à rede WWW) que estão disponíveis aos usuários proporcionam a viabilidade da EaD, sem esquecer que tais fatores tornam-se cada vez mais baratos e, por conseguinte, mais acessíveis (GENTILI, 2007).

Por tudo que já foi exposto, não obstante e por concatenação pode-se inferir que a EaD atual se enquadra perfeitamente como um aparelho de globalização e que está instituída sob os ditames do domínio econômico, mais especificamente, da política neoliberal. Pode-se entender melhor essa relação entre EaD e neoliberalismo, pois a prestação de serviço em educação a distância ao invés de se constituir em uma técnica moderna de ensino passa a ser

um produto para o lucro, ou seja, o mercado da educação transforma esse direito social em uma mercadoria, em uma “oferta” de ensino/aprendizagem, corolário da livre “concorrência” entre as instituições educacionais. Essa característica de competitividade de produtos/serviços é inerente aos ideais neoliberais. E para compreendermos a influência direta que o neoliberalismo exerce sobre a EaD temos que conhecer a causa do poderio dessa política socioeconômica.

Gentili (1996) disserta que o poderio neoliberal é proveniente da estratégia articulada em dois polos: em um conjunto regular de reformas no setor econômico, político, educacional, etc. e através de orientações culturais e jurídicas, que visem legitimar tais reformas como sendo as únicas que podem (e devem) solucionar ou reduzir os problemas de crise da sociedade. Esse autor diz que o neoliberalismo busca a hegemonia, por um lado como uma alternativa de poder – constituída por artifícios políticos, econômicos e jurídicos orientados para encontrar uma solução dominante para a crise capitalista atual; e, por outro lado, como a voz que proclama e sintetiza um projeto de reforma ideológica da sociedade, construindo e divulgando um novo senso comum<sup>29</sup>, entretanto, conforme o interesse da classe dominante – capitalista.

Grosso modo, o neoliberalismo configura-se como uma nova vertente do capitalismo, ou seja, é a política socioeconômica atual em que se ancora a classe dominante, que objetiva a manutenção do poder e a rentabilidade (lucros) de seus investimentos.

Depois dessa dissertativa pode-se inferir que a política neoliberal preceitua as privatizações e a livre competição de produtos/serviços, com a argumentação de que a franca concorrência provoca o equilíbrio de preços no mercado. Todavia, é conveniente lembrar que o domínio neoliberalista invade os limites de vários setores das sociedades, inclusive o da administração pública, e, mesmo não atuando diretamente na ordem estatal, a sua influência é bastante imperiosa quando se trata de política socioeconômica. Tal assertiva faz-se sólida perante o fato de que a educação superior afigura-se mais como um bem de consumo regulado pelo mercado:

[...] a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste

---

<sup>29</sup> “O senso comum é visto como a compreensão de todas as coisas por meio do saber social, ou seja, é o saber que se adquire através de experiências vividas ou ouvidas do cotidiano. Engloba costumes, hábitos, tradições, normas, éticas e tudo aquilo que se necessita para viver bem” (Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/filosofia/senso-comum.htm>>. Acesso em 04 abr. 2012.

quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades-mercadorias diversa índole [sic], sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o *entrepreneur*<sup>30</sup>, o consumidor. (GENTILI, 1996, p. 20-21)

Assim, diante da visão neoliberal, o sistema educacional público hodierno enfrenta não uma crise de universalização do ensino, mas uma crise de estagnação no tempo, ou seja, por estar diacrônico com a realidade do mercado de trabalho vigente se apresenta ineficiente, ineficaz e improdutivo (GENTILI, 2007). Portanto, a política neoliberalista assinala a necessidade das reformas educacionais, principalmente, no que concerne às reformas administrativas (gerenciais), uma vez que, para essa orientação “capitalista”, a demanda não é a quantidade de escolas, mas sim instituições<sup>31</sup> educacionais adequadas às necessidades do mercado; como tal também não há escassez de recursos orçamentários e humanos para o ensino, o que existe é a má distribuição do orçamento (ibid).

Desse modo, o ponto de vista da política neoliberal de compreender a educação consiste nas questões políticas e sociais, que são definidas como problemas individuais e técnicos, estabelecidos pela falta de eficiência e de eficácia administrativa/gerencial. Sob esse entendimento existe a presunção de “inocência” do sistema neoliberalista que é excludente – uma vez que possibilita o aumento das desigualdades socioeconômicas dos indivíduos – e culpa a gestão pública do Estado pela incapacidade em dirigir ou administrar ineficazmente as políticas sociais, dentre elas a educação. Na realidade, o objetivo pretendido nesse cenário é a transferência dos serviços/produtos educacionais da competência política pública para o domínio<sup>32</sup> do mercado privado, transformando a educação em mercadoria (GENTILI, 2007).

No contexto das políticas neoliberais, o Estado tem seu poderio de provedor/mantenedor das demandas sociais mitigado pela forte intervenção do mercado de produtos e serviços – estratégia que lhe favorece, pois compartilha o ônus de prover os direitos (serviços) sociais com a iniciativa privada. Desse modo, as responsabilidades exclusivas (até então) do Poder Público são divididas com parceiros interessados na oferta/realização desses serviços. Não obstante, o cenário revela, ou ao menos sugere, que se trata de uma parceria público-

---

<sup>30</sup> Aqui, indivíduo empreendedor é concebido como aquele que gerencia e determina quais e quando as atitudes devem ser tomadas no mercado.

<sup>31</sup> O termo “escola” e “instituição educacional” são equivalentes.

<sup>32</sup> Léxico proposital com de essência ambígua.

privada. É o retrato do Estado neoliberal, ou Estado mínimo, por esse exercer ínfima influência na economia de mercado (PETERS, 2010).

Ancorado nos estudos foucaultianos, Peters (2010,) explica o paradoxo do Estado neoliberal, que, ao mesmo tempo, é autolimitado de poderes estatais, porém, conserva-se com um certo controle sobre as políticas neoliberais de mercado. Essa contradição, ao menos aparente, denota que, embora o neoliberalismo doutrine um Estado com poderes limitados e destituído de força intervencionista nas questões de mercado, o poderio estatal ainda permanece presente ou latente nesse território mercantil devido a sua prerrogativa de tutor social. O entendimento desse paradoxo encontra-se na noção de governamentalidade proposta por Foucault (1992), isto é, o racionalismo estratégico das maneiras de governar e/ou ser governado, pertinente ao Estado, a outrem e a si próprio. Sob essa orientação, Peters (2010) discorre que a governamentalidade é excelência no e para o neoliberalismo. A noção de governamentalidade foi explicitada por Foucault (1992):

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade (...) a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado em sua sobrevivência e em seus limites deve ser compreendido a partir de táticas gerais de governamentalidade. (FOUCAULT, 1992, p. 292)

Desse modo, o poderio estatal não fica abolido de qualquer esfera socioeconômica, já que o Estado mínimo (mitigado do intervencionismo nas questões de mercado) reserva a tutela dos direitos individuais, que, por sua vez, incitam a concorrência dos fornecedores/prestadores de serviços, abrandando o poder de monopólio e aumentando a qualidade dos produtos/serviços que estão sob a influência do consumidor/cliente (PETERS, 2010). Portanto, em uma parceria simbiótica, Estado e indivíduo tornam-se também reguladores do mercado.

Silva (2007) postula que o neoliberalismo busca a hegemonia por intermédio dos meios de comunicação de massa, estabelecendo na e pela educação a seara promissora para alcançar o seu propósito. Desse modo, o ideário neoliberal articula a sua influência no controle como também no planejamento dos programas pertinentes à educação. Nesse sentido, pode-se entender que a estratégia da política neoliberalista consiste em “utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre

mercado e da livre iniciativa” (SILVA, 2007, p. 12). Não obstante, tal estratégia pode transformar a escola em um veículo propagador da doutrina neoliberal.

Nessa mesma perspectiva, Peters (2010) afirma que, contemporaneamente, não existe melhor exemplo para compreendermos a estratégia do neoliberalismo (que visa a hegemonia no mercado) que a expansão da mercantilização da prestação de serviços nas áreas sociais, principalmente na seara da educação:

[...] sob os princípios do neoliberalismo, a educação tem sido discursivamente reestruturada de acordo com a lógica do mercado. A educação nesse modelo não é tratada de forma diferente de qualquer outro serviço ou mercadoria. (...) o resultado é que os alunos e aprendizes se tornam “consumidores” ou “clientes” e os cursos se tornam “pacotes” ou “produtos”. Uma reestruturação mais sutil das práticas discursivas da educação tem ocorrido em termos de uma *colonização da educação* por tipos de discurso vindos de seu exterior. (PETERS, 2010, p. 213, grifo nosso)

No cotidiano é comum a presença do discurso de ideário neoliberal inserido na prestação de serviços sociais (educação, saúde, habitação, previdência, dentre outros). A retórica capitalista moderna rechaça e censura o sistema público de políticas sociais pela incompetência e pelo fracasso na elaboração e execução dos projetos estatais. No enalço dessa epidemia neoliberal manifesta, Silva (2007) alega que a educação tem função estratégica no plano de hegemonia do neoliberalismo, já que existe a intenção de preparar o educando para a competitividade do mercado, mas também de fazê-lo postulante da política neoliberal, visto que a educação é um território profícuo para a difusão e realização dos preceitos neoliberais.

O entendimento dessa política neoliberalista não fica tão distante de uma doutrina maquiavélica<sup>33</sup> – meio dissimulada em política democrática<sup>34</sup> de inclusão social, tem por objetivo capacitar o indivíduo para o mercado. Entretanto, esse indivíduo, então capacitado por um programa educacional, constituído em um profissional ou técnico, se transforma em um mero trabalhador, um fornecedor da mão-de-obra ou de serviços para o mercado (SILVA, 2007). A formação desse trabalhador nem sequer passa pela esfera da construção de sua cidadania, ou seja, o indivíduo está predestinado a uma educação quantitativa e não qualitativa; por conseguinte, perde alguns direitos inerentes de cidadão. E, na atual batalha da

<sup>33</sup> Termo com efeito de firmeza em propósito na prática de dar para receber.

<sup>34</sup> Segundo Gentili (1996, p. 20), no neoliberalismo, a democracia “é simplesmente um sistema político que deve permitir aos indivíduos desenvolver sua inesgotável capacidade de livre escolha na única esfera que garante e potencializa a referida capacidade individual: o mercado”.

globalização, todos querem, primeiramente, um emprego, um salário e bens de consumo com facilidade.

Essa estratégia de ofertar emprego, salário, lazer, serviços e produtos acessíveis, não obstante, permite que a retórica capitalista oculte o caráter político neoliberal de projetos para a educacional contemporânea – determinar e controlar mercados auferindo lucros. Isso, juntamente com o discurso de má gestão, de desperdício, de má qualidade dos profissionais, da estrutura do sistema educacional público é um ardil, que preconiza o descrédito do aparelhamento de ensino público para instituir a supremacia e a qualidade da educação privada, com auferimento de diversas vantagens para a classe privilegiada, que domina o poder econômico. Assim, segundo Silva (2007), a doutrina neoliberal converte as questões político-sociais (educacionais) em questões técnicas, isto é, os problemas são tratados como se fossem o

resultado de má gestão e de desperdício de recursos por parte dos poderes públicos, como falta de produtividade e esforço por parte de professores/as e administradores/as educacionais, como consequência de métodos “atrasados” e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos. (SILVA, 2007, p. 18-19)

Sobre essa possível “incompetência” do Poder Público na administração do programa social para a educação, Silva (2007) postula que a solução para tal crise educacional não passa pela política de privatização, isto é, que a educação fique à mercê da iniciativa privada – mas que o ensino público funcione “à semelhança do mercado”, em que os imperativos de gestão empresarial exigem eficácia administrativa: “A competição e os mecanismos de mercado agiriam para tornar essa administração mais eficiente e, portanto, para produzir um produto educacional de melhor qualidade” (SILVA, 2007, p. 23).

Outrossim, a ordem neoliberal prescreve a solução para a problemática da ineficiência do ensino, conforme seus preceitos basilares: qualidade na gestão/administração; qualidade na metodologia do ensino; e qualidade nos conteúdos curriculares. Em observância às regras do mercado, faz-se, portanto, necessário colocar em prática o programa da Gestão da Qualidade Total (GQT) – política oriunda e comum no âmbito mercantil/empresarial, já que a escola deve ser classificada na categoria de empresa.

Silva (2007) observa que, apesar do discurso sobre autonomia, escolha, participação, democracia, proveniente da GQT, o serviço/produto já está pré-estabelecido pelo mercado, que dita a oferta conforme a demanda. Portanto, não há possibilidade de transcender “os

imperativos do mercado e do capital” (SILVA, 2007, p. 22). Já Peters (2010, p. 222) assevera que “o imperativo econômico é o que predomina”; assim, o social se sujeita ao econômico. Fato é que a política neoliberal nos impõe um modo de vida, “obrigando-nos a viver num ambiente habitado por competitividade, individualismo e darwinismo social” (SILVA, 2007, p. 22); e que, além disso, sentencia a grande maioria à oferta exígua de qualidade, enquanto que favorece uma pequena minoria com a oferta de excesso de qualidade (ibid).

As instituições de ensino contemporâneas, principalmente as privadas, agem conforme a lógica do mercado, ainda que funcionem segundo as leis estabelecidas pelo Estado. E, atualmente, as escolas trabalham cada vez mais de modo empresarial, com uma administração autônoma, e em concorrência com outras instituições educacionais da mesma categoria de instrução. Tal competitividade é traço marcante da política neoliberal da educação, em que as instituições-empresas buscam a maximização da qualidade para consolidação no mercado educacional (PETERS, 2010).

Isto posto, não há como falar em reestruturar/modernizar a educação, ainda mais sendo ela vista como um serviço/produto (mercadoria), sem passar pelo critério da qualidade. No mundo mercantil a qualidade sempre foi e será critério preponderante para a conclusão de um negócio.

Conforme Gentili (2007) esclarece, quando se transferiu o conceito de qualidade do âmbito empresarial para o educacional, concomitantemente, outros elementos constituintes da seara mercantilista também foram introduzidos, como: adaptabilidade e ajuste ao mercado, competitividade, produtividade, rentabilidade e mensurabilidade. Tal procedimento acarretou uma procura seletiva de ensino. Assim sendo, a instituição educacional comprometida com uma aprendizagem adequada à necessidade do mercado sobressai em relação àquela que não coadunou com as demandas desse: “somente é de qualidade aquele produto educativo que possui, como pré-condição, a capacidade de adaptar-se às demandas do mercado, atuando competitivamente neste” (GENTILI, 2007, p. 157). Portanto, nota-se que a busca pela qualidade origina a disputa pela posição de excelência em ensino.

Todavia, Gentili (2007) pontua que quando se fala de qualidade no mercado a referência é sempre em relação aos “incluídos” e/ou “integrados”, jamais se leva em conta a fração dos “excluídos” e/ou “marginais”; e por isso postula que não existe qualidade se essa não alcança a todos – a qualidade para alguns é privilégio – não se pode falar em qualidade se



existe dualização social. Sob esse ajuizamento, a educação contemporânea é vista como uma mercancia, um mero “bem de consumo”, que tem o seu custo estipulado nos critérios de qualidade. Portanto, o ensino/aprendizagem de qualidade é destinado àqueles (privilegiados), já que podem pagar mais, não que isso signifique que só exista educação de “qualidade” no e sob o domínio do neoliberalismo.

No entanto, o ideário neoliberal traz um tópico característico concernente à política da educação: a oferta igualitária de acesso ao mercado de ensino, que concede ao consumidor (estudante) a prerrogativa de escolha. Todavia, é cediço que o serviço/produto é predeterminado pelo mercado, portanto, é uma autonomia fictícia, ou seja, o indivíduo (cliente) fica sob o arbítrio da demanda de serviços/produtos oportunos do mercado, que dita qual ramo instrucional deverá ser estimulado e ofertado conforme a escassez e procura. Quanto ao acesso igualitário à educação, também se trata de um quadro ilusório, já que os menos favorecidos economicamente estarão sempre em desvantagem em relação aos privilegiados. Assim, esse modelo instrutivo neoliberal produz “desigualdade”, segundo Silva (2007), e, desse modo, não há possibilidade de considerar, mesmo que razoável, o discurso da democratização do ensino sem haver igualdade no acesso, ou seja, preceituar a democratização da educação quando existe uma desigualdade considerável e evidente é um tanto contraditório. Além disso, não se pode aceitar a proposta de qualidade de educação se ela é privilégio apenas de alguns. Enquanto houver segregação socioeducacional, não poderemos falar em qualidade e, muito menos, em igualdade – é uma violência ao direito à cidadania (GENTILI, 2007).

Mas, evidentemente, quando se atém na qualidade do ensino, o escopo é posicionar um lugar de destaque para a mercancia educacional. No projeto neoliberal de educação formam-se apenas sujeitos profissionais e não sujeitos cidadãos, ou seja, há um desprezo por parte das escolas na construção da cidadania dos indivíduos. Portanto, fica compreensível que o fundamental no hodierno mercado do ensino é a adequação às demandas do mercado no menor espaço de tempo e menor custo. Tal estratégia implica o treinamento de estudantes somente para suprir as necessidades do mercado ao invés de educá-los, de torná-los cidadãos. Nesse cenário, percebemos o desvio dos objetivos socio-democráticos na política educacional do Estado, isto é, a sociedade é tolhida de direitos como: acesso igualitário à educação; ensino padronizado de qualidade; capacitação profissional indiscriminatória; e formação de cidadãos compromissados com os problemas sociais.

Outro traço que se revela na prática do projeto neoliberal para a educação é o desequilíbrio de “forças” no mercado do ensino/aprendizagem, em que ocorre a competitividade entre as instituições de ensino. É visível e manifesto o problema da carência de tecnologias e inadequações curriculares das escolas públicas, isto é, a maioria delas não são contempladas por investimentos necessários, ou mesmo satisfatórios, para uma educação de qualidade; são escolas estagnadas no tempo, com currículos obsoletos e privação de TICs (GENTILI, 2007). Portanto, desprovidas de investimentos e tecnologias essas instituições sucumbem no mercado educacional. O contrário ocorre nas escolas da iniciativa privada, que, embora visem o resultado lucrativo, investem no aparelhamento da educação. E a estratégia de investimento alcança a rentabilidade necessária para prover a instituição educacional e gerar lucro para o empresariado (ibid).

O processo de globalização da educação é irreversível; e exige a devida adequação ao sistema educacional que é ajustado conforme o momento histórico do mercado mundial – qualidade e competitividade são palavras de ordem. E é cediço que a história é crivada de lutas sociais. Sob esse ponto de vista, Silva (2007) argumenta que a classe dominante de poder e recursos sempre lutará para manter a posição na estrutura econômica, social e cultural, pressionando por um modelo pedagógico que lhe favoreça, enquanto que a maioria (classe desfavorecida) nada pode fazer, senão acatar o sistema neoliberal da mercantilização do ensino e da pedagogia de treinamento.

Sobre essa conquista de poder, Gentili reporta a Galbraith<sup>35</sup>, esclarecendo que a classe dominante não mede esforços para manter o *status*: “os satisfeitos elaboram teorias e doutrinas que lhes permitam legitimar e naturalizar sua posição de privilégio” (GENTILI, 2007, p. 113).

A aprendizagem aberta e a EaD no Brasil apresentam um quadro bastante promissor. Entretanto, é preciso discutir alguns parâmetros neoliberais incutidos na política educacional hodierna, como: a prioridade do financeiro ao social; a primazia da formação profissional sobre a formação cidadã; uma participação mais democrática nas questões sociais primárias (parceria Estado-sociedade); qualidade igualitária nacional do ensino (nas escolas

---

<sup>35</sup> Economista e filósofo de posições liberais criou sua própria linha de pensamento dentro da academia norte-americana, cujo ceticismo era patente diante dos contrassensos da teoria econômica, quando não justificados por dados empíricos; e ainda propunha defender o gasto em bens públicos e combater o poder excessivo das grandes corporações (SUPLICY, 2006).

públicas e privadas); e a fiscalização rígida nas instituições que oferecem a modalidade de educação a distância, para que estas não sucateiem o ensino.

Um ponto importantíssimo, que deve ser ressaltado é a relação usuário/consumidor com o mercado da educação. Esse mercado parece priorizar a quantidade em detrimento da qualidade, ou seja, educação para muitos, mas qualidade para poucos. Evidencia-se uma política educacional de teor aristocrático, demasiadamente valorizando a meritocracia. A sociedade não deve ser apática perante os ditames neoliberais para o mercado de ensino, já que as oportunidades de educação não são iguais para todos. Perante esse cenário mercantilista da educação, Silva alerta-nos para o risco da “indiferença” quanto à política educacional no Brasil:

O campo educacional é centralmente cruzado por relações que conectam poder e cultura, pedagogia e política, memória e história. Precisamente por isso é um espaço permanentemente atravessados por lutas e disputas por hegemonia. Não assumir nosso lugar e responsabilidade nesse espaço significa entregá-lo a forças que certamente irão moldá-lo de acordo com seus próprios objetivos e esses objetivos podem não ser exatamente os objetivos de justiça, igualdade e de um futuro melhor para todos. (SILVA, 2007, p. 28-29)

Portanto, a política para a educação, principalmente quando se tratar de EaD, parece que deveria desviar-se desse modelo mercantilista (neoliberal), pois corre o perigo do sucateamento do ensino, uma vez que a educação torna-se “mercadoria” e fica mais vulnerável para ser “vendida” em quantidade em detrimento da qualidade; cerceando oportunidades dos mais desfavorecidos economicamente, com vantagem para aqueles privilegiados financeiramente.

Assim, não se sabe por quanto tempo o capitalismo usará a configuração de ideário neoliberal, pois, ainda que discursive e opere na esfera social, ele demonstra, na prática, provocar desigualdades (SILVA, 2007).

Não se condena a EaD, pelo contrário, ela é uma modalidade essencial no programa educacional de qualquer país, ainda mais sendo de grande extensão territorial. As características peculiares de cada região, como também as dificuldades de acesso a um centro de formação educacional, outorgam-na em modalidade eficaz de ensino.

A educação é um direito de todo indivíduo. O ensino de qualidade é uma obrigação de todas as instituições educacionais; e a oferta dessa instrução de qualidade deve ser igualitária,

com o acesso alcançando a todos, indistintamente – uma educação que vise formar cidadãos, primeiro, depois trabalhadores. E para que se viabilize tal política faz-se mister a participação de todos os setores da sociedade, em que os assuntos (problemas/soluções) sejam discutidos democraticamente.

Na modalidade de ensino EaD há a possibilidade considerável de alcançar um contingente maior de indivíduos que poderão exercer e usufruir dos direitos sociais que lhes constituem em cidadãos. Portanto, não se deve desprezar essa técnica “nova” de ensino/aprendizagem – a EaD – pois um país democrático se constrói na e pela cidadania.

## 2 A ANÁLISE DO DISCURSO

### 2.1 APRESENTAÇÃO À AD

É fato que a linguagem foi e continua sendo condição fundamental para a evolução humana. O poderio da palavra é imensurável, não obstante, passível de ser compreendido pelas funções peculiares de informar, expressar, relatar, argumentar, convencer, persuadir, dominar, etc. Como exemplos desse domínio verbal, mesmo em elocução metafórica, nas Escrituras Bíblicas encontramos os versículos: *No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus*<sup>36</sup> (sic) e *E o Verbo se fez carne e habitou entre nós (...)*<sup>37</sup> (sic), menção da força que a linguagem possui. Tais versetos enaltecem as palavras, comparando-as a um “ser” divino. Assim, ao aprofundarmos na história da linguagem, desde a sociabilização da espécie humana, certamente poderemos perceber que o poder manifesto na/da palavra se fez presente, premissa de que a linguagem existirá enquanto o homem existir.

A curiosidade investigativa inerente à espécie humana propiciou estudos sobre a linguagem, suas características e funcionalidade. Orlandi (2005) explana que as diversas maneiras de significar instigaram os estudiosos a se interessar pelo estudo da língua(gem).

Com o incremento dos estudos da Linguística no século XIX, e, principalmente, com os trabalhos de Ferdinand de Saussure, já no início do século XX, as pesquisas sobre a língua acarretaram transformações significativas, de valores epistemológicos distintos. Por conseguinte, o entendimento do fenômeno linguagem não ocorre de forma pacífica, cuja comprovação está evidente na seara conflituosa das teorias linguísticas. Essa divergência é decorrente do amálgama de epistemes que circundam a(s) língua(s).

Como os acontecimentos históricos e sociais são constantes, a linguagem se torna elemento constituinte desses eventos e assim não pode ser concebida apenas como um sistema natural, abstrato, neutro – a palavra não se constitui somente como um código, portanto, sua análise não pode ser restritiva a uma pesquisa imanente. Desse modo, os estudos sobre a

---

<sup>36</sup> João 1:1. in Bíblia Sagrada – Edição Pastoral. Ed. Paulus. São Paulo, 1990, p. 1384.

<sup>37</sup> João 1:14. in Bíblia Sagrada – Edição Pastoral. Ed. Paulus. São Paulo, 1990, p. 1384.

linguagem na atualidade ultrapassam as instâncias dicotômicas (principalmente a *langue/parole*) e buscam a relação da palavra com a ideologia no contexto sócio-histórico (BRANDÃO, 2004).

Os preceitos bakhtinianos, por exemplo, postulam que a linguagem é associada ao caráter interativo-dialógico do homem, que garante a comunicação entre os indivíduos, como também revela a sua constituição e a sua participação social, já que “a palavra é fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 1995, p. 36). Por essas peculiaridades, atualmente, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos no âmbito da Linguística, mais especificamente na seara da Análise do Discurso – com objetivo de analisar a língua em sua funcionalidade, não só na explicitude do enunciado, mas também no que se refere “implícitos” nesse. Em outras palavras, busca-se compreender a informação do “dito”, entender o “porquê” do enunciado e ainda desvendar o não-dito inscrito nele, já que o sentido do objeto enunciativo constituir-se-á conforme o contexto sócio-histórico-ideológico. Nas palavras de Cleudemar Fernandes:

discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debates e/ou divergências, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real. (FERNANDES, 2005, p. 20)

A linguagem é uma arena de embates ideológicos (BAKHTIN, 1995), um território de conflitos, onde o sentido depende de fatores históricos e sociais (BRANDÃO, 2004). Assim, “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Essa seara profícua de ideologias e manifestações tem sido o objeto de interesse para os estudiosos da linguagem.

E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2005, p. 15)

De tal modo, corroboramos com os dizeres de Fernandes (2005) de que os discursos não são estanques, pelo contrário, são dinâmicos, estão em constante transformação, pois acompanham as mudanças socioideológicas que integram o cotidiano da humanidade.

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente

reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1995, p. 95)

Sendo o discurso o objeto de estudo, faz-se imprescindível sua análise dentro da sociedade, já que ele é fruto de eventos sócio-históricos; e sua análise deve, necessariamente, estar vinculada às suas condições de produção, ou seja, para se apropriar das significações de uma enunciação é imperioso relevar sua essência extralinguística – o seu contexto sócio-histórico-ideológico (ORLANDI, 2005). Esse cenário exterior ao enunciado é de extrema relevância para a constituição do significado pretendido, já que está inserido em uma esfera transpassada por ideologia(s). Tal concepção é corroborada por muitos estudiosos da linguagem, que veem a língua como um fenômeno social de interação verbal, ou seja, compreendem as palavras como um produto da interatividade de sujeitos discursivos. Cabe ressaltar que, segundo Bakhtin (1995), não existe palavra neutra, portanto, qualquer discurso é constituído de ideologia(s). Fernandes compartilha desse entendimento quando pontua: “As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem” (FERNANDES, 2005, p. 23).

Conseqüentemente, investigar o discurso implica realizar interpretação(ões) do(s) dizer(es) do sujeito-locutor, já que esse enuncia de um determinado lugar social, dentro de momento histórico, e ainda imbuído de ideologia(s). Sua enunciação é elaborada para interlocutores que se encontram em momentos e lugares distintos ou não, comungando da mesma ideologia ou não. E no discurso proferido tem-se a corroboração ou a repulsa de outro(s) discurso(s), isto é, apoia-se ou refuta-se uma determinada ideologia.

Para o estudo do discurso, a língua é materializada em forma de texto, vista como uma estrutura linguístico-histórica. E da investigação do discurso, com o foco nas condições de sua produção, isto é, com a valorização do contexto sócio-histórico-ideológico ao qual está inserido, surge a Análise do Discurso, que busca compreender não o que o discurso quer dizer, mas o que ele significa, pois “a linguagem não é transparente” (ORLANDI, 2005, p. 17). É necessário interpretar relevando aspectos extralinguísticos.

Portanto, no território da AD, a linguagem precisa ser compreendida, não apenas decifrada (ORLANDI, 2005). Deste modo, não é interesse da AD trabalhar com a língua enquadrada num sistema estanque, abstrato e imanente, em uma armadura estruturalista; mas sim, buscar as relações dos enunciados entre si, com o alcance de efeitos transfrásticos, isto é, trazer para o âmbito da construção do sentido fatores existentes além do significado simbólico

das frases, elaborando uma reflexão sobre os constituintes extralinguísticos integrantes no discurso (BRANDÃO, 2004).

Significar e significar-se são escopos inerentes do homem. Pela doutrina bakhtiniana da linguagem como um processo de interação social, o homem é capaz de significar e significar-se, refletindo a realidade a qual está inserido, refratando pensamentos e valores adquiridos na sua vivência. Desse modo, o homem se assujeita<sup>38</sup> à linguagem, mais propriamente ao(s) discurso(s), e, portanto, à ideologia(s) (ALTHUSSER, 1992), pois não existe neutralidade discursiva, todo “dizer” é ideológico (BAKHTIN, 1995). Nessa perspectiva, o discurso é a própria materialidade da interação social. Dessa forma, Bakhtin entende a língua como “um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação” (BRANDÃO, 2004, p. 7); ele concebe a língua, mais precisamente a fala, como objeto concreto decorrente da expressão individual dos falantes (BRANDÃO, 2004). É sob esse preceito bakhtiniano da valorização da fala, no qual a enunciação é confirmada como produto da interação entre os falantes, que a AD pensa a linguagem.

Na AD, o preponderante é a materialidade simbólica e significativa no discurso, ou seja, as condições de produção do enunciado (momento em que foi confeccionado; lugar de onde se pronunciou; sujeito-locutor), os fatores exteriores ao linguístico – pressupostos essenciais para torná-lo em uma enunciação. Alinhada com os ensinamentos de Michel Pêcheux, Orlandi (2005) postula que o dizer está vinculado às condições de produção, pois existe uma influência constitutiva que conecta o dizer com a sua exterioridade. Tal posicionamento corrobora o preceito da AD que estabelece o contexto sócio-histórico e ideológico como constituinte de qualquer discurso (dizer). A situação histórico-social e os sujeitos compreendem fundamentalmente as condições de produção (FERNANDES, 2005). A AD trabalha com o enunciado num invólucro semântico, ela interpreta o texto na sua discursividade (ORLANDI, 2005), isto é, compreende o texto em ação, atuando, provocando consequências.

O discurso é um produto social, histórico e ideológico que necessariamente depende do sujeito (discursivo) para existir. Discurso e sujeito estão numa relação constitutiva – um

---

<sup>38</sup>Sob o olhar marxista, Althusser (1992) postula que o homem assujeitado é um indivíduo interpelado incessantemente pela(s) ideologia(s) e pelo inconsciente, um sujeito que não constitui-se como a fonte do seu dizer, ou seja, é um produto do “já-dito” do “pré-constituído”. E por meio desse assujeitamento, o indivíduo se torna um sujeito enunciativo do lugar e da(s) ideologia(s) em que se inscreve – portador do discurso do Aparelho Ideológico do Estado (família, escola, sindicato, igreja, imprensa, etc.).



não existe sem o outro e vice-versa. É no sujeito e por sua mediação que o discurso acontece. “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (PÊCHEUX, 1975, apud ORLANDI, 2005, p. 17). Em outras palavras, a língua é a materialidade do discurso, que, por sua vez, é a materialidade da ideologia. Com menção de palavras de Orlandi, Brandão (2004) define discurso como:

o efeito de sentido construído no processo de interlocução (opõe-se à concepção de língua como mera transmissão de informação). O discurso não é fechado em si mesmo e nem é o domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos. (BRANDÃO, 2004, p. 106)

Assumindo a proposta de que o discurso é a palavra revolucionária e reacionária, isto é, que além de estar constantemente em movimento, provoca uma ação que certamente motivará uma reação, e de que ele é constituído de efeitos ideológicos que visam a persuadir os interlocutores, dissertaremos sobre a Análise do Discurso de linha francesa, buscando trazer sua história, seus conceitos/preceitos e suas particularidades mais importantes, já que se trata de um tema extenso, abundante e constituído de muita discussão.

Salientamos que o assunto Análise do Discurso, por encontrar-se num território conflitante, é repleto de teorias e posicionamentos análogos como também contraditórios, cujo objeto de estudo é(são) o(s) discurso(s), mais precisamente sua produção de sentidos, já que esses “ocupam uma posição singular, estando ao mesmo tempo inscritos na ciência da linguagem e localizados na encruzilhada das ciências humanas, das ciências sociais e das humanidades” (MAINGUENEAU, 2008, p. 135).

## 2.2 OS TERRITÓRIOS E O CONTEXTO DA AD

Na década de 60, os estudos linguísticos suscitararam o advento da AD. Na França, surgiu uma corrente que preceituou uma nova abordagem nas análises linguísticas – a utilização de um método de pesquisa multidisciplinar que destaca o discurso como objeto de estudo. Denominada de Análise do Discurso<sup>39</sup> (AD) de vertente francesa<sup>40</sup>, essa disciplina

<sup>39</sup> Explicitar a vertente francesa da Análise do Discurso (ou AD) denota assinalar que não existe somente uma, porém diferentes “Análises do Discurso”. Justapostos às pesquisas da escola francesa (AD), são conhecidos os estudos anglo-saxões alusivos a mesma área da Linguística. Segundo Mussalim (2001), a diferença

irrompe nos domínios da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. Um dos precursores dessa disciplina foi Michel Pêcheux, que promove rupturas com os preceitos estruturalistas, que postulam a língua como um veículo para a comunicação, isto é, um instrumento para transmitir informações ou um mero ato de fala. O estruturalismo idealiza uma língua imanente, limitada em si mesma. Pêcheux promove uma noção discursiva da língua, busca analisá-la valorizando seus traços extralinguísticos, ou seja, prioriza os aspectos que vão além do ato comunicativo. Ele elabora uma interpretação do discurso que consiste em investigar um enunciado no contexto histórico, social e ideológico, para chegar à construção de sentidos.

Da seara da Linguística, a AD francesa utiliza os processos de enunciação, já que a não-transparência da linguagem é pressuposto dessa episteme, e que cuja análise é possível, pois a língua é o objeto de estudo e possui sua ordem própria. No âmbito do Marxismo (materialismo histórico), a AD busca explicar os fenômenos histórico-sociais e o assujeitamento que a ideologia provoca no sujeito. A Psicanálise contribui com a AD no que se refere à subjetividade e na relação do sujeito com o simbólico, segundo Orlandi:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2005, p. 20)

Por conseguinte, na AD francesa temos que a língua é compreendida como produto da interação entre interlocutores-falantes, instrumento discursivo de influência mútua com o mundo, e que intenciona divulgar e/ou ocultar ideologias materializadas na linguagem. Assim,

---

fundamental de abordagem consiste no fato de que a AD “mantém uma relação privilegiada com a história, com os textos de arquivo que emanam de instâncias institucionais” (MUSSALIM, 2001, p. 113), enquanto a Análise do Discurso anglo-saxônica “privilegia a relação com a Sociologia, interessando-se por enunciados com estruturas mais flexíveis” (ibid.). A autora ainda discorre que “o que diferencia a Análise do Discurso de origem francesa da Análise do Discurso anglo-saxã (...) é que esta última considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a Análise do Discurso de origem francesa não considera como determinante essa intenção do sujeito; considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais” (ibid.).

<sup>40</sup> Reportando a Fiorin (1990), Mussalin (2001) pontua que a própria vertente francesa da Análise do Discurso apresenta distintas correntes de estudo. Embora todas se ocupem do estudo da discursivização, isto é, do “estudo das relações entre condições de produção dos discursos e seus processos de constituição” (MUSSALIM, 2001, p.114), e de postularem a preferência do interdiscurso, diferem no modo como analisam o sujeito enquanto elemento do discurso. Mas nesse trabalho não serão aprofundados esses tópicos.

na AD francesa, a lingua(gem) não tem competência apenas para informar, para anunciar, mas para mediar a relação entre o homem e o mundo.

Harmonizado com a concepção bakhtiniana da linguagem como fenômeno sociointerativo, a AD busca averiguar as condições de produção do discurso para desvendar o “porquê” dele ser constituído em um determinado local e momento, já que poderia ser outro e não esse em análise (FOUCAULT, 2008). Assim, para tal estudo, compreendemos a linguagem como a materialização do(s) discurso(s) imbuído(s) de ideologia(s) – corolário de que a linguagem traz consigo manifestações ideológicas (ou ao menos vestígios dessas) de ordem histórico-social, enunciadas por sujeitos discursivos. E o cenário histórico-social no qual se insere o discurso faz-se necessário na construção de sentido, já que esse é construído histórico, social e psicologicamente.

Orlandi (2005) exemplifica alguns conceitos da AD francesa que se deve especificar:

- inteligibilidade: o enunciado “ela disse” é inteligível, porque consegue-se decifrá-lo; porém, não é interpretável, pois não se sabe quem ela é e o que disse – portanto, somente caracteriza o sentido à linguagem;
- interpretação: numa situação “x”, João diz que Maria vai se casar. José pergunta como é que ele sabe, e João responde: “Ela disse”. É possível a interpretação nesse contexto: “Ela” é Maria, e o que “disse” é que irá se casar. Trata-se do sentido envolvido no co-texto (as outras frases que integram o texto) e no contexto imediato (quem fala, o que diz, para quem);
- compreensão: “Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam” (ORLANDI, 2005, p. 26). A compreensão busca explicar os processos de significação presentes no texto e possibilita que se “escutem” outros sentidos inseridos nele, entendendo e revelando o contexto mediato (quem fala, o que diz, para quem, quando, por que, onde, como, etc.). Assim, do exemplo supracitado pode-se perceber que: Maria é solteira; deve estar noiva e, portanto, feliz; deve estar providenciando enxoval; João e José são conhecidos de Maria; um dos dois pode gostar de Maria; logo, é possível inferir e desvendar o contexto sócio-histórico-ideológico.

Desse modo, “a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2005, p. 26). Consequentemente, a construção de sentido é inerente à(s) condição(ões) de produção do discurso, pois o discurso (ou qualquer enunciado discursivo) é

produto das circunstâncias contextuais. Analisar o discurso requer interpretar os sujeitos falando num espaço contextual específico, de ocasião histórica, de posição social exercida e da ideologia que se manifesta, conforme Fernandes explicita:

A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção. As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem. (FERNANDES, 2005, p. 23)

Para a AD, o sentido não é uma mera mensagem concluída em si – o sentido não é uma mensagem imanente. Trata-se de efeito de sentido entre sujeitos discursivos, isto é, consta da mensagem enunciativa carregada de teor sócio-histórico-ideológico. O sentido é engendrado no discurso, por conseguinte, é construído no/pelo contexto histórico-social e pela ideologia que se manifesta. Segundo Pêcheux (2010), o sentido da palavra é inconcebível em si mesmo, não existe em uma relação transparente com a literalidade do significante; mas fica estabelecido pela ideologia que o reveste no âmbito histórico-social (BRANDÃO, 2004). Portanto, concluímos que a significação de uma palavra não é estanque - definir-se-á seu sentido conforme a posição do sujeito que a enuncia, o contexto histórico que lhe dá origem e a ideologia pela qual está inserida.

Imprescindível é entendermos a noção de formação discursiva (FD) na AD, pois possibilita a compreensão do processo de produção de sentidos. Para a AD francesa, uma sociedade compõe determinada formação social<sup>41</sup> (FS), e essa, por conseguinte, possui em seu interior uma diversidade de formações ideológicas (FIs). Para Pêcheux & Fuchs (2010), as formações sociais são as matrizes de onde originam as formações ideológicas, as quais são constituídas<sup>42</sup> por diferentes FDs conectadas, determinantes do que pode e deve ser dito num discurso, sob determinada posição, num dado contexto histórico-social e ideológico. De tal modo, todo “dito” pelo sujeito se insere numa determinada FD e não em outra, para ter um sentido específico e não outro, já que os sentidos são constituídos ideologicamente (ORLANDI, 2005). Portanto, as palavras não significam nelas mesmas, mas na FD<sup>43</sup> ou FI donde estão inseridas. Consequentemente, pode-se inferir que é através da FD que o sujeito se significa socialmente, se constitui em sujeito discursivo, já que engendra seus discursos; e em

<sup>41</sup> Caracteriza-se por um estado de relações sociais (domínio, subserviência, aliança e antagonismo) entre classes constituintes de uma comunidade em um contexto histórico (BRANDÃO, 2004).

<sup>42</sup> Orlandi (2005, p. 44) ensina que as FDs “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”.

<sup>43</sup> Segundo Orlandi (2005, p. 44), “os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas”.

seus dizeres ele manifesta os dizeres da classe social a que pertence, isto é, o sujeito propaga as ideologias do grupo social em que está inserido. Por exemplo, o lexema “Terra”, num simpósio astronômico certamente referir-se-á ao planeta Terra, pois esse é o sentido mais provável; no âmbito geográfico poderá significar solo ou quantidade (extensão); na área rural denota patrimônio, propriedade (para os latifundiários) ou então um sonho, um ideal (para os sem-terra), já que é o corriqueiro no atual contexto sócio-histórico brasileiro; e ainda numa situação de naufrágio significará sobrevivência.

Nas palavras de Pêcheux & Fuchs, as formações ideológicas constituem-se de um “conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, apud FERNANDES, 2005, p.60). Por conseguinte, podemos entender uma FI como um conjunto complexo de ideias, atitudes e representações que uma determinada classe social coaduna, isto é, a visão de mundo dessa determinada classe social e que se materializa no discurso e pela formação discursiva.

Deste modo, entendemos que as FDs são componentes elementares de FIs e constituem o espaço onde discurso e ideologia se articulam, às vezes revelando outras FDs, por conseguinte, provocam, em seu interior, constantes embates ideológicos que engendram o discurso. As FDs, segundo Orlandi (2005, p. 44), “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. Isso demonstra a grande susceptibilidade à exteriorização que as FDs apresentam, já que os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua – esses dependem das relações construídas nas/pelas FDs. Embasado nas proposições de Foucault (2008), Pêcheux (2010) postula que a FD possui dois tipos de funcionamento – a paráfrase e o pré-construído, este compreendido como as construções anteriores e exteriores, diferente do que está sendo construído pelo enunciado, e aquela compreendida como as retomadas e reformulações dos enunciados, preservando a identidade deste.

Consequentemente, nas relações de produção no processo de formação da instância ideológica, é notável a interpelação e o assujeitamento do sujeito pela(s) ideologia(s). Tal interpelação ideológica consiste em fazer com que o sujeito discursivo “seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social” (BRANDÃO, 2004, p. 46-47), mesmo que não tenha consciência disso e tenha a impressão de que é dono de sua vontade.

Quanto às formações sociais (FS), segundo o esclarecimento de Brandão,

caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação. (BRANDÃO, 2004, p. 107)

Fernandes (2005) reporta a Foucault (2008) sobre a questão: por que aparece um determinado enunciado em um momento específico e não outro em seu lugar? Entendemos que tal questão possa ser respondida ao argumentar que todo discurso carrega marcas de enunciados que o precederam e o sucederam, bem como traz consigo a ideologia pretendida pelo sujeito enunciativo, que ocupa determinada posição social, num contexto histórico atravessado por diversas manifestações ideológicas. Em outras palavras, o locutor organiza seu discurso, adequando-o ao cenário histórico-social, impelido, fundamentalmente, pela ideologia que o seduz e o aliena.

Perante a imprescindibilidade “daquele que enuncia” em todo ato comunicativo, faz-se necessário identificar quem é o sujeito discursivo na AD. Trata-se de um sujeito sócio-histórico-ideologicamente constituído, já que está marcado em determinado espaço e tempo; e ainda sua fala enuncia recortes de ideologias. No território histórico-social e ideológico o sujeito produz o seu discurso perante discursos de outrem. Por se tratar de um sujeito bakhtiniano, isto é, constituído na/pela interação social, é um sujeito dialógico, que tem a sua fala/escrita carregada de vozes provenientes de diferentes discursos engendrados em momentos distintos e de variados lugares – uma “forma-sujeito”<sup>44</sup> (BRANDÃO, 2004). Portanto, é um sujeito polifônico, pois integram o seu discurso vozes de outrem; tal afirmação funda-se no princípio da polifonia postulada por Bakhtin (FERNANDES, 2005). Nas palavras de Orlandi:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento. (ORLANDI, 2005, p. 50)

E, orientada pelos estudos pecheutianos, Brandão explica, categoricamente, a concepção de sujeito:

Sujeito: na perspectiva da análise do discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o

<sup>44</sup> Denominação elaborada por Pêcheux para indicar o sujeito afetado pela ideologia (BRANDÃO, 2004).

sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, porque na sua fala outras falas se dizem. Para Pêcheux, ‘a ilusão discursiva do sujeito consiste em pensar que é ele a fonte, a origem do sentido do que diz’. (BRANDÃO, 2004, p. 110, grifo da autora)

O sujeito dialógico é um sujeito heterogêneo, já que se constitui ideologicamente, na história, ocupando determinado lugar social onde interage com o outro. O princípio da heterogeneidade que cinge o sujeito é o mesmo inerente ao discurso. Brandão (2004) explicita que alguns discursos revelam a presença do outro, como por exemplo: o discurso relatado (direto: o locutor recorta e cita palavras do outro; indireto: o locutor parafraseia palavras do outro); formas com marcas de conotação autonímica (sem que haja interrupção do fio discursivo, o locutor assinala as palavras do outro com aspas, negrito, itálico, etc.); formas complexas (em discurso indireto livre, ironia, antífrase<sup>45</sup>, alusão<sup>46</sup>, imitação, ou reminiscência, o locutor joga estratégica e intencionalmente com o discurso do outro para atingir um fim).

Portanto, o sujeito “eu” priva-se da subjetividade, perde o domínio de si, passando a compor-se no binômio “eu-tu”, ou melhor, constitui-se na interação discursiva entre o “eu” e o(s) “outro(s)”. O sujeito discursivo não é uno, homogêneo e egocêntrico, denota um enunciador descentrado – não senhor de sua vontade, pois a presença do outro integra a sua identidade; e ele se encontra clivado entre o consciente e o inconsciente. Assim, o sujeito é subjugado por coerções socioideológicas ou está sob as orientações do próprio inconsciente (MUSSALIM, 2001). Trata-se de um indivíduo assujeitado ideologicamente, cujo discurso sempre será sob domínio de ideologia. Mesmo sem consciência disso, o sujeito tem a impressão de que é dono de sua própria vontade – é um sujeito interpelado pela ideologia; também é assujeitado historicamente, pois não pode viver fora da realidade (exceto um doente mental). É, ainda, um indivíduo assujeitado socialmente, já que existe uma hierarquia social para se respeitar e regras para serem cumpridas (BRANDÃO, 2004).

Esses traços corroboram que ele é, afinal, um sujeito interdiscursivo, visto que seu discurso é transpassado por múltiplas formações discursivas que interagem num processo constante (FERNANDES, 2005). Parafraseando Maingueneau, Brandão esclarece essa característica interdiscursiva do sujeito:

a interdiscursividade tem um lugar privilegiado no estudo do discurso: ao tomar o interdiscurso como objeto, procura-se aprender não uma formação discursiva, mas a interação entre as formações discursivas diferentes. Nesse

<sup>45</sup> Figura de linguagem que consiste no uso de termos contrários para expressar a ideia que desejamos, por exemplo: Chegou cedo, seu fulano! (para alguém que chegou atrasado); ironia.

<sup>46</sup> Palavra, frase que evoca pessoa, coisa ou fato sem nomeá-lo diretamente; referência vaga e indireta.

sentido, dizer que a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso é dizer que todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos. (BRANDÃO, 2004, p. 107)

Assim, a exteriorização do discurso regula a noção de assujeitamento ideológico do sujeito discursivo, pois a FD torna possível que o sujeito, enquanto enunciador do discurso e inscrito num contexto histórico-social, seja capaz de concordar ou não com o sentido dado às palavras.

Orlandi (2005) postula que o dispositivo de interpretação, isto é, as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação contextual e a memória discursiva. Sobre essa, salienta que não se trata de uma memória psicológica, mas sim da memória de um discurso inscrito na história. Por inferência, podemos entender que a memória discursiva está intimamente relacionada com o interdiscurso, já que esse é definido como o pré-constituído, “o que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2005, p. 31). Segundo Pêcheux, “a estruturação do discurso vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (FERNANDES, 2005, p. 56). Por conseguinte, os discursos revelam a memória da coletividade, na qual o sujeito-enunciador está inscrito. A correlação entre interdiscursividade e memória é explicitada por Orlandi com a seguinte definição:

chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2005, p. 31)

Portanto, vista em relação ao discurso, a memória apresenta um traço peculiar: ela é tratada como interdiscurso – em um sentido mais abrangente, é abordada como memória discursiva. Sob essa perspectiva, a constituição determina a formulação, já que o sujeito só diz (formula) quando se coloca na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Em outras palavras, a relação entre o já-dito e o que se está enunciando é a mesma que existe entre interdiscurso e intradiscurso, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação. Deste modo, segundo Orlandi (2005), todo discurso é o produto da confluência da memória (constituição) e o da atualidade (formulação).

Para enriquecer esse tema, esmiuçaremos um pouco mais o assunto. Ao tratar do binômio: interdiscurso e intradiscurso, a AD francesa entende que o primeiro caracteriza-se por algo que “já foi dito antes” e que, depois de ser apagado na memória, isto é, marcado pelo esquecimento, começa a fazer sentido em outro contexto histórico (ORLANDI, 2005).



Parafrazeando Orlandi (2005), num certo momento, palavras de outrem são apagadas, colocadas no anonimato, para depois fazer sentido nas “nossas” palavras. Ainda vale ressaltar que, segundo essa autora, “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ibid, p. 33), diferente da FD, que constitui uma espécie de regionalização do interdiscurso, ou seja, aquilo que estabelece o que pode e o que deve ou não ser dito num determinado contexto sócio-histórico-ideológico e que é possível perceber as relações entre os dizeres de outras FDs<sup>47</sup>. O segundo – o intradiscurso – define-se por aquilo que se diz efetivamente em condições definidas. No intradiscurso podemos perceber as relações de um dizer com outros dizeres. Nesse processo, o sujeito-enunciador sabe que está usando dizeres de outrem; portanto, no intradiscurso o esquecimento não é estruturante como no interdiscurso. Assim, a relação entre interdiscurso e intradiscurso consiste num vínculo do qual os sentidos movimentam e se constituem (ORLANDI, 2005).

Com esses esclarecimentos, já podemos afirmar que o indivíduo é constituído em sujeito no e pelo discurso, já que ele faz-se significar através da formação discursiva onde se encontra inserido, a qual estabelece sua maneira de organizar e interpretar o mundo. E cada vez que o sujeito enuncia seu discurso, ele assegura sua formação discursiva, estabilizando, assim, os efeitos de sentido do discurso (BRANDÃO, 2004). É nessa circunstância que o indivíduo constitui-se em um sujeito discursivo – aquele que tem voz.

Nessa linha de raciocínio, pode-se inferir que o sujeito é constituído socioideologicamente, construído de outros sujeitos (os interlocutores). Portanto, sujeito e língua(gem) são essencialmente intrínsecos e vinculados ao contexto – às condições de produção (ORLANDI, 2005).

Na AD francesa, as condições de produção são elementares. É mister que elas sejam analisadas tanto em seu sentido estrito, isto é, no contexto imediato de produção do discurso (quem fala, o que diz, para quem e quando), quanto no contexto mediato, ou seja, na situação histórico-social e ideológica. Isso porque contexto imediato e mediato são constitutivos na produção dos efeitos de sentido (BRANDÃO, 2004). Portanto, condições de produção “constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os

---

<sup>47</sup> Segundo Orlandi (2006), o agrupamento de FDs forma um complexo com *dominante* (entendida como a bagagem sócio-histórico-ideológica do sujeito inscrito na coletividade) e “esse complexo com dominante das formulações discursivas é o que chamamos interdiscurso, que também está afetado pelo complexo de formulações ideológicas” (ibid, p. 18).

interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente” (BRANDÃO, 2004, p. 105).

Nessas condições de produção, segundo Pêcheux, o sujeito entra num jogo de imagens ao produzir seu discurso, isto é, ele imagina o local de onde enuncia e idealiza a imagem de si mesmo e do(s) interlocutor(es), cuja existência faz-se necessária para que o sujeito se expresse de uma certa forma e não de outra. Assim, o sujeito-locutor, estratégica e imaginariamente, antecipa e organiza o seu discurso conforme aquilo que o(s) receptor(es) espera(m) (BRANDÃO, 2004).

É importante também explicar que o sujeito, ao idealizar uma realidade discursiva, apresenta duas ilusões discursivas, segundo os ensinamentos pecheutianos. Conforme Orlandi (2005) explana, ancorada nos estudos de Pêcheux & Fuchs (1975), no primeiro esquecimento, denominado de esquecimento ideológico, o sujeito se coloca como senhor de si, fonte-origem do sentido de seu discurso e tem a ilusão de que é o dono absoluto daquilo que diz. Tal esquecimento é do âmbito do inconsciente, consequência da ideologia que o afeta. “Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos” (ORLANDI, 2005, p. 35). O sujeito se esquece de que é assujeitado pela formação discursiva a qual está inscrito ao enunciar. Já no segundo esquecimento, que é da ordem da enunciação, o sujeito acredita que tem absoluta consciência de tudo aquilo que fala e de que pode controlar os efeitos de sentidos de suas palavras. O esquecimento enunciativo engendra uma ilusão referencial, já que ao enunciar, o sujeito discursivo o faz de uma maneira e não de outra e, por muitas vezes, ele retoma os seus dizeres – estratégia que produz famílias parafrásticas, que apontam que eles (dizeres) podiam ser outros (ORLANDI, 2005). Esse tópico também é explicitado por Brandão:

caracteriza por um funcionamento de tipo pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa: na medida em que, para antecipar o efeito do que diz, utiliza-se de estratégias discursivas. (BRANDÃO, 2004, p. 82)

Sob esse prisma, compreendemos que todo discurso tem vínculo com outros – todo discurso é heterogêneo, pois se o sujeito não é dono (autor) daquilo que diz, tudo que é dito é um “já-dito” enunciado por alguém num contexto e condições de produção diferentes. Brandão (2004) comenta essa recuperação do “já-dito” pelo sujeito discursivo, que, mesmo inconsciente, apodera-se de um “dito-fonte” (discurso alheio já pronunciado) e engendra o seu

enunciado. Desse modo, não obstante, todo discurso está constituído de palavras alheias. Essa autora ensina que é no Outro que a palavra se constitui:

Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no Outro do discurso (...) é o discurso segundo que se constitui através do primeiro, parece, com efeito, lógico pensar que este discurso primeiro é o Outro do discurso segundo, não sendo possível o inverso. (BRANDÃO, 2004, p. 96)

Todo discurso é um mosaico de dizeres, constituído de outros discursos, em constante interação. É uma região conflitante em que não há neutralidade ou inocência – espaço de manifestações e embates ideológicos, donde suscitam relações de dominação, subordinação, contestação, alegação, legitimação, etc. (BRANDÃO, 2004).

Dessa pluralidade de fatores essenciais que constituem o processo discursivo na AD francesa, existe uma tensão que afeta o funcionamento da língua(gem). Trata-se da paráfrase e da polissemia. De acordo com Orlandi (2005), os processos parafrásticos e os polissêmicos agem continuamente no dizer, numa tensão constante entre o mesmo e o diferente. Segundo a autora, os processos parafrásticos representam um retorno aos espaços do dizer, mantendo sempre algo de origem, ou seja, ao falar, o enunciador sempre formulará dizer(es) diferente(s), mas oriundo(s) de “já-dito(s)” arquivados na memória. Constroem-se distintas formulações estabilizadas (paráfrases) no mesmo dizer sedimentado. Nos processos polissêmicos ocorrem deslocamentos, rupturas de processo de significação, em um jogo com o equívoco. É nesse jogo entre o já-dito e o a se dizer, no embate entre o mesmo e o diferente, na tensão entre paráfrase e polissemia, que os sujeitos e os sentidos se movimentam, (se) significam (ORLANDI, 2005). Dessas concepções, é possível entender que a paráfrase está para a esfera da produtividade, enquanto que a polissemia ancora-se no âmbito da criatividade.

Desse estudo, podemos afirmar que, para AD, a característica inerente e impreterível da linguagem é a sua opacidade, é a sua essência de incompletude. Portanto, conjectura-se que nem sujeitos nem sentidos estão completos, definitivamente constituídos. Constroem-se e realizam-se no entremeio da relação sócio-histórico-ideológica da memória, do movimento e até do silêncio, já que também é lugar do possível. A linguagem constitui-se da multiplicidade de sentido (ORLANDI, 2005). Como já explicitado, a linguagem atua mediante a tensão entre paráfrase e polissemia, isto é, todo discurso é engendrado a partir de uma relação entre o mesmo e o diferente. Por conseguinte, para compreender como os discursos funcionam, exige-se entender o jogo da memória, ou seja, por meio do esquecimento, consegue-se

reproduzir e cristalizar o mesmo e também torna-se possível revelar o diferente (BRANDÃO, 2004). A incompletude da linguagem é manifesta, já que todo discurso diz além do que o sujeito-enunciador pretende. Sob essa linha teórica da incompletude, Orlandi pontua:

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos [...] Por isso, [...] a incompletude é a condição da linguagem: nem sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo [...] É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia [...] os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia. (ORLANDI, 2005, p. 37)

Essa incompletude da linguagem, enquanto discurso, ainda é corroborada pelos ensinamentos de Pêcheux (1997), que argumenta que o sentido não é compreendido como um elemento fixo, estanque, já que é histórico (e a história é ativa), e por isso pode se transformar em outro. Os argumentos pecheutianos fundam-se no equívoco da língua(gem): “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 53). Portanto, pode-se concluir que a linguagem é incompleta por natureza, uma vez que é passível de alterações. Em sua constante atividade, a língua é inexaurível de transformações.

No estudo da AD é preponderante explicar que, dentre os fatores constituintes do discurso, estão as condições de produção. Segundo Fernandes explicita:

Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso, que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto. (FERNANDES, 2005, p. 22)

Nos entendimentos de Orlandi (2005), as condições de produção abrangem os sujeitos e a situação; também a memória integra a produção do discurso: em sentido estrito (contexto imediato) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). Sob essa perspectiva, Fernandes pontua que as condições de produção são aspectos sociais, históricos e ideológicos que estão contextualizados no discurso, ou ainda circunstâncias que tornam possível a produção do mesmo, isto é, os enunciados significam conforme as condições em que são produzidos (FERNANDES, 2005).

Ainda são pertinentes a esse tópico a relação de sentido, a relação de forças (poder) e a antecipação, que, segundo Pêcheux, constituem-se das formações imaginárias (BRANDÃO,

2004), uma vez que sempre resultam de processos discursivos preexistentes. E quando se trata de processo discursivo preexistente é salutar – sem intuito de ser redundante – reportar às doutrinas bakhtinianas no que concerne à dialogia<sup>48</sup>. Para Bakhtin (1995), todo processo discursivo é dialógico e está impregnado de valores ideológicos em constantes embates, uma vez que a palavra é uma arena de lutas, vista como um “dizer” constituído por vozes de outros. Para esse filósofo, é no e pelo exterior que se origina e se constrói o sujeito discursivo, conseqüentemente, esse advento não é pacífico – pelo contrário, o sujeito se faz significar por intermédio do confronto de ideologias que perpassam em seu interior e conforme o contexto sócio-histórico ao qual está inserido. Segundo Bakhtin:

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais. (BAKHTIN, 1995, p. 66)

Muito interessante é esse postulado bakhtiniano de que o sujeito é constituído de vozes, diálogos e valores adquiridos na sociedade, fundamento da polifonia e do dialogismo<sup>49</sup>. Pode-se simplificar esse entendimento com a seguinte colocação: a voz do sujeito constitui-se de dizeres de outrem. Entretanto, o sujeito discursivo acha que é o precursor de suas palavras e pensamentos, reportando aos estudos de Pêcheux & Fuchs (2010), já percorridos. Segundo esses dois autores, o enunciador tem a impressão de que é demiurgo de tudo o que enuncia, ou seja, ele se ilude quanto à origem de seus dizeres, como ainda acha que tem o domínio de suas palavras. Já abordada anteriormente, essa dupla ilusão<sup>50</sup> discursiva também é constitutiva das condições de produção do discurso. Aportada nos estudos de Pêcheux, Mussalim explica esse duplo esquecimento, já explicado anteriormente:

Como decorrência dessa dupla ilusão, manifestações que se dão no nível da superfície discursiva, como a heterogeneidade mostrada, foram interpretadas por Pêcheux (1969) como uma evidência dessa relação imaginária que o sujeito tem do próprio discurso, como uma manifestação da tentativa (ilusória) de controlar o próprio discurso. (MUSSALIM, 2001, p. 136)

Assim, a AD francesa estabelece que nos discursos inexistem a presença de sujeitos absolutos, concluídos, mas reconhece a existência da representação deles em lugares determinados na estrutura de uma FS. Tal representação engendra um “jogo de imagens”,

<sup>48</sup> Para Bakhtin, é na/pela dialogia que o ser humano se constitui; é na reciprocidade constitutiva da interação verbal (diálogo) que surgem os sujeitos discursivos, pois mesmo em um monólogo há dialogicidade com vozes alheias (BAKHTIN, 1995).

<sup>49</sup> O postulado de polifonia e dialogismo de Bakhtin (1995) dão ancoragem para os estudos de Pêcheux & Fuchs (2010).

<sup>50</sup> No processo de constituição do sujeito discursivo, este é afetado por dupla ilusão: a primeira, de ser fonte/origem dos seus dizeres (natureza inconsciente); e a segunda, de ter o domínio do de seus dizeres (natureza pré-consciente); fenômenos mais conhecidos como “esquecimentos pecheutianos” (ORLANDI, 2005).

explicitado por Pêcheux (2010), compreendido através de expressões, sentenças e questões com as quais se pode visualizar essas condições de maneira imaginária. Esse quadro é esquematizado por Pêcheux (2010, p. 82 - 83) da seguinte forma:

- 1) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, com a pergunta: “Quem sou eu para lhe falar assim?”;
- 2) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”;
- 3) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a pergunta: “Quem sou eu para que ele me fale assim?”;
- 4) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a pergunta: “Quem é ele para que me fale assim?”;
- 5) o “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta: “De que lhe falo assim?”;
- 6) o “ponto de vista” de B sobre R, com a pergunta: “De que ele me fala assim?”.

É indispensável esclarecer que as relações desse complexo “jogo de imagens” não são previamente estabelecidas – ao contrário, vão sendo engendradas no decorrer do processo discursivo, conforme elucida a citação de Mussalim:

Esse jogo de imagens, mesmo estabelecendo as condições de produção do discurso, ou seja, aquilo que o sujeito pode/deve ou não dizer, a partir do lugar que ocupa e das representações que faz ao enunciar, não é preestabelecido antes que o sujeito enuncie o discurso, mas este jogo vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. (MUSSALIM, 2001, p. 137)

Em síntese, as formações imaginárias se manifestam no processo discursivo por meio da relação de sentido, da relação de forças (poder) e da antecipação (BRANDÃO, 2004). Portanto, são as condições de produção que nos remetem para as relações de força presentes e constitutivas na/da prática discursiva. As relações de forças compreendem uma assimetria na relação entre indivíduos, uma desigualdade de sujeitos discursivos, confirmada pelo desnível entre os lugares que são ocupados e o poder que emana desses lugares nas situações sociais. Brandão (2004) compartilha o posicionamento de Pêcheux, quando o francês concebe os protagonistas do discurso não na sua forma física, mas na representação dos lugares ocupados por eles na estrutura social. Desse modo, os sujeitos discursivos acabam por revelar, por meio de seus enunciados, marcas dos lugares que ocupam. Isso é possível e se justifica pelo fato de o sujeito estar inscrito em uma sociedade organizada, que mantém um padrão hierárquico social, no qual algumas classes se sobrepõem a outras – razão de haver sujeitos com mais

“poder” de que outros, por exemplo: o lugar do professor é superior ao do aluno, o lugar do patrão é mais elevado que do empregado.

O que interessa, sobretudo e essencialmente, é a função das relações entre sujeitos discursivos. Se o discurso é produto (efeito de sentido) entre interlocutores, isso, certamente, implica confronto, tensão, conflitos na interação discursiva.

A relação de sentido encontra-se no âmbito da interação discursiva, ou seja, não existe discurso que não se vincule com outros; portanto, os sentidos resultam de interações contínuas, harmônicas ou confrontantes. Orlandi (2005, p. 39) ensina que “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para outros dizeres futuros”. A autora ainda reitera e confirma a incompletude do discurso quando apostila: “Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (idem). A relação de forças é condizente com o “poder” da palavra conforme o lugar de onde o sujeito enuncia, a posição que esse ocupa é constitutiva do que ele fala (ORLANDI, 2005). Portanto, o dizer tem sentidos e valores diferentes, segundo o lugar donde o discurso emana. Isso porque a sociedade é constituída por relações de hierarquia, relações de poder. “A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno” (ORLANDI, 2005, p. 40). Quando o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor, ele projeta uma representação imaginária desse (receptor). E desse local ele atua estrategicamente, ou seja, o sujeito-enunciador confecciona seu discurso argumentativo. Isso é a antecipação. O sujeito antecipa a si o sentido do seu “dizer”, podendo, assim, conjecturar suas argumentações em referência ao(s) destinatário(s) (ORLANDI, 2005).

Assim, as formações imaginárias constituem-se de um jogo de imagens dos sujeitos entre si, desses com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos preexistentes (já-ditos) com os possíveis e imaginados. Essas formações discursivas e imaginárias são pertinentes às imagens resultantes de suas projeções, e não a sujeitos físicos ou lugares (ORLANDI, 2005).

Tal concepção tem embasamento no preceito pecheutiano, uma vez que doutrina as palavras, as expressões e as proposições influenciadas e dependentes das posições ocupadas por aqueles que as empregam, ou seja, significa que elas assumem o seu sentido concernente a esses lugares, vestindo a roupagem das FIs nas quais essas posições estão inscritas (ORLANDI, 2005).

Em resumo, FI trata-se de um conjunto de ideias e representações que uma classe social ajuíza do mundo, sendo que é por intermédio do discurso e pela formação discursiva que se materializará esse juízo. Portanto, o sujeito engendra seu(s) discurso(s) através da FD, e é nesse(s) dizer(es) que o sujeito revela o ideário do grupo social onde ele está inserido.

### 2.3 O EXTRALINGUÍSTICO E O SIGNIFICANTE

Sem exaurir qualquer tópico, buscou-se proporcionar o entendimento de matérias referente à língua(gem) e ao discurso. Mesmo que brevemente, explanou-se sobre os temas mais importantes da AD sob a perspectiva francesa pecheutiana, já que a teoria da AD não se esgota, pelo contrário, é muito abundante, constituída por tópicos bastante polêmicos.

Conceitos como língua(gem), discurso, sujeito, produção/condição de sentido nos ensinam que a linguagem-discurso não é um simples código, um mero instrumento de informação/comunicação. A língua(gem) na AD é vista como constituinte na/pela interação sócio-histórica, veículo de ideologias. Não existe enunciado inocente, neutro – toda palavra é impregnada de ideologias, de interesses explícitos ou não. Portanto, a AD concebe a língua(gem) como produto da exterioridade, ou seja, a língua só significa no contexto histórico-social e ideológico – o contexto extralinguístico que envolve o significante determina o significado.

A riqueza de teorias e argumentações decorre da sua interdisciplinaridade, já que é oriunda do encontro da Linguística (estruturalismo), da História (Marxismo) e da Psicologia. A sua intercambialidade com o território dessas ciências viabiliza uma consciência crítica do discurso, permite uma reflexão eficiente do contexto ideológico, possibilita o entendimento dos interesses da ideologia dominante.

A AD não se limita aos conteúdos formais (linguísticos), entretanto necessita desses para o seu propósito para interpretar o discurso em seu aspecto sócio-histórico-ideológico, já que a linguagem é opaca, não transparente. Porém, é pela/na linguagem que o indivíduo (se)significa, é por intermédio dela que ele escreve a história. Portanto, entender o discurso é compreender o sujeito, a história. Sujeito e discurso estão num vínculo existencial – não



existe sujeito sem discurso e vice-versa. Através do discurso se conhece a história e por meio dessa se conhece o sujeito e sua ideologia. “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras do sujeito” (ORLANDI, 2005, p. 39).

Compreender a multiplicidade de sentidos nos discursos, desvendar o “não-dito” no “dito” e o “dito” no “não-dito” com valoração do extralinguístico (contexto histórico-social e ideológico) é o objetivo da AD francesa.

### 3 O GÊNERO TEXTUAL DISCURSIVO *SITE* INSTITUCIONAL DE EAD

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DO GÊNERO *SITE* INSTITUCIONAL

Este capítulo, ancorado em estudos sobre gêneros discursivos, principalmente em conceitos bakhtinianos e ensinamentos marcuschianos, tem o objetivo de revelar o componente relativamente estável do gênero “*site* institucional” concernente à oferta do ensino superior na modalidade EaD, destacando suas características substanciais; bem como trazer as principais concepções acerca do estudo dos gêneros discursivos. É preponderantemente necessário ressaltar que, quando se trata do assunto “gêneros discursivos”, especialmente dos que surgiram com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), ainda são poucos os estudos linguísticos que trataram de caracterizar os novos gêneros virtuais. Há, portanto, ainda, pontos de bastante controvérsia, principalmente quanto à sua característica identitária.

Assim, adotado o viés bakhtiniano de gênero (BAKHTIN, 2000), ou seja, tipos (formas-padrão) relativamente<sup>51</sup> estáveis de um enunciado dentro de uma esfera sócio-histórica, pode-se afirmar, categoricamente, ainda estar distante o entendimento integral de muitos gêneros discursivos, uma vez que eles se constituem indelevelmente da necessidade do ato comunicativo, e esse, por seu caráter flexível e dinâmico, manifesta-se em diversas aparências.

Mesmo com toda a dificuldade de se identificar determinadas espécies de gêneros textuais, já que muitos possuem uma maleabilidade inerente e/ou possuem a propriedade de serem revestidos pelo hibridismo<sup>52</sup>, este trabalho científico buscou elucidar os traços identitários do gênero *site* institucional de EaD, uma vez que isso condiz com o avanço e a consolidação dessa modalidade de ensino, que também está presente na mídia virtual

---

<sup>51</sup> Conforme Fiorin: “O acento deve incidir sobre o termo *relativamente*, pois ele implica que é preciso considerar a historicidade dos gêneros, isto é, sua mudança, o que quer dizer que não há nenhuma normatividade nesse conceito. Ademais, o vocábulo acentuado indica uma imprecisão das características e das fronteiras dos gêneros” (FIORIN, 2006, p. 64, grifo do autor).

<sup>52</sup> Segundo Marcuschi (2008), é a mescla de gêneros ou intergenericidade em que um gênero desempenha a função de outro.

hodierna. Por conseguinte, para subsidiar esse capítulo, selecionou-se o *corpus*, via Internet, na esfera de instituições que oferecem graduação na modalidade à distância; *corpus*, este, constituído por *sites* institucionais de EaD de três instituições distintas de ensino superior, situadas no estado de Minas Gerais.

Ressalta-se que o marco constituinte de gêneros emergentes virtuais parece advir da democratização da informação/comunicação, bem como da política de inclusão digital na contemporaneidade. Embora toda essa tecnologia facilite a rapidez na aquisição de conhecimento, ainda existe um exíguo compêndio sobre estudos consagrados sobre esses gêneros emergentes da tecnologia virtual, e, especialmente, sobre o gênero analisado neste trabalho.

De tal modo, esta pesquisa parece se encontrar um tanto “sozinha” na análise do gênero *site* institucional de EaD, entretanto, objetiva contribuir no estudo das características essenciais desse gênero virtual.

### 3.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS DOS GÊNEROS DISCURSIVOS SOB A VISÃO SOCIOINTERACIONISTA

O gênero é um instrumento constitutivo da linguagem, e, portanto, imprescindível para a comunicação, pois compele o indivíduo humano à interação social. Assim, a estrutura basilar deste trabalho está respaldada nas orientações sociointeracionistas da linguagem, principiadas por Bakhtin e compartilhadas por linguistas como Bazerman (2005), Schneuwly (2004), Marcuschi (2002; 2005; 2008) e outros.

Pelos princípios bakhtinianos da linguagem, para sociabilizar-se, o indivíduo necessita interagir com seus semelhantes. Esse processo interativo ocorre de maneira complexa e dinâmica, ou seja, o ato comunicativo acontece por meio da interação verbal (escrita ou fala), nas mais diversas situações interlocutivas. Dessa maneira, a linguagem constitui-se do conjunto de formas locucionais – engenhos enunciativos pelos quais as pessoas se manifestam e fazem significar algo para seus interlocutores mediante a relação locutor-interlocutor-mundo. Marcuschi (2008) ensina que a língua, além de ser socialmente moldada/adaptada, também é o principal critério para a estigmatização do indivíduo falante, pois é através do uso

da linguagem que o sujeito definir-se-á ou não, social e individualmente, inserido em um determinado grupo social; e o veículo pelo qual a pessoa se expressa perante seus semelhantes, isto é, se comunica, são os textos.

Assim sendo, pode-se conceituar texto como uma sequência verbal (palavras), oral ou escrita, que forma um todo significativo para certo grupo de pessoas em determinado contexto (MARCUSCHI, 2008). O texto pode ter uma extensão variável: uma palavra, uma frase ou um conjunto maior de enunciados, porém, necessita obrigatoriamente de um contexto significativo para existir – noutras palavras, só terá sentido se inserido em um cenário sócio-histórico-cultural (contexto enunciativo-discursivo); ele pode apresentar uma linguagem formal, coloquial, informal, ou técnica (ibidem). Vale ressaltar que, segundo Marcuschi (2008), o conceito de texto não se limita à linguagem verbal, ou seja, o texto pode ter várias dimensões, como o texto cinematográfico, o teatral, o coreográfico (dança e música), o pictórico (pintura), etc. Em suma, o postulado marcuschiano preconiza que os textos surgem de contextos sociais específicos e são engendrados conforme determinadas finalidades comunicativas.

Na perspectiva sociointerativa da linguagem, os textos expressam significados que estão além do conteúdo frasal, pois estão “contaminados” pelos discursos que os originam e os constituem. Sob essa compreensão, os textos se apresentam como a realização material dos discursos. Já os significados dos textos são procedentes não só dos significados dos discursos pelos quais foram constituídos, mas também dos significados dos gêneros onde estão inscritos; portanto, os textos apresentam-se duplamente motivados, isto é, o discurso determina o conteúdo (o que deve ser dito), enquanto que o gênero estabelece o estilo (como o discurso deve ser dito) – numa configuração determinada pelo cenário sócio-histórico-cultural (MARCUSCHI, 2008).

Enfatizando a concepção sociointeracionista (bakhtiniana), que define gêneros discursivos como tipos de enunciados relativamente estáveis e normativos, vinculados às situações típicas da comunicação social, ressalta-se que Bakhtin (2000) afirma que a comunicação verbal seria quase impossível sem a existência dos gêneros; e que o conhecimento sobre os gêneros discursivos é a aquisição da participação em atividades sociais do dia a dia. Logo, entende-se gênero como um instrumento de interação verbal entre interlocutores, que se adapta a uma situação efetiva. A noção bakhtiniana de gênero está subsidiada no seguinte argumento:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) [...]. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifo do autor)

Compartilhando da mesma concepção sociointeracionista de gênero, Schneuwly (2004) pontua que também se trata de um “megainstrumento”, pois é constituído de vários sistemas e subsistemas semióticos (linguísticos e paralinguísticos), ou seja, “uma forma de linguagem prescritiva, que permite, a um só tempo, a produção e a compreensão de textos” (SCHNEUWLY, 2004, p. 27). Bazerman (2005) acrescenta que os gêneros são susceptíveis de mudanças conforme o decorrer do tempo e da esfera por onde transitam. E Marcuschi (2008) não foge desse viés quando explana que os gêneros são formas textuais quase estabilizadas (orais ou escritas), situadas histórica e socialmente, além de mencionar que, atualmente, eles podem ser vistos como uma categoria cultural, uma estrutura textual, uma forma de ação e organização social, etc.; asseverando que não há gênero sem texto e texto sem gênero. Esses conceitos configuram-se nas características peculiares de que todo texto é constituído, ou seja, é a maneira como ele é apresentado ao interlocutor, o seu *layout*, enfim, a sua representação e organização num contexto sociocultural.

Os gêneros discursivos são conceituados por Bakhtin (2000) em: primários: produções naturais, imediatas, atividades verbais espontâneas do cotidiano (como exemplo: bate-papo, bilhete, cartas informais, etc.); e secundários: produções elaboradas, mediadas, literárias ou científicas, formas institucionalizadas (como exemplo: romance, peça de teatro, palestra, documentos, manuais, bulas, etc.). Os primeiros são mais recorrentes da esfera do oral (mesmo se escritos, trazem traços da oralidade), e os segundos (mesmo os orais) possuem marcas da escrita. Schneuwly (2004, p. 35) ensina que “os gêneros primários são os instrumentos de criação dos gêneros secundários”. E essa ontogenia inerente do gênero, ou seja, a transmutação de primário (espontâneo) para secundário(s), é que se torna a problemática para a sua classificação coerente, constante e definitiva, como também para quantificá-los (MARCUSCHI, 2008).

Vale ressaltar que os gêneros circulam em determinados ambientes discursivos específicos, ou seja, eles são característicos de certos domínios discursivos (como exemplo: instância do discurso jurídico, do discurso religioso, do discurso científico, etc.). Marcuschi (2008) explana que a “inserção social” e o “poder” afetam substancialmente o domínio discursivo, que, por sua vez, deve estar sujeito à competência de determinada pessoa; exemplificando: não é qualquer indivíduo que pode expedir um diploma, um alvará de soltura, uma certidão de óbito, ministrar aulas, etc. – faz-se necessário um sujeito de competência específica e situado em lugar determinado. O autor assevera: “O gênero reflete estruturas de autoridade e relações de poder muito claras” (MARCUSCHI, 2008, p. 16).

Os gêneros circulam por domínios discursivos utilizando suportes, ou seja, são materializados em determinados espaços físicos ou virtuais que servem de veículos para que os textos possam se efetivar. O suporte pode ser: convencional (elaborado para fim específico de portar/fixar texto[s]; exemplo: livro, revista, jornal, rádio, televisão, telefone, *outdoor*, etc.) e incidental (meios casuais que servem de veículos de texto[s]; exemplo: embalagens, roupas, muros/paredes, calçadas, para-choques e para-lamas de caminhão, porta de banheiro público, até o corpo humano [tatuagens], etc.). Em um suporte podem existir um ou mais gêneros (exemplo: no livro há capa, prefácio, dedicatória, biografia do autor, etc.). Devido o avanço tecnológico e o advento dos gêneros virtuais, a discussão sobre suporte se acirrou, uma vez que existem os gêneros considerados “hipergêneros”, que também têm a função de suporte para outros gêneros. Segundo Marcuschi (2008, p. 174), “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele”. Assim, todo gênero textual como também o seu suporte possuem propósitos específicos – eles funcionarão conforme o objetivo do enunciador-autor. O suporte até pode identificar o gênero, mas tal propriedade não é garantia da identificação. Isso ocorre pelo atributo da intergenerecidade (ou hibridização) inscrita em certos domínios discursivos. A intergenerecidade ocorre quando um gênero surge e assume a função de outro; como exemplo: um texto informativo inerente de um *site* institucional pode vir grafado<sup>53</sup> em forma de texto publicitário, mas nem por isso o *site* perderá a sua identidade e deixará de cumprir a sua função: informar o usuário-leitor sobre aquela instituição. Ainda pode ocorrer a intertextualidade intergêneros, ou seja, um gênero pode trazer consigo outros gêneros (como exemplo: dentro de um *site* institucional podem aparecer slogans, legislações, pareceres, banners, logotipos, vídeos, etc.). Mas, enfim, definir o que é suporte e o que é gênero textual

---

<sup>53</sup> Todo conteúdo semiótico do gênero *site* é necessariamente virtual.

pode ser uma tarefa complexa – existe muita discussão em alguns casos, os quais não serão trazidos ao conteúdo desse trabalho pelo critério da objetividade desta dissertação.

No entendimento de Marcuschi (2008), para classificar um gênero textual,<sup>54</sup> deve-se observar os seguintes critérios: forma estrutural, conteúdo, meio de transmissão, papéis dos interlocutores, contexto situacional e função comunicativa; e o autor conjectura que o propósito do gênero constitui o critério identitário mais plausível para a sua categorização. Os gêneros textuais possuem uma identidade constituída, portanto, o seu emprego não pode ser livre e nem aleatório, deve estar adequado ao momento e ao lugar específico, revestido de linguagem conveniente e apropriada – a sua linguagem peculiar.

Outro tópico que não pode ser excluído quando se estudam gêneros discursivos<sup>55</sup> é o referente aos tipos textuais. Marcuschi (2008) explana que tipo textual compreende sequências linguísticas ou de enunciados, inscritos no interior dos gêneros, ou seja, um constructo de natureza linguística intrínseco dos textos, constituído de aspectos lexicais e sintáticos, tempos verbais, relações lógicas e estilo. São tipos textuais as modalidades: relato (discursa-se sobre fato real), narração (narra-se fato fictício), argumentação (arrazoa-se sobre um assunto), exposição (informa sobre um tema), descrição (descreve algo ou alguém detalhadamente) e injunção (instrui ou prescreve sobre normas). Em um gênero discursivo pode ocorrer o fenômeno da heterogeneidade tipológica, isto é, ele pode estar constituído de tipos textuais diferentes (como exemplo, a sentença judicial traz em seu conteúdo o relato, a argumentação e a injunção). Entretanto, gêneros e tipos textuais não estão em dicotomia, pois são constitutivos do funcionamento da linguagem em situações comunicativas.

---

<sup>54</sup> Marcuschi (2008) aborda gêneros de discurso/discursivos como formas inseridas do enunciado em situações e lugares sócio-históricas, ou seja, aludindo o contexto sócio-histórico e comunicativo. Porém, em seus estudos, o autor opta pela expressão gêneros textuais, uma vez constituídos como sendo algo de natureza empírica da linguagem, sendo inerente ou extrínseco da língua, isto é, uma forma específica e materializada de inserção do enunciado. Assim, postulando que qualquer comunicação ocorre por gêneros discursivos, e é, obrigatoriamente, realizada por meio de algum texto, Marcuschi prefere utilizar o termo gêneros textuais.

<sup>55</sup> Rojo (2005) alerta para a tenuidade entre gênero discursivo e gênero textual, observando que esses conceitos são vertentes advindas de distintas perspectivas da doutrina bakhtiniana do gênero. A autora corrobora com os ensinamentos marcuschianos de que o termo “gênero discursivo” alude o traço enunciativo (dimensão sócio-histórica), já “gênero textual” refere-se à descrição empírica (materialidade textual, isto é, à sua forma composicional e linguística).

### 3.3 CONDIÇÕES INTRÍNSECAS DO GÊNERO *SITE* INSTITUCIONAL DE EAD

As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), bem como a Comunicação Mediada por Computador (CMC), ou seja, as comunicações eletrônicas virtuais engendraram uma espécie de “discurso eletrônico”<sup>56</sup>, cuja peculiaridade preponderante é a escrita (MARCUSCHI, 2008). Entretanto, Marcuschi nos orienta com a importante observação:

[...] parte do sucesso da nova tecnologia deve-se ao fato de reunir num só meio<sup>57</sup> várias formas de expressão, tais como, texto, som, e imagem, o que lhe dá maleabilidade para a incorporação simultânea de múltiplas semioses, interferindo na natureza dos recursos linguísticos utilizados. A par disso, a *rapidez da veiculação e sua flexibilidade linguística aceleram a penetração entre as demais práticas sociais*. (MARCUSCHI, 2005, p. 13-14, grifo nosso)

Esse trabalho de Marcuschi (2005) facilita a compreensão do gênero no domínio da mídia virtual, uma vez que observa, na sua relação com a comunidade social, o contexto histórico-cultural e os propósitos comunicativos. Seguindo a linha doutrinária bakhtiniana, o autor ainda postula:

Se tomarmos o gênero como texto situado histórica e socialmente, culturalmente sensível, recorrente, “relativamente estável” do ponto de vista estilístico e composicional, segundo a visão bakhtiniana (Bakhtin, 1979), servindo como instrumento comunicativo com propósitos específicos (Swales, 1990) e como forma de ação social (Miller, 1984), é fácil perceber que um novo meio tecnológico, na medida em que interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero produzido. (MARCUSCHI, 2005, p. 17, grifo do autor)

Preestabelecidas essas proposições sociointerativas e histórico-culturais do gênero, ainda faz-se necessário salientar que a mídia virtual transmuta de modo bastante complexo os gêneros já existentes, engendra alguns realmente novos e mescla diversos outros (MARCUSCHI, 2005).

Outra circunstância indispensável para a consolidação dos discursos eletrônicos é o fenômeno emergente do “letramento digital”<sup>58</sup>, que compreende a realização de práticas de leitura e escrita distintas da maneira tradicional de letramento, isto é, são adquiridas maneiras diferentes de ler e escrever, através de códigos e sinais verbais e não verbais, como imagens e

<sup>56</sup> Expressão referente à comunicação mediada por computadores.

<sup>57</sup> Neste caso, meio tem a sinonímia de suporte.

<sup>58</sup> Para melhor conhecimento desse fenômeno, a leitura de *Letramento Digital e Ensino*, do Prof. Dr. A. C. S. Xavier, disponível em: <[www.ufpe.br/nehete/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf](http://www.ufpe.br/nehete/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf)>, é indicada.



desenhos, uma vez que o suporte sobre o qual os textos digitais estão inscritos é a tela de um aparelho de TICs – uma tecnologia digital (MARCUSCHI, 2005).

Isso posto, vale salientar que o gênero *site* é uma espécie nova de gêneros discursivos, que surgiu com o advento e o avanço da Internet<sup>59</sup>. Esse gênero adequa-se na noção bakhtiniana quanto à estrutura relativamente estável de enunciado, ou seja, ele se constitui como uma forma mais ou menos organizada/uniformizada de apresentar determinados conteúdos. Assim, os elementos constitutivos do gênero discursivo<sup>60</sup>, segundo Bakhtin (2000), também estão presentes nesse gênero virtual, que, por sua vez, tem como objetivo (função) principal a divulgação de informações aos usuários que o acessam.

E para um estudo do gênero *site* institucional é pertinente conhecer o conceito de *site*. No Dicionário de gêneros textuais, Costa define:

*SITE* (v. *HOME PAGE*, PÁGINA, PORTAL, *WEB SITE*): coleção de arquivos *Web* sobre um determinado assunto com um início chamado *Home Page* (v.) ou página (v.) pessoal. Um *site* pode conter uma ou mais páginas (v.). O termo *site* também pode ser usado com o sentido de uma instituição que oferece serviços aos *usuários*<sup>61</sup>. (COSTA, 2009, p. 186, grifos do autor)

Fato é que ainda existe muita confusão entre *site* e *home page*<sup>62</sup>. Concisamente, define-se o termo *home page* como a página de entrada ou inicial de um portal/sítio, donde se encontra, na maioria das vezes, o acesso para vários portais, dentre eles o *site* institucional.

Portanto, não se pode confundir as características identitárias do site institucional de EaD com as de uma *home page* – no caso, da *home page* da instituição mantenedora. Cada qual tem suas próprias peculiaridades, embora esta sirva, predominantemente, de porta para àquela, ou seja, na maioria das vezes, o acesso para o site institucional de EaD é via *home page* da universidade. Não obstante, o gênero site institucional de EaD apresenta traços de uma *home page*, pois segundo Costa

Rigorosamente, uma *home page* é a página de entrada ou inicial de um site/sítio, mas o termo pode ser usado também para indicar a página principal de uma determinada seção. [...] Portanto, a *home page* tem duas funções básicas: introduz o usuário ao conteúdo geral do site/sítio e funciona como a porta oficial para a Web. (COSTA, 2009, p. 128 - 129)

<sup>59</sup> Aqui compreendida como conjunto de redes de computadores interligadas por roteadores e gateways, descentralizada, de acesso público no âmbito mundial (Dicionário Aurélio Século XXI).

<sup>60</sup> Conteúdo temático, estilo e estrutura composicional.

<sup>61</sup> “Nesse caso, pode-se dizer que *site* seria mais um *ambiente* que um gênero textual, entendendo-se *ambientes* como domínios de produção e processamento de textos onde emergem novos gêneros textuais aí abrigados ou condicionados” (COSTA, 2009, p. 186), grifo do autor).

<sup>62</sup> Grafia conforme registrado por Costa (2009) no Dicionário de gêneros textuais (p. 128 - 129).

Outras palavras deste mesmo autor comprovam a dificuldade científico-linguística que se tem em identificar uma home page ou um site/sítio, uma vez que dada qual se manifesta como gênero introdutório<sup>63</sup>, ou seja, possui uma vocação de aglutinar outros gêneros, e, citando Bhatia (2004), cada um constituiria “uma colônia de gêneros relacionados” (COSTA, 2009, p. 128 - 129). O linguista pontua que os gêneros virtuais têm uma predisposição para reunir diversos gêneros, e, por isso, também são entendidos por alguns estudiosos como “ambientes” de localização de informações (ibid).

Tal atributo implica importantes efeitos práticos. Segundo Marcuschi (2002), os gêneros surgem e circulam (re)modelados pelo momento sócio-histórico. Se não bastasse essa sua habilidade de (re)configurar-se, ele também tem a essência heterogênea, ou seja, ele é dotado de hibridismo. Essa capacidade de miscigenação com diferentes gêneros, por um lado, dificulta a sua identificação, mas por outro pode torná-lo um hipergênero; já mencionada anteriormente, a capacidade de agregar diversos gêneros transforma o gênero dominante num suporte para outros gêneros subsistentes. E o gênero site institucional de EaD é um hipergênero, podendo ser confundido com suporte, como, às vezes, é confundido como uma *home page*.

Faz-se indispensável esclarecer que, é característica do gênero site institucional conter elementos específicos que se conectam numa teia de inter-relações de tópicos correlacionados ou não – os hiperlinks<sup>64</sup> ou links. Koch compartilha da definição de Xavier (2002) para os links, explicitando que

trata-se de elos que vinculam mútua e infinitamente pessoas e instituições, enredando-as em uma teia virtual de saberes com alcance planetário e a qualquer hora do dia. Eles permitem ao leitor realizar livremente desvios, fugas, saltos instantâneos para outros locais da rede<sup>65</sup>, de forma prática, cômodo e econômica. (KOCH, 2006, p. 63)

Os principais tópicos do *site* institucional são engendrados em *hyperlinks*, genéricos ou específicos, que possibilitam o acesso a outros assuntos, em outros lugares; geralmente, se localizam na parte inferior do cabeçalho do *site*, situados numa barra de *hyperlinks*, que se

<sup>63</sup> São gêneros que, utilizando de um mesmo suporte, introduzem ou apresentam outros gêneros na sua estrutura (BEZERRA, Benedito Gomes. *Gêneros introdutórios mediados pela web: o caso da homepage*. Disponível em: <<http://www.hipertextus.net/volume1/artigo4-benedito-bezerra.pdf>>, acesso em 27 ago. 2012). Para maiores informações, sugere-se a leitura do artigo supracitado, no referido endereço.

<sup>64</sup> “Dispositivos técnico-informáticos que permitem efetivar ágeis deslocamentos de navegação on-line” (KOCH, 2006, p. 64).

<sup>65</sup> “A distância de um indivíduo a outro, de uma ideia a outra, passa a ser medida por céleres clicks-de-mouse sobre estas inteligentes engenhocas digitais” (XAVIER, 2002, apud KOCH, 2006, p. 63).

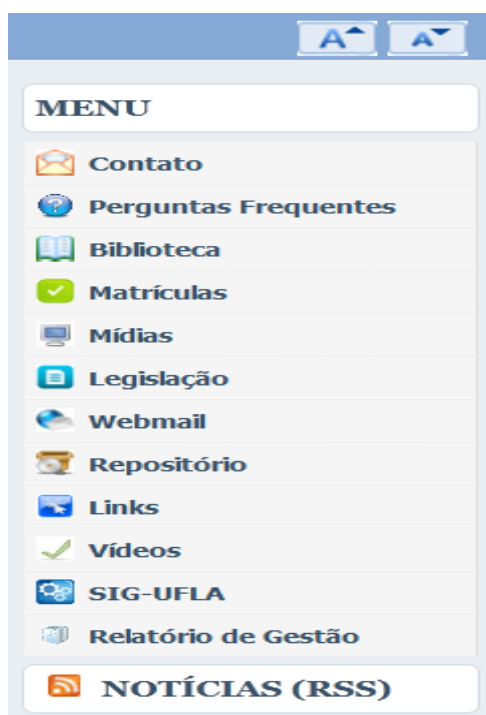
adequam como menus principais. O exemplo abaixo foi extraído do *site* institucional do CEAD/UFLA e mostra a barra de *links* principais/genéricos na cor azul:



(Fonte: <<http://www.cead.ufla.br/portal/>>)

A localização do *link* principal/genérico é privilegiada em relação ao restante das informações escritas na página e funcionam com uma espécie de barra de navegação, com visibilidade suficiente para facilitar o acesso pelo leitor.

Já nas laterais deste aglomerado de *links*, a página do *site* institucional, usualmente, apresenta um quadro de menus complementares (à direita ou à esquerda da página), como no exemplo:



(Fonte: <<http://www.cead.ufla.br/portal/>>)

Em suma, Costa (2009, p. 130) sintetiza e explicita o tema *links* genéricos e específicos:

Os *links* genéricos, geralmente enunciados breves, em forma nominal, dão acesso aos principais tópicos do *site*/sítio pela barra de navegação fixa,

sempre visível localizada no topo da página e por menus complementares que podem vir à direita ou à esquerda da página. Os *links* específicos antecipam uma informação, introduzindo o conteúdo parcial de um tópico cujo texto maior está no interior do *site/sítio*. Cabe ao leitor decidir o acesso ou não ao texto completo. São mais dinâmicos que os genéricos, uma vez que podem ser atualizados constantemente.

Faz-se imperioso lembrar e considerar a maleabilidade inerente do gênero *site* institucional, que, constituído de hipertextos, engendrado por intertextualidade, imbricados por outros gêneros, ao mesmo tempo que proporciona uma gama de conhecimentos, dificulta a identificação de suas peculiaridades. MARCUSCHI (2008) reporta-se ao filósofo da língua(gem) Bakhtin para postular que os gêneros se imbricam e se interpenetram para constituir novos gêneros – uma manifestação da interatividade e da plasticidade que lhes é inerente. Essa flexibilidade da estrutura, do conteúdo e da interação configura uma característica natural de muitos gêneros virtuais.

Portanto, o gênero *site* institucional é engendrado de determinada forma, dita relativamente padronizada, mas nem por isso pode-se dizer que não é passível de variações ou imune a metamorfoses; por isso, não se pode postular que a sua forma é a característica identitária substancial em detrimento de sua funcionalidade. Koch e Elias (2006, p. 113) afirmam que “os gêneros não se definem por sua forma, mas por sua função (...) um gênero pode assumir a forma de outro e, ainda assim, continuar pertencendo àquele gênero”. Por conseguinte, no gênero *site* institucional de EaD pode-se perceber o fenômeno da intertextualidade intergêneros ou intergenericidade, uma vez que há uma hibridização ou mescla de gêneros (MARCUSCHI, 2008). Para enriquecer este tópico, já abusando da redundância, menciona-se Koch e Elias (2006, p. 114), que lecionam: “a hibridização ou a intertextualidade intergêneros é o fenômeno segundo o qual um gênero pode assumir a forma de um outro gênero, tendo em vista o propósito de comunicação”.

Essa peculiaridade do gênero *site* institucional, ou seja, a sua vocação para o fenômeno da intergenericidade, caracteriza-se pela mescla de outros gêneros coadjuvantes, em que um serve de apoio ao outro. Estes gêneros coadjuvantes, mas também constitutivos, concorrem, portanto, para o mesmo propósito, isto é, ficam à disposição daquele que o autor/produtor elegeu para manifestar sua intenção informativa-comunicativa (MARCUSCHI, 2008).

Marcuschi (2008, p. 163) apontou para a dificuldade de se ordenar os gêneros, quando hibridizados: “A questão da intergenericidade: que nomes dar aos gêneros?”. Ancorado nos preceitos bakhtinianos, ele afirma que a denominação constitui-se histórica e socialmente, mesmo que o quinhão de metalinguagem do autor/produtor seja utilizada intuitivamente. De tal modo, em regra, os gêneros são denominados dentro dos seguintes critérios, assim dispostos por Marcuschi (2008, p. 164):

1. forma estrutural (gráfico; rodapé; debate; poema)
2. propósito comunicativo (errata; endereço)
3. conteúdo (nota de compra; resumo de novela)
4. meio de transmissão (telefonema; telegrama; e-mail)
5. papéis dos interlocutores (exame oral; autorização)
6. contexto situacional (conversação espontânea; carta pessoal).

Portanto, para nomear o gênero em análise, se faz necessário o conhecimento do tópico “gênero textual discursivo”, e coaduna-se, aqui, com as concepções bakhtinianas e marcuschianas de que as diferenças entre um gênero e outro são de caracteres sociointerativa-funcionais, uma vez que os gêneros não são estereótipos conclusos, estruturas comunicativas estanques, mas composições de teores socioculturais e cognitivos constituintes da/na linguagem, cuja fronteira é bastante tênue (BAKHTIN, 2000; MARCUSCHI, 2008; KOCH E ELIAS, 2006).

Após todo esse embasamento sobre este gênero textual discursivo, grosso modo, podemos conceituar o gênero *site* institucional como uma página virtual, geralmente encontrada inserida em uma *home page*, que tem por finalidade proporcionar informações sobre determinado tema. Neste trabalho, o gênero virtual incumbido de informar qualquer assunto pertinente ao ensino na modalidade educação a distância (EaD) denomina-se *site* institucional de EaD. E são características deste *site* possuir o atributo das multimodalidades, isto é, conter textos escritos em sintonia temática, ou não, com textos imagéticos e/ou orais<sup>66</sup>, e ser contemplada pela hipertextualidade, ou seja, seu conteúdo textual é um hipertexto. Xavier (2005) define hipertexto como uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona outras formas de textualidade em sua superfície, através de hiperlinks. Essa ousadia de denominação deste gênero deve-se ao fato de que o gênero *site* institucional de EaD não está mencionado em

<sup>66</sup> O texto oral apresenta-se na forma de vídeos, que pelo contato face-a-face, mesmo virtualmente, compreende uma aquisição de informação mais facilitada para o leitor-ouvinte; abrange uma informalidade entre enunciador e receptor.

nenhum tratado sobre gêneros localizados nesta pesquisa, principalmente, em estudos dos gêneros virtuais. Não se encontrou qualquer compilação, coletânea ou pesquisa sobre este gênero específico<sup>67</sup>. Ainda é preponderante ressaltar que esse “novo” gênero se adequa perfeitamente na categoria dos hipergêneros.

Não obstante, além do conteúdo informativo sobre educação no *site* institucional de EaD é comum encontrar em sua estrutura marcas de ordem da esfera da publicidade, por meio de textos publicitários – estratégias de *marketing* das IES.

#### 3.4 GÊNERO *SITE* INSTITUCIONAL DE EAD E AS MARCAS DO TEXTO PUBLICITÁRIO

O trabalho analítico do *site* institucional de EaD revela a presença de sinais de publicidade nos discursos das IES. O texto publicitário pode compreender a modalidade oral, escrita e imagética. No caso do *site* institucional da EaD, geralmente, a publicidade é realizada por intermédio do texto escrito. Objetiva a promoção do produto EaD, ou seja, visa estimular e persuadir o interlocutor/consumidor a adquirir o ensino/aprendizagem a distância. Por isso, possui quase que integralmente natureza argumentativa, uma vez que tenta convencer o leitor; não obstante, pode apresentar vestígios de ordem dissertativa, informativa e expositiva, como ainda trazer imagens ou sons para intensificar as suas razões e propostas.

Os argumentos são constituídos da exposição das vantagens de se estudar por intermédio da EaD. Nos textos institucionais estão explicitadas vantagens de ordem qualitativa, uma vez que argumenta que essa modalidade de educação adequa-se às exigências da política educacional e do mercado profissional, em que a qualidade é fator preponderante e essencial perante a globalização<sup>68</sup>. Também são apontadas as vantagens de ordem quantitativa, referente à economia – geralmente o custo de um curso na modalidade EaD é menos dispendioso que o mesmo curso na modalidade presencial; e ainda em relação ao

---

<sup>67</sup> Nada sobre o gênero *site* institucional de EaD foi encontrado em livros acadêmicos ou mesmo no Google – considerado o maior *site* de buscas do mundo.

<sup>68</sup> Vista aqui como o palco de competição no mercado mundial. A globalização neoliberal é o contexto contemporâneo da política das classes dominantes, baseada na hegemonia do capital, e que interfere em todo o mercado de serviços e produtos. Percebem-se alterações marcantes na gestão e produção de bens e serviços, o que por sua vez, gera o crescimento da exclusão social, econômica, política e cultural das classes dominadas (SILVA, 2007).

tempo, que hoje é bem limitado para aqueles que trabalham e/ou residem longe de instituições que oferecem educação superior. Por fim, encontram-se subentendidas vantagens de ordem ideológica<sup>69</sup>, uma vez que a instituição que oferece a EaD arquiteta a própria publicidade, argumentando que essa modalidade de ensino é apropriada para os usos das novas tecnologias (TICs) e para a comunicação mediada pelo computador (CMC) – educação adequada ao mercado profissional contemporâneo. Sob um olhar analítico, percebe-se um objetivo tácito nos argumentos textuais do *site* institucional de EaD: a intenção de projetar uma supremacia<sup>70</sup> da instituição mantenedora da página virtual quanto ao ensino a distância, insinuando que as instituições concorrentes não se encontram à altura da categoria educacional dessa que divulga a sua qualidade e experiência em EaD<sup>71</sup>. E são determinantes para a escolha de um curso na modalidade não presencial esses pressupostos: qualidade e experiência.

São algumas marcas do discurso publicitário existentes nos textos de *site* institucional:

- a página do site é constituída por texto, imagens e, às vezes, até sons e vídeos, ou seja, imagens em movimento;
- o texto (oral, escrito ou imagético) possui uma linguagem persuasiva;
- a linguagem é destinada a um público-alvo<sup>72</sup>;
- encontramos verbos no imperativo ou no presente do indicativo;
- possui um texto bastante argumentativo, às vezes com traços de frases dissertativas, informativas e/ou expositivas;
- o conteúdo textual é revestido de recursos estilísticos: imagens, cores, fontes, etc.;
- menciona vínculo com autoridade/órgão competente no assunto, para lhe dar credencial<sup>73</sup>;
- pode apresentar uma estrutura variável<sup>74</sup>;
- a página traz assinatura, logotipo, *slogan* ou nome do anunciante.

<sup>69</sup> Pode-se perceber vestígios do ideário neoliberal atuando na esfera da educação.

<sup>70</sup> Essa projeção de supremacia caracteriza-se no “jogo de imagens”, segundo os preceitos de Pêcheux (1969, apud, MUSSALIM, 2001).

<sup>71</sup> A instituição mantenedora do *site* institucional de EaD expõe a sua estrutura funcional (recursos tecnológicos, professores qualificados, metodologia moderna, etc.) para convencer o leitor a tornar-se um possível aluno.

<sup>72</sup> No caso desta pesquisa, o público-alvo constitui o leitor-usuário do *site* que busca cursar uma graduação na modalidade EaD, por não conseguir graduar-se na modalidade presencial, devido às mais diversas questões.

<sup>73</sup> Utilização de referências e/ou vínculos com entidades/órgãos superiores e de excelência na esfera da educação, como ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), UAB (Universidade Aberta do Brasil), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

<sup>74</sup> Não há uma forma-padrão estática, inalterável de *site* institucional de EaD, isto é, tanto o conteúdo temático (conjunto de temas abordados), como o estilo (microestrutura formada por recursos léxico-gramaticais e frasais) e a estrutura composicional (macroestrutura constituída na organização e disposição dos textos e/ou partes) são “relativamente” flexíveis. Segundo Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008), os gêneros não perdem a sua identidade se sofrerem alterações, mas devem, imperiosamente, manter a sua essência funcional. É o que acontece geralmente com os gêneros virtuais.

O *site* institucional de EaD enquadra-se na perspectiva bakhtiniana quanto aos seus elementos constitutivos, ou seja: a) conteúdo temático: o conteúdo textual aborda temas pertinentes à instituição educacional mantenedora do *site* (estrutura física e tecnológica, quadro docente especializado, etc.) e a oferta de graduação na modalidade EaD, menciona um histórico da EaD no mundo a sua trajetória no Brasil, expõe a legislação vigente sobre EaD, e outros temas relacionados com essa modalidade de ensino; b) estilo: o(s) texto(s) apresenta(m) uma linguagem dissertativa-argumentativa, informando<sup>75</sup> o leitor sobre um fato, um valor, uma opinião, transmitindo informações objetivas sobre um tema específico, de forma coesa (ordenada) e clara, como ainda busca persuadi-lo<sup>76</sup>, ou seja, uma linguagem acessível constituída de componentes léxico-gramaticais contundentes (por exemplo, os termos: educação, universidade, graduação, formação, autoaprendizagem, mercado de trabalho, qualidade, etc.; verbos, geralmente, no presente do indicativo; verbos e advérbios modais; abundante presença de adjetivos e dêiticos); c) estrutura composicional: a grosso modo, pode-se dizer que é o próprio *layout* da página virtual, isto é, a sua organização estrutural (disposição de textos, barra de menus, *banners*, figuras, etc.). Portanto, as particularidades identitárias dessa espécie de gênero, algumas compatíveis com as características do gênero publicidade, podem ser assim descritas:

- *layout* da página relativamente padronizados: cabeçalho com o nome da instituição a que pertence o *site*<sup>77</sup>, com ou sem *slogan*; barra de *menus* (horizontal/vertical: principal, histórico, missão/ objetivos; cursos, editais, eventos, projetos, AVAs<sup>78</sup>, contato, perguntas frequentes, biblioteca, matrículas, mídias, legislação, conheça a EaD, equipe/docência, polos, fale conosco, etc.); portais/quadros para assuntos pertinentes à instituição ou à EaD (eventos, notícias, editais, etc.); exposição de *banners*<sup>79</sup>; portal para vídeo; acesso a links; outros elementos gráficos que proporcionam o alcance para um leque de informações; e, geralmente, na parte inferior da página – o endereço da instituição educacional;
- texto informativo/argumentativo/persuasivo (linguagem pouco formal; uso de *deixis*<sup>80</sup>): através dos *menus* ou *links* surgem textos escritos concernentes ao título indicado naqueles;

<sup>75</sup> Apresenta causas e efeitos.

<sup>76</sup> Por meio de argumentos procura influenciar e convencer o leitor a estudar na modalidade da EaD.

<sup>77</sup> Há uma variação de nomes para o setor de EaD: centro, núcleo, departamento, diretoria, etc.

<sup>78</sup> Ambiente Virtual de Aprendizagem.

<sup>79</sup> Aqui compreendido como publicidade/propaganda virtual de forma estática ou animada.

<sup>80</sup> Conjunto de palavras/expressões (dêiticas) que têm como função ‘apontar’ para o contexto situacional; e que ao serem utilizadas num texto, adquirem novo significado único e irrepetível, pois o seu referente depende do momento contextual. De tal modo, apontam o sujeito que enuncia (locutor), o indivíduo a quem se dirige (interlocutor), o tempo e o espaço da enunciação (CAVALCANTE, 2000).



esses enunciados enfatizam as metas<sup>81</sup> da instituição, ou seja, ressaltam a necessidade de se adequar a educação às exigências hodiernas do mercado, de se oferecer uma EaD de qualidade, de se promover a inclusão socioeducacional, enunciando um discurso apologético sobre a EaD (explana sobre as vantagens de se cursar EaD) e sobre a própria instituição do *site* (expõe as qualidades da estrutura operacional e tecnológica da instituição) como ainda a qualificação do corpo docente e da avançada metodologia adotada para a EaD; mencionam legislações pertinentes à EaD; por fim, fazem um convite de adesão ao usuário-leitor – um possível consumidor-aluno;

- utilização de referências e/ou vínculos com entidades/órgãos superiores e de excelência na esfera da educação, como ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância)<sup>82</sup>, UAB (Universidade Aberta do Brasil)<sup>83</sup>, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)<sup>84</sup>;

- o acesso ao *site* institucional de EaD se dá somente via Internet, ou seja, por meio da tela virtual, que assume a função de suporte; porém, não obstante, vale ressaltar que se a página virtual for impressa em papel (que não é sua essência original), esse assumirá a função do suporte e o gênero perderá a sua identidade, uma vez que sua função deve ocorrer somente na esfera virtual.

Não obstante, o conteúdo exposto e analisado até aqui dá subsídio para afirmação de que o *site* institucional de EaD é um exemplar híbrido de diversos gêneros, pois constitui um gênero estabelecido de multissemiótica, uma particularidade dos cibergêneros<sup>85</sup>, segundo o ponto de vista marcuschiano. Trata-se, portanto, de um hipergênero<sup>86</sup>, uma vez que ele constitui-se, essencialmente, de diferentes gêneros (MARCUSCHI, 2005) – gêneros que, conforme os ensinamentos bakhtinianos, são “relativamente estáveis”, portanto, passíveis de transformações, porém, não substanciais em sua funcionalidade.

Exemplos de elementos constitutivos na estrutura do *site* institucional de EaD:

<sup>81</sup> Vários sites trazem várias sinonímias, por exemplo: objetivos, finalidades, propósitos, missão, etc.

<sup>82</sup> Detalhes disponíveis em: <[http://www2.abed.org.br/institucional.asp?Institucional\\_ID=1](http://www2.abed.org.br/institucional.asp?Institucional_ID=1)>.

<sup>83</sup> Detalhes disponíveis em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com>>.

<sup>84</sup> Detalhes disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>.

<sup>85</sup> Gêneros virtuais ou digitais (MARCUSCHI, 2005), que possuem como característica relevante a forma de interatividade.

<sup>86</sup> Aqui definido como um gênero híbrido, engendrado da mescla (sobreposição) de distintos gêneros materializados ora expressa ora tacitamente por intermédio de links (portais), que convergem, harmonicamente, para a sua estrutura formal, funcional e interacional (MARCUSCHI, 2005).



(excerto da página < <http://www.cead.ufla.br/portal/>>)

Excerto 1: *banner* na página do *site* da EaD da UFLA, que traz: logotipo da instituição educacional; selo da UAB que indica ser escola-referência (que a credencia para essa modalidade de ensino); apresenta o slogan (frase de efeito): “INVISTA NO SEU FUTURO E TENHA UM RETORNO GARANTIDO” – de essência totalmente publicitária. Neste excerto, pode-se perceber que a mescla de gêneros afeta tanto o gênero site institucional de EaD quanto o próprio gênero banner, uma vez que este é constituído por componentes multisemióticos.



(excerto da página < <http://www.uniube.br/copese/ead/educacao-a-distancia-uniube.html>>)

Excerto 2: no cabeçalho da página apresenta: uma tarja com frase de efeito: “Missão: Promover o ensino e a geração de conhecimento, formando o profissional com uma sociedade justa”; traz nome da instituição educacional (logotipo); e o *slogan*: “A universidade à altura dos seus sonhos”, aliada a uma imagem de uma estudante utilizando um computador (tecnologia necessária na EaD) com um “olhar para o futuro” – mais um recurso do domínio publicitário.



(excerto da página < [http://www.pucminas.br/virtual/index\\_padrao.php?pagina=3522](http://www.pucminas.br/virtual/index_padrao.php?pagina=3522)>)

Excerto 3: o cabeçalho da página indica a instituição educacional de EaD; apresenta a faixa de menus (horizontal e vertical), que possibilita um leque de acesso à informações diversas, mas pertinentes à instituição e/ou à EaD; disponibiliza quadros que dão acesso a outras informações (por exemplo: busca por assunto, cursos, acesso restrito, etc.).

### 3.5 REMATES SOBRE O GÊNERO SITE INSTITUCIONAL DE EAD

Neste capítulo, buscou-se trazer os tópicos fundamentais do tema: gênero discursivo, com relevância ao gênero emergente do *site* institucional da EaD. Apesar da maleabilidade característica dos gêneros, especialmente os gêneros originários da esfera virtual, o que fica demonstrada é a importância de conhecê-los e dominá-los, uma vez que a sua compreensão facilita a interpretação de textos, aguça nosso conhecimento enciclopédico e contribui para significarmos no mundo. Os gêneros constituem e moldam a linguagem; por isso são engenhos inerentes necessários para as práticas sociais midiáticas. Os gêneros surgem ou desvanecem em função da dinâmica da sociedade.

Também intencionou-se demonstrar a forma relativamente estruturada desse gênero, além da presença de marcas intrínsecas e extrínsecas do domínio publicitário nos excertos dos textos institucionais nos *corpora* deste trabalho. Essa explanação é indispensável para a realização da análise do discurso, propriamente dito, que sobrevirá – conhecer o gênero *site* institucional de EaD faz-se necessário para que se pretenda esmiuçar qualquer enunciado inserido na página virtual onde ele se encontra configurado.

Por fim, ainda vale ressaltar que a política educacional brasileira normatiza que, para que o sujeito tenha possibilidade de engajar-se plenamente nas práticas sociais pertinentes à

sociedade em que se encontra inserido, é imprescindível o domínio da linguagem como atividade discursiva e cognitiva (PCN, 1998). Tal assertiva se subsidia nos princípios bakhtinianos da linguagem, uma vez que a comunicação verbal tornar-se-ia quase impossível sem a existência dos gêneros discursivos e sem o domínio (habilidade) de saber usá-los (BAKHTIN, 2000). A instrução pedagógica disposta no PCN (1998) ainda se sustenta nas teorias sociointeracionistas do gênero, que o compreende como uma prática social, devido a sua indelebilidade com a esfera sociocultural, ou seja, são passíveis de modificações conforme a necessidade comunicativa, o tempo (história) e a esfera por onde circulam. Nas palavras de Costa (2009, p.12), os gêneros são “formas heterogêneas, socio-discursivo-enunciativas, orais e escritas, dadas pela tradição e pela cultura – ontem e hoje”. Portanto, o estudo e a aprendizagem dos gêneros textuais são necessários, uma vez que todos os eventos socio-comunicativos procedentes da espécie humana são organizados através de gêneros discursivos.

## 4 O “OLHAR” DA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE O IDEÁRIO NEOLIBERAL NOS PORTAIS DA EAD

### 4.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E IDEOLÓGICO

Para iniciar essa análise discursiva, a princípio, arrazoa-se que, se o “dito” retórico das instituições educacionais que oferecem educação a distância consiste em propagar e oferecer oportunidades de inclusão social<sup>87</sup> para os menos favorecidos e/ou impossibilitados de frequentar o processo tradicional de ensino, ou seja, o ensino na modalidade presencial, proporcionando o acesso e condições igualitárias de aprendizagem por intermédio de cursos em EaD, não obstante, podemos questionar o “não-dito”<sup>88</sup>, isto é, os dizeres das entrelinhas. Isso, porque o “dito” nos discursos parece possuir influência do neoliberalismo, que busca a sua hegemonia<sup>89</sup> no domínio da educação, pois estigmatiza, imperiosamente, a instrução/ensino superior como uma mercadoria regulada pelo mercado, isto é, uma aprendizagem sujeita ao binômio demanda-oferta.

Diante desse cenário, a influência do ideário neoliberal parece afigurar-se<sup>90</sup> e se fazer representar nos programas educacionais – prestígio percebido no momento em que a implantação da EaD se evidencia como uma política indispensável para o Estado, em seu programa de “educação para todos”, uma vez que alivia de seus ombros (Estado) o vultoso ônus de arcar com a dispendiosa modalidade de ensino/aprendizagem presencial em um país de proporção continental. Pode ser demonstração probatória dessa afirmativa o programa do Governo Federal intitulado Universidade Aberta do Brasil<sup>91</sup> – UAB.

---

<sup>87</sup> Oferecer a oportunidade à capacitação profissional, visando a inclusão social do indivíduo.

<sup>88</sup> Ao revelar o “não-dito”, postula-se os pressupostos tácitos do discurso, que, segundo Ducrot (1987), são constituídos de “significados implícitos”, que ainda, não obstante, deveriam ser “reconstituídos”. Tais (re)ações discursivas permanecem camufladas ou subentendidas em um ato discursivo.

<sup>89</sup> GENTILI, 1996; SILVA, 2007; PETERS, 2010.

<sup>90</sup> São traços do ideário neoliberal a privatização ou a parceria na prestação de serviços sociais, como a educação.

<sup>91</sup> “A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal”. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php>>. Acesso em 13 mar 2012.

Simultaneamente, a EaD é objeto de interesse de instituições educacionais privadas (“empresariado” do setor educacional), que, mesmo oferecendo a possibilidade da “inclusão” social e digital (educação, formação profissional, emprego, realização pessoal), não desviam de seu escopo fundamental, que é o lucro. Esse lucro satisfaz os empresários (iniciativa privada), uma vez que proporcionam a estabilidade da instituição educacional no mercado de ensino superior por meio da lucratividade. Não obstante, também contenta o Poder Público, pois o lucro dos empresários, as remunerações e salários dos funcionários das IES geram alguns tributos<sup>92</sup> para a Fazenda Pública. Em outras palavras isso quer dizer que, ainda que indiretamente, as obrigações tributárias sobre os profissionais inseridos nesse complexo educacional e empresarial, assim como o aparelhamento necessário para o funcionamento da educação, isto é, a industrialização e a comercialização de produtos necessários para o funcionamento da modalidade de EaD, geram tributos que proveem os recursos financeiros para Estado.

Estabelecido esse cenário, professa-se que é nesse contexto social, histórico, político e, portanto, ideológico que se efetuará a análise dos discursos das IES, especificamente dos enunciados expressos nas páginas virtuais do departamento competente para a graduação na modalidade em EaD, ou seja, a AD viabilizará a pesquisa nos textos (em suas diversas modalidades) provenientes do setor de EaD para o ensino superior, cuja configuração coaduna no gênero *site* institucional de EaD.

#### 4.2 O DISPOSITIVO TEÓRICO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Para início de uma análise de discurso faz-se necessário ter por fundamento o aporte teórico sobre o qual se baseará a investigação discursiva. Neste trabalho, o subsídio para a análise do *corpus* será o pressuposto teórico pecheutiano das condições de produção, que objetivará filtrar possíveis indícios do poder (influência) neoliberal nos discursos de algumas instituições educacionais de ensino superior, localizadas no estado de Minas Gerais, que disponibilizam e ofertam graduações na modalidade EaD. Foram analisados os enunciados inscritos nas páginas virtuais, bem como o(s) discurso(s) configurado(s) pelo *layout* apresentado nos *sites* dos departamentos específicos de EaD daquelas universidades.

---

<sup>92</sup> Compreendido como conjunto das obrigações tributárias: impostos, taxas e contribuições.

Esta pesquisa parte da premissa da Análise do Discurso de que sempre existem conflitos discursivos influenciando a construção de sentidos nos “dizeres” de uma sociedade; e também do fundamento teórico que se apoia no conceito de discurso como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1995). Com a possibilidade de um outro “olhar” para o *corpus* de estudo, que se faz o objeto discursivo para o desenvolvimento da análise, investiga-se a relação do ensino superior em EaD e a política neoliberal para a educação.

Desde já, ressalta-se a impossibilidade de se exaurir todo o conteúdo discursivo impregnado no *corpus* sob análise, uma vez que, segundo Pêcheux (1997), a linguagem natural do discurso é a língua da estrutura e do acontecimento, ou seja, é a língua(gem) da ordem material sócio-histórica, encontrando-se contaminada pela opacidade, pelo equívoco e, essencialmente, pela(s) ideologia(s) – características que suscitam como corolário conflitos ideológicos.

É mister pontuar que o discurso se materializa em texto; portanto, o texto constitui-se na unidade básica para a AD, uma vez que é imbuído de discursividade. Assim, por meio da materialização da língua em texto, este é observado no seu exercício discursivo, ambiente em que se podem perceber as marcas ideológicas que definem as formações discursivas, bem como o lugar sócio-histórico no qual o texto surgiu. Portanto, se o texto constitui o objeto discursivo da AD, deduz-se que esta concebe a língua(gem) como mediadora necessária entre o homem e a realidade na qual ele se inscreve – tal mediação ocorre por meio do discurso, ou seja, pelas práticas discursivas nas quais o indivíduo se encontra situado. Assim, o sujeito tem condições de significar e significar-se, possivelmente sendo capaz de transformar e transformar-se (ORLANDI, 2005). Logo, compreende-se que é o discurso que proporciona a existência da interação transformadora da humanidade.

Entende-se que um discurso ultrapassa a exterioridade da linguagem, abrangendo elementos sócio-históricos e ideológicos. Na AD, esses elementos são essenciais para uma ampla interpretação do ato comunicativo, ou seja, conseguir uma leitura além do léxico-sintático. Em outras palavras, a língua não transmite somente informações, ela não pretende apenas anunciar algo – através do discurso, a língua manifesta os aspectos sociais, históricos e ideológicos, isto é, faz revelar o contexto em que um determinado enunciado apareceu (como, quando, por quê, etc).

Segundo Orlandi, a AD trabalha com a língua no mundo, não como um sistema abstrato e imanente:

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2005, p. 16)

Deste modo, na AD, para conseguir entender a intenção de qualquer texto, faz-se indispensável conhecer as condições de produção que lhes proporcionaram o surgimento, ou seja, é bastante vantajoso trazer à tona os eventos históricos, sociais e ideológicos que circundam o momento de seu aparecimento. Compreender essas condições é determinante para atingir uma maior ilustração discurso. Reportando as palavras de Pêcheux:

[...] enunciaremos, a título de proposição geral, que os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso. (PÊCHEUX, 2010, p. 77 - 78, grifos do autor)

Portanto, compreendidas as condições de produção como a junção dos elementos e fenômenos que determinam a produção de um enunciado inscrito em um contexto sócio-histórico-ideológico, também é oportuno conhecer alguns elementos que lhes são constitutivos – a formação ideológica (FI) e a formação discursiva (FD) – já explicitados em capítulo anterior (p. 35 - 36).

Sob o postulado de Pêcheux & Fuchs (2010) de que uma FD é aquilo que pode e deve ser dito num determinado contexto sócio-histórico-ideológico, é por meio das FDs que os sujeitos, inseridos em uma FI, significam socialmente, ou seja, enunciando os seus dizeres se tornam sujeitos discursivos, construindo a história da classe social a qual se encontram. Por conseguinte, estas FDs são heterogêneas, formadas por embates ideológicos, continuamente (re)configurando suas posições que não são estanques, mas fluidas (ORLANDI, 2005). De tal modo, pode-se entender que é na/pela FD que a ideologia se materializa, é a arena onde saber e poder se articulam e se enfrentam. Concatena-se, assim, que uma FD carrega consigo outras FDs com que dialoga constantemente, seja por aliança ou contestação (BRANDÃO, 2004). Já explicado e exemplificado no capítulo *A Análise do Discurso*, enfatiza-se que um mesmo enunciado pode surgir em FDs diferentes, causando sentidos distintos, devido ao seu lugar



sócio-histórico-ideológico, isto é, o sentido do enunciado depende de quem fala, daquele que ouve, de onde se fala, quando se fala e da posição sócio-ideológica dos protagonistas<sup>93</sup> do ato discursivo (ibid). Reitera-se que a doutrina bakhtiniana assevera que não há palavra neutra – todo enunciado está imbuído de cargas ideológicas, de aspectos socioculturais oriundos de fatos históricos. Assim, o discurso se constrói na(s) FI(s) e na(s) FDs, cujo locutor diz de algum lugar, amparado por algum direito adquirido socialmente – “dizer” esse, que terá um sentido conforme os fatores extrínsecos do ato discursivo.

Analisando os *corpora* deste trabalho, falar da posição de uma instituição educacional de formação superior, pública ou de iniciativa privada, é veicular saber e poder legitimado na esfera do ensino superior, ainda que se trate do tópico de EaD<sup>94</sup>. Conjectura-se que uma instituição de educação superior adquira credencial para divulgar seus atributos conquistados nos anos de experiência na arte de educar através da prática empirista, não apenas do exercício discursivo. Assim, essa instituição (universidade) “credenciada” ocupa uma posição de destaque, revestida de saber e poder, uma vez que, segundo Foucault (1987)<sup>95</sup>, as escolas objetivam moldar as condutas dos educandos, buscam disciplinar o comportamento deles, formatando as ideias e (re)construindo os ideais desses estudantes. O filósofo assevera que

é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. *Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo.* (FOUCAULT, 2010, p. 43 – 44, grifo nosso)

O que se pretende elucidar é a posição privilegiada das universidades que oferecem a graduação na modalidade EaD perante as outras instituições não credenciadas para a oferta dessa forma de ensino e também ante os usuários-leitores do *site* institucional, cujo discurso possui o condão de persuadir esses possíveis clientes-educandos. Este lugar de destaque que as universidades privilegiadas fazem questão de divulgar é gerador de poder, pois faz surgir uma separação entre escolas credenciadas e não credenciadas, insinuando uma diferenciação na competência e na qualidade de ensino – estratégia que provoca uma espécie de elitização

<sup>93</sup> Sujeito/locutor e receptor; falante e ouvinte.

<sup>94</sup> Cursos em graduação pela modalidade de EaD ainda sofrem de um certo preconceito perante determinadas esferas da sociedade, segundo João Carlos Teatini (CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), gestor do programa UAB (Universidade Aberta do Brasil). 24/04/2012. Disponível em: <<http://www.educacaoadistancia.blog.br/>>. Acesso em 29 ago. 2012.

<sup>95</sup> FOUCAULT (1987).

entre as instituições educacionais de educação superior. Esse poder provém apenas do credenciamento de um órgão superior federal – MEC/CAPES – para as universidades “privilegiadas”. E isso não as tornam mais competentes e/ou qualificadas do que as outras na capacidade e idoneidade de educarem e formarem profissionais.

Portanto, as instituições educacionais de ensino superior, embora inscritas na mesma FI, ou seja, comungando do ideário pedagógico-educativo, apresentam FDs distintas, às vezes até conflitantes, uma vez que objetivam tanto o reconhecimento diante a sociedade, adquirindo espaço na esfera publicitária-educacional, quanto a consolidação no mercado de ensino na modalidade EaD. Os dizeres das universidades credenciadas, em suas páginas na Internet, constituem a própria manifestação dos saberes e poderes, pois, reiterando Foucault (ibid, p. 44), “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

Vale ressaltar que a posição privilegiada dessas universidades não surgiu ou foi alcançada ontem – ela foi se formando ao longo de muitos anos. A própria sociedade as elevou nesse patamar de respeito; e que adquiriu ainda mais poder depois da outorga pelo Estado para a oferta de EaD.

Outrossim, inseridos na mesma FI (da esfera da educação), em que essas universidades se encontram inseridas, há os consumidores (educandos) ou futuros estudantes (usuários-leitores), que parecem estar numa situação de inferioridade, já que se esses procuram uma graduação na modalidade EaD é porque não têm condições de cursarem presencialmente por algum motivo. E no Brasil, na arena do mercado de trabalho, não é difícil encontrar equívocos ‘preconceituosos’ de desconsiderar as pessoas sem formação superior. Há um erro de se diminuir, até mesmo marginalizar, aqueles indivíduos que não puderam e não podem frequentar uma graduação presencial, ou então que possam, mas cursá-la na modalidade distância. A EaD, já dito em outra oportunidade, carrega o estigma de ser um modo de aprendizagem de baixa qualidade – um preconceito adquirido por vários fatores, como: uma forma de ensino que só abrangia escolas técnicas e, por vezes, de segunda classe (não havia fiscalização de órgão competente); e, principalmente, devido ao interesse da grande maioria das instituições de ensino superior, pois elas não possuem credenciamento para a oferta de tal modalidade – esta é a comprovação da existência de competitividade no mercado da educação superior. Por conseguinte, a educação tornou-se um bem de consumo, desvalendo o seu caráter de direito individual e social.

Outro fator necessário para uma análise do discurso são seus elementos extradiscursivos síncronos e assíncronos. Afetando diretamente a arena dialógica (e ideológica) do discurso, pode-se perceber a velha e eficaz estratégia publicitária – de *marketing* – para a venda de um produto, a política hodierna de democratização do ensino, a influência dos meios de comunicação e da tecnologia digital no avanço da EaD no Brasil como fator sincrônico; já, indiretamente, circunda o histórico (sucesso e/ou problemas) da EaD, que enquadra-se como fator assíncrono. Assim, nesse azo, antecipa-se que na doutrina neoliberalista, quem ganha mercado (educação) ganha reconhecimento e poder (GENTILI, 2007) – e é estratégia de aquisição de mercado o uso de publicidade, uma marca intrínseca do capitalismo, atualmente, com as vestimentas da doutrina neoliberal (*ibid*). De tal modo, conhecer a história da EaD, do seu avanço e de sua consolidação<sup>96</sup> faz-se indispensável para analisar os discursos das universidades que ofertam cursos nessa modalidade. Investigar todos os aspectos extradiscursivos é também analisar as condições de produção do enunciado.

Portanto, desconsiderar a exterioridade do texto institucional, ou seja, ignorar ou desprestigiar as condições de produção do enunciado sobre EaD – contextos histórico-sociais e ideológicos – é tentar analisar em vão o discurso das universidades que ofertam cursos nessa modalidade. Vale observar a impossibilidade de se alcançar a amplitude total de um texto discursivo, uma vez que, conforme Pêcheux (2010, p. 76) postula, “o processo discursivo não tem de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima (...)”, ou seja, não existe um ponto inicial do processo que engendra o discurso, já que um discurso remete a outros, e assim sucessivamente, carregando “as “deformações” que a situação presente introduz” (*ibid*). Por concatenação isso quer dizer que, embora este trabalho vise esmiuçar o discurso sobre a EaD nos *corpora* dos *sites* de algumas universidades mineiras, procurando desvendar o “não-dito”, ou seja, buscando revelar marcas do neoliberalismo na oferta de graduação na modalidade a distância, não esgotar-se-ão os vestígios das manifestações de conteúdo ideológico neoliberal impregnadas nesses discursos.

Observa-se também que as condições de produção do discurso estão justapostas com as relações de poder e do lugar ocupado pelos protagonistas da interação verbal – premissa que nos faz deduzir que o poder do discurso de um texto encontra-se indelevelmente constituído e estabelecido na/pela posição social que o sujeito discursivo e os seus

---

<sup>96</sup> A propagação e consolidação da EaD em cursos de graduação foi facultada pelo avanço da tecnologia (TICs), pela democratização do ensino e pela política de inclusão digital (BELLONI, 2009).

interlocutores ocupam (FOUCAULT, 2010). Nessa análise, as instituições educacionais de ensino superior, por meio dos seus *sites* pertinentes, são os enunciadores/produtores dos discursos sobre a EaD; divulgam e ofertam para os usuários-leitores específicos a oportunidade de se cursar uma graduação de “qualidade” no modo moderno de ensino – a EaD. Desde o início da leitura do texto exposto nesses *sites*, existe a impressão contextual de hierarquia entre a instituição que fala e o leitor que recebe a informação, isto é, há o efeito de sentido de que as universidades já se encontram numa posição de superioridade<sup>97</sup> em relação aos usuários – possíveis clientes/consumidores – uma vez que a intenção daquelas é persuadi-los, é convencê-los de que se graduar pela escola que preconiza a experiência em ensinar lhes proporcionarão muitos benefícios. Em suma, é dizer que graduar através de EaD é um “bom negócio”.

Retornando à teoria da AD, reitera-se que as exterioridades do discurso proporcionam a construção de sentido; e, como explicitado anteriormente, as palavras em si mesmas são inócuas – vazias de significado – conforme aponta o preceito pecheutiano de que é impossível encontrar um discurso em um texto sem incluir nele os aspectos extralinguísticos que lhes rodeiam (PÊCHEUX, 2010), ou seja, faz-se necessário buscar as condições referenciais sócio-histórico-ideológicas desse texto.

Assim sendo, para obter-se êxito na investigação a qual este trabalho propõe, torna-se imprescindível considerar algumas marcas das condições de produção que constituem a discursividade dos textos (verbais e não verbais) dos *sites* institucionais de EaD em sua materialidade. Isto significa que, para a análise do *corpus*, é imperioso que se situe o discurso sobre a EaD contextualmente, ou seja, deve-se resgatar a história da EaD, investigar seu impacto social (passado e presente), averiguando as transformações que essa modalidade de ensino causou nos diversos domínios discursivos (político, educacional, econômico e, enfim, social). Paralelamente, deve-se traçar uma possível relação/influência da política neoliberal no âmbito da educação nessa trajetória da EaD, sobretudo nos últimos dezesseis anos (1996 – 2012) – período em que a modalidade da EaD ficou legalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>98</sup>. Portanto, faz-se pertinente conhecer, concisamente, a doutrina do neoliberalismo para procurar estabelecer um possível vínculo da ideologia neoliberal na

---

<sup>97</sup> Esse efeito de sentido de superioridade das IES advém do fato de que são elas que detêm o conhecimento, o ensino – o saber.

<sup>98</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – ver Art. 80 e parágrafos . Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 22 abri. 2012.

política hodierna do Brasil – um país de proporção continental, em que o Governo encontra bastante dificuldade de implantar sua política educacional, com qualidade e acesso democrático. Ainda deve-se ter o conhecimento de que a EaD supre a demanda das pessoas excluídas/impedidas de cursarem uma graduação presencial por motivos variados<sup>99</sup>, solucionando parcialmente a exclusão educacional superior.

Nos textos selecionados para os recortes apresentados na análise que se seguirá, foram encontrados traços da ordem neoliberal na educação, uma vez que a temática da democratização do ensino superior, da qualidade, da flexibilização do ensino, da qualificação continuada, da demanda de mercado e da adequação às exigências dele, estão presentes nos discursos analisados. Não obstante, essas temáticas podem ser vinculadas ao ideário meritocrático do neoliberalismo, pois são peculiaridades marcantes dessa ideologia globalizada do mercado competitivo. Redundantemente, reitera-se que os *corpora* foram selecionados pelo critério qualitativo, dentre IES mineiras credenciadas pelo MEC/CAPES para a modalidade em EaD, todas gozando de prestígio no âmbito da educação superior.

Assim, segue-se a efetividade e a utilidade da AD peuchetiana, visando desvendar o “não dito” no que é dito.

#### 4.3 ANÁLISE DOS *CORPORA*

Não é de todo redundante reiterar que a metodologia da pesquisa consistiu na seleção dos *corpora* de forma aleatória, dentre algumas IES credenciadas para a graduação de alguns cursos na modalidade EaD no estado de Minas Gerais, mas que tais IES gozam de considerável prestígio no mercado da educação superior nesse estado e no país. Ainda salienta-se que esta pesquisa focalizou a graduação integral na modalidade EaD, desconsiderando a modalidade semipresencial.

Também ressalta-se que as páginas sob análise sofreram algumas transformações desde o período da coleta dos objetos (página virtual do *site*) até o fechamento do trabalho para a defesa. Não obstante, isso corrobora o “relativamente estável” do gênero, nas

---

<sup>99</sup> Dificuldade de acesso (transporte); dificuldade de acessibilidade (portadores de necessidades especiais); horários incompatíveis; dificuldade financeira; distância dos polos de ensino; etc.

concepções bakhtinianas. Igualmente, pode-se vislumbrar a inovação proposta pela esfera do *marketing* para atrair o usuário/leitor, distanciando-se da enfadonha imutabilidade, uma vez que a inalterabilidade não é característica dos gêneros virtuais e enfraquece qualquer publicidade.

### 4.3.1 PUC MINAS VIRTUAL

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE | PUC Informa em áudio | Portal PUC Minas |

Institucional | Formas de Ingresso | Cursos | Polos | Bibliotecas | Sala de Imprensa | Fale conosco | Direto ao assunto

**INSTITUCIONAL**

O que é a PUC Minas Virtual

Histórico

Compromisso

Organograma

Infraestrutura

Endereço

Uma palavra sobre Ensino a Distância

Legislação

Parceiros

INSTITUCIONAL >> O que é a PUC Minas Virtual >> Histórico

**Histórico**

A Diretoria de Ensino a Distância da PUC Minas foi criada pela Portaria da Reitoria nº 035/99, de 20 de agosto de 1999. Em 04 de agosto de 2000, a Portaria foi submetida ao Conselho Universitário, que a aprovou através da Resolução nº 06/2000.

Estruturalmente, a Diretoria se acha ligada diretamente ao Reitor, o que lhe confere maior flexibilidade e dinamismo.

A missão conferida pela Universidade à Diretoria de Ensino a Distância, mais conhecida pelo nome de PUC Minas Virtual, foi a de ser um setor de suporte, pedagógico e tecnológico aos projetos de educação a distância. Com essa finalidade, a partir de setembro de 1999, iniciou-se a constituição de uma equipe interdisciplinar, composta fundamentalmente de engenheiros especialistas em produção e criação de material multimídia e em informática, comunicadores com experiência em televisão e pedagogos e educadores com larga e sólida experiência em ensino superior, além do indispensável apoio administrativo.

A equipe procurou desde o início e procura, sempre, inteirar-se dessa modalidade de educação, seja no Brasil ou no exterior. A partir desses estudos, são propostos os cursos, sempre buscando atender às demandas sociais e do mercado de trabalho.

Passados dez anos da implantação, a PUC Minas Virtual acumula uma experiência bastante sólida. Fundamenta sua ação em uma metodologia que alia as inovações tecnológicas na área da comunicação e informação a uma orientação pedagógica e didática adaptada a essas novas ferramentas de difusão do conhecimento. Convicta de que esse é um processo importante e irreversível de flexibilização e democratização do ensino, a PUC Minas está investindo largamente recursos próprios para que o ensino a distância por ela praticado tenha a marca de qualidade que caracteriza todas as suas atividades.

:: Volta ::

**CURSOS**

Graduação

Disciplinas a distância da

Pós-Graduação

Atualização

**ACESSO RESTRITO**

>> aluno

>> professor

>> funcionário

**BIBLIOTECAS**

Biblioteca Digital Multimídia

busca no acervo

BUSCAR

Biblioteca

biblioteca digital CAVALESU

**PROJETOS ESPECIAIS**

Cefor

Centro de Formação de Professores PUC Minas

**Endereços:** PUC Minas Virtual | Rua Espírito Santo, 1059 - 12º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30.160-031 - Telefone geral: (31) 3238-5656

(Fonte: [http://www.pucminas.br/virtual/index\\_padrao.php?pagina=3522](http://www.pucminas.br/virtual/index_padrao.php?pagina=3522), acesso: 28/05/2012)

A página virtual do site PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Minas Gerais, no menu <Institucional>, opção <O que é a PUC Minas Virtual>, item <Histórico>, apresenta a

seguinte configuração de impacto<sup>100</sup>: o cabeçalho traz a imagem de uma pessoa (homem) com a aparência feliz, de braços abertos, sobre um plano de imagens referentes à esfera acadêmica contemporânea (um teclado de computador, folha impressa de uma possível apostila, uma caneta esferográfica, um aparelho celular e a mão que escreve em uma folha.); no alto superior esquerdo, aparece a logomarca da instituição mantenedora (Arquidiocese de Belo Horizonte) e no extremo direito, o logotipo da universidade.

Ao utilizar o referente imagético: um possível estudante, de feições alegres, com os braços abertos, pode-se conjecturar que a intenção do enunciado é fazer que o usuário-leitor acredite que aquele que estuda é um indivíduo vitorioso, que tem aspiração de abraçar o mundo – de ter poder – tendo como premissa que aquele que detém o saber faz com que seu discurso ordene a sociedade (FOUCAULT, 2010).

Embora pequena, também vale salientar o “peso” da logomarca da mantenedora – uma instituição católica de referência no domínio<sup>101</sup> da educação. Portanto, a PUC Minas Virtual tenta passar confiança para o usuário do *site* de que cursar EaD naquela universidade é querer e poder ter um futuro promissor.

Abaixo do título <Histórico>, é apresentado um pequeno texto, de onde seleciona-se, para análise, o seguinte excerto:

[...] A equipe procurou desde o início e procura, sempre, inteirar-se dessa modalidade de educação, seja no Brasil ou no exterior (...) sempre buscando **atender às demandas sociais e do mercado de trabalho**. (...) a PUC Minas Virtual acumula uma **experiência** bastante **sólida**. Fundamenta sua ação em uma metodologia que alia as **inovações tecnológicas** na **área da comunicação e informação** a uma orientação pedagógica e didática adaptada a essas novas ferramentas de **difusão do conhecimento**. Convicta de que é um processo importante e irreversível de **flexibilização e democratização do ensino** (...) [grifo nosso]

Veja que a PUC Minas Virtual enuncia que procura adquirir o conhecimento (globalizado) da metodologia da EaD, continuamente (*procura, sempre, inteirar-se dessa modalidade de educação*). Aliás, os termos e as expressões destacadas – demandas, mercado, experiência, etc. – são usuais do discurso do neoliberalismo, que visa o lucro disfarçado em

<sup>100</sup> Todas as páginas de *site* institucional de EaD constituem-se um gênero textual específico e apresentam uma configuração mais ou menos padronizada, que inclui: barra de menus, barra de ferramentas, acesso a portais e quadros, etc. (rever o capítulo O gênero discursivo de *site* institucional de EaD). Portanto, o *layout* de impacto é o que sobressai da padronização – é o “diferente” que chama a atenção do usuário-leitor.

<sup>101</sup> Aqui, como sinônimo de esfera, âmbito, etc; porém, não seria de todo absurdo ter valor sinônimo de poderio, uma vez que a Igreja Católica dominou o conhecimento (educação) durante muitos séculos.

políticas sociais de natureza assistencial (GENTILI 2007)<sup>102</sup>, adequando o binômio oferta-demanda no mercado. A palavra "sólida" (*experiência bastante sólida*) aparece para insinuar a competência/experiência da universidade e/ou dos pesquisadores (equipe de EaD). Mas, afinal, o que pode ser considerado "experiência bastante sólida"? A que contexto isso está atrelado, se no início a própria instituição enuncia que *procura, sempre, inteirar-se dessa modalidade de educação*? Portanto, nesse contexto, o lexema "sólida" não se atém ao valor sinonímico do termo, há o efeito de sentido de que a PUC Virtual mostra-se uma instituição capaz de mobilizar conhecimentos, valores e tecnologias para atuar no ensino em EaD.

No discurso ainda pode-se perceber a preocupação em mostrar que a universidade está "antenada" com as demandas/propostas/concepções/discussões internacionais sobre EaD. Percebe-se tal postura concretizada no seguinte excerto, disposto no menu <Institucional>, opção <O que é a PUC Minas Virtual>:

Unidade responsável pela **concepção, estruturação e oferta de cursos a distância em diversos níveis do ensino superior**, nas áreas de sua competência acadêmica, a PUC Minas Virtual vem desenvolvendo seu papel institucional, ampliando a ação educativa da PUC Minas, por meio de **projetos e cursos de educação a distância destinados a alunos tanto no Brasil como no exterior, com base, principalmente, nas novas tecnologias da informação e da comunicação**. ([http://www.pucminas/virtual/index\\_padrao.php?pagina=3521](http://www.pucminas/virtual/index_padrao.php?pagina=3521), grifo nosso)

Isso revela uma postura de desejo de adequação – mas a quê, senão a esse ideário neoliberal em que vivemos? Outrossim, traços identitários como as expressões *democratização, flexibilização*, etc podem também estar imbuídos do ideário neoliberal. Se vinculam à ideia de que a educação está democratizada; assim, aquele que não a acessa torna-se um “excluído”<sup>103</sup> do processo de educação continuada, pois está “inadequado” para o mercado, que é exigente na qualificação. É cediço que, hoje, a educação superior consolidou-se como um produto/serviço de mercado. Assim sendo, pode-se afirmar que esse enunciado revela-se impregnado do pensamento neoliberal, uma vez que carrega marcas da ordem capitalista, pois também trata-se de uma instituição de personalidade jurídica privada, que se mantém por meio de recursos financeiros oriundo de mensalidades. O texto sugere que o sistema de EaD é democrático – como se esse sistema fosse perfeito e as pessoas só não se adaptam a ele se não quiserem. Mas será mesmo que a EaD consegue democratizar a educação? Ou a "democratiza só pra alguns"? Será que o sistema da EaD não exclui nenhum

<sup>102</sup> Capítulo 1: A Educação a Distância na trilha do Neoliberalismo.

<sup>103</sup> Aquele que não se adequa às exigências do mercado fica excluído dele, não obstante, marginalizado pela sociedade, podendo carregar o estigma de incompetente.



indivíduo? Todos os indivíduos que não puderam frequentar uma graduação presencial e que queiram essa qualificação são contemplados pela EaD? Faz-se pertinente considerar que a educação superior, nos moldes da política neoliberal, deixa de ser direito social e transforma-se em produto/serviço<sup>104</sup> para o mercado, funcionando às demandas e ofertas desse – “o imperativo econômico é o que predomina” (PETERS, 2010, p. 222), portanto, o social se sujeita ao econômico.

Também faz-se pertinente realizar uma análise do gênero desse *site* institucional, segundo as concepções doutrinárias bakhtinianas<sup>105</sup>. Quanto ao conteúdo temático (tema), o assunto aborda o domínio da educação, sobretudo o ensino na modalidade da EaD. Ao acessar a maioria dos menus, o internauta depara-se com textos referentes à educação, principalmente à EaD. A estrutura composicional está configurada na diagramação da página virtual do *site*, ou seja, na disposição das barras de menus, dos recursos imagéticos, dos textos, enfim, está representada no próprio layout da página da PUC Virtual. A arrumação estilística (estilo) fica configurada na maneira da confecção das frases, ou seja, uma sequência frasal léxico-sintática simples, direta argumentativa e persuasiva, facilitando a compreensão imediata dos textos, como, por exemplo, o fragmento textual disposto no menu <INSTITUCIONAL>, <Uma palavra sobre educação a distância>:

**A educação a distância** constitui, hoje, um dos **mais potentes instrumentos de difusão do conhecimento de qualidade**. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com enormes desigualdades inter-regionais e sociais, **essa modalidade de ensino torna acessível a todos o conhecimento atualizado, superando barreiras territoriais**.  
([http://www.pucminas.br/virtual/index\\_padrao.php?pagina=3530&PHPSES SID=9b8397b71698962d2919d729cbeef804](http://www.pucminas.br/virtual/index_padrao.php?pagina=3530&PHPSES SID=9b8397b71698962d2919d729cbeef804), grifo nosso).

#### 4.3.2 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

O sítio da UEMG [www.uemg.br/ensino\\_distancia.php](http://www.uemg.br/ensino_distancia.php), que dá acesso a assuntos pertinentes sobre EaD apresenta uma configuração padrão, sem imagens de impacto. O cabeçalho traz referência (em *link*) ao endereço < mg.gov.br >, revelando a instituição mantenedora (Governo do Estado de Minas Gerais), como também a logomarca da universidade (UEMG). O que merece ser destacado desse cabeçalho é o slogan ou frase de

<sup>104</sup> Capítulo 1: p. 19-28.

<sup>105</sup> Capítulo 3: p. 62-63.



- Pró-Reitoria de Ensino
  - Apresentação
  - Estrutura
  - Organizacional
  - Ensino nas Unidades
  - Instituições e Programas relacionados ao Ensino
- Aluno
- Professor
- Sistema Acadêmico
- Documentos
- Programas
- Orgãos Vinculados
  - Biblioteca
  - CENPA
  - Diploma
  - EAD
  - Vestibular

**Educação a Distância**

A Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, visando a conectar-se às exigências educacionais da sociedade moderna, criou o Núcleo de Educação a Distância - NEAD/UEMG (Resolução COM/UEMG no. 05/97 de 03/12/97).

**Sítio do EAD:**  
www.uemg.br/ead

**São finalidades do NEAD:**

- Atuar na difusão e expansão de projetos de educação a distância na UEMG;
- Subsidiar, acompanhar e apoiar professores e pesquisadores no desenvolvimento e execução de projetos de ensino, de pesquisa e da extensão, na modalidade a distância;
- Realizar, através de uma prática reflexiva, o acompanhamento, controle e avaliação das experiências em andamento, visando ao intercâmbio e ao aprimoramento das mesmas, bem como à formação de novas propostas;
- Estabelecer intercâmbio com professores, pesquisadores e especialistas de diferentes instituições de ensino e de pesquisa, nacionais e internacionais, que tenham como objeto de estudo e/ou trabalho, a Educação a Distância;
- Incentivar a implementação de Núcleos Regionais de Educação a Distância nos Campi da UEMG;
- Constituir grupos de estudos sistemáticos sobre Educação a Distância visando à formação de especialistas.

**Professores e funcionários capacitados para o desenvolvimento de EAD na UEMG**

Dentro do objetivo estratégico do acordo de resultados a UEMG se propôs a capacitar pessoas para o desenvolvimento da "Educação a Distância" na Universidade. Vários professores e funcionários, abaixo relacionados, foram capacitados pela Cátedra UNESCO de Educação à Distância e ao final de 2008 foram conferidos a estes os certificados de conclusão de capacitação.

Prof.ª Ana Catharina Mesquita Noronha  
 Prof.ª Andréa Silva Gino  
 Prof.ª Cynthia da Conceição Tannure  
 Prof.ª Dolores Maria Borges de Amorim  
 Prof. Fabrício Andrade Pereira  
 Prof. Haroldo Luiz Bertoldo  
 Prof.ª Iracema Campos Cusati  
 Prof.ª Luciana Zenha Cordeiro  
 Prof.ª Lys Maria Amaral Vilas Boas  
 Prof.ª Maria das Graças Pereira Costa  
 Prof.ª Maria de Freitas Chaves  
 Prof.ª Marlene Dária de Lima Santos  
 Prof.ª Mércia Veloso Pinto de Souza  
 Prof.ª Patrícia Maria Caetano Araújo  
 Prof.ª Regina Rosa Santos Leal  
 Prof.ª Santuza Abras  
 Prof.ª Sonia Maria Rodrigues  
 Prof.ª Vicentina Cornélio de Carvalho

**Equipe:**

Luciana Perón Benevenuto  
 Maria Esperança de Paula  
 Nadege Maria da Conceição Facury  
 Ramon Orlando de Souza Flauzino  
 Solange Pereira Veneranda Torres

**Cursos**

- 
- 
- 
- 

Busca rápida pelos cursos oferecidos

**Unidades**

- Aluno
- Professor
- Biblioteca

**Notícias**

Confira aqui detalhes sobre a legislação que trata da transparência de dados oficiais

**Eventos**

Programa de Licenciaturas Internacionais seleciona projetos para formação inicial de professores

efeito inscrito sobre o plano: “uma nova maneira de pensar, ser e agir”. De início, indaga-se: quem pensa(?) e pensa o quê(?); quem “é”(?) e o que “é”(?); quem age(?) e como age? Para estas perguntas existem duas respostas: pode referir-se à UEMG, que possui *uma nova maneira de pensar, ser e agir*; ou então indica tratar-se do estudante desta instituição. A ambiguidade dessa referência seria proposital? Parece que sim, uma vez que, estrategicamente, há a amplitude de efeito informativo e pretendido. Concernente à UEMG, sugere que a instituição se adequa ao novo<sup>106</sup> modelo de educação moderna, deixando a pedagogia tradicional antiquada no passado. E, atinente ao estudante da UEMG, aponta para um acadêmico que busca a modernidade, que pensa no futuro, que age com convicção, objetivando ser um profissional adequado ao mercado.

Abaixo do título Educação a Distância, há o seguinte fragmento: *A Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, visando conectar-se às exigências educacionais da sociedade moderna, criou o Núcleo de Educação a Distância – NEAD/UEMG*. O trecho é prova, ou ao menos é um indício, de que a instituição está sujeita às demandas do mercado profissional, ou seja, ela tem que se adequar às exigências do mercado, sendo que este encontra-se indelevelmente inscrito na sociedade socioeconômica. A expressão *exigências educacionais* também possibilita reportar às condições substanciais do ideário neoliberal de “adequação” e de “qualidade” do ensino/aprendizagem na modalidade EaD em cursos de graduação, uma vez que a educação no mercado é serviço e/ou produto. Mas o que seria uma *sociedade moderna*? A inserida no mercado e contemplada pelos recursos tecnológicos ou aquela que democratiza a educação igualitária aos indivíduos aí inscritos? A pergunta pode ser respondida; porém, conforme a FI e/ou a FD em que se está, as respostas serão antagônicas. Se a FD coadunar do ideário neoliberal, a sociedade moderna será aquela que observa as regras da oferta-demanda, portanto, sectária do neoliberalismo. E no outro “prato da balança” as doutrinas mais “freireanas”, guardiãs da educação igualitária para todos – a Educação em Direitos Humanos<sup>107</sup>. Para passar confiança ao usuário-leitor, o subtítulo “Professores e funcionários capacitados para o desenvolvimento de EAD na UEMG” traz o texto informativo (...) *a UEMG se propôs a capacitar pessoas para o desenvolvimento da “Educação a Distância” na Universidade. Vários professores e funcionários (...) foram*

<sup>106</sup> A EaD, ao ser apresentada como “nova” modalidade de ensino – a diferente (não convencional) – conquista atributos que a tornam excepcional, e que, relativamente, a engrandece diante o ensino presencial (RUIZ, 2011).

<sup>107</sup> São premissas da Educação em Direitos Humanos: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva (partilhar a razão quanto à emoção). Programa Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em 04 set. 2012.

*capacitados pela Cátedra UNESCO de Educação a Distância*<sup>108</sup> (...). O enunciado certifica que é indispensável adequar-se às demandas do mercado educacional e amoldar-se à evolução do modo de ensinar. Não obstante, ao se referir ao vínculo de capacitação com a UNESCO, o enunciado ganha força persuasiva, uma vez que essa entidade é afiliada da ONU, destinada ao programa de desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura, a nível mundial. Esse vínculo com a UNESCO lhe garante credibilidade e lhe credencia como uma instituição de profissionais gabaritados para os cursos em EaD. Essa autopublicidade da UEMG é estratégia de mercado, visando atrair futuros estudantes em EaD para o ensino superior. Por se tratar de uma instituição pública (estadual), o objetivo capitalista (lucro) está descartado; entretanto, ganhar espaço no mercado educacional e atrair consumidores, o que é senão uma peculiaridade da ação do programa neoliberal para a educação? Essa é a lucratividade da UEMG. E quando se tem semantemas como: capacitação, qualidade, competitividade evidencia-se, ao menos, existir indício da retórica neoliberal, pois essas palavras são usuais no discurso ideário do neoliberalismo. Vale pontuar que Silva (2007) alega que a educação tem função estratégica no plano de hegemonia do neoliberalismo, uma vez que há o intuito de preparar o aluno para a competitividade do mercado, como também de fazê-lo propagador dessa doutrina, visto que a educação é um território conveniente para a difusão e realização dos princípios neoliberais.

Quanto aos elementos constitutivos do gênero *site* institucional de EaD, conforme os ensinamentos de Bakhtin (2000), nessa página virtual da UEMG, a análise encontrou uma estabilidade maior referente ao tema, que se ateu a assuntos pertinentes à educação (sobretudo da EaD), enquanto que os itens estilo e estrutura composicional configuraram-se relativamente estáveis, uma vez que esses dois componentes constituintes do gênero, durante a confecção deste trabalho dissertativo (o íterim compreendido entre a seleção desse *corpus* e as correções após a qualificação), sofreram algumas transformações, não substanciais, mas discursivas, tipográficas e diagramáticas. Tais alterações, certamente, são artifícios para chamar a atenção do leitor-usuário – estratégia de *marketing*, traço de ideário neoliberal.

O perfil dessa página virtual pode até parecer discreta quanto ao recurso imagético e diagramático, mas nem por isso apresenta-se com conteúdo menos persuasivo.

---

<sup>108</sup> Cátedra UNESCO de Educação a Distância é uma das iniciativas da UNESCO e da UnB no campo da EaD. Atua como ponto de referência para o desenvolvimento, ensino, pesquisa e extensão para a formação de profissionais em educação a distância. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/catedraunescoead>>. acesso em 08 ago. 2012.

### 4.3.3 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – CEAD/UFLA

Principal | Acesso Restrito CEAD

Principal Cursos UAB OPENUFLA Editais Notícias Eventos Projetos Quem Somos AVAs

**CEAD/UFLA**  
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**INVISTA NO SEU FUTURO  
E TENHA RETORNO GARANTIDO**

**MENU**

- Contato
- Perguntas Frequentes
- Biblioteca
- Matriculas
- Mídias
- Legislação
- Webmail
- Repositório
- Links
- Vídeos
- SIG-UFLA
- Relatório de Gestão

**NOTÍCIAS (RSS)**

Rede pública do Rio terá escolas bilíngues em francês, espanhol, inglês e chinês

Em creche de SP, crianças aprendem a conviver com deficiente e estrangeiro sem preconceito

Ouvi muito "não" até conseguir matricular meu filho, conta mãe de menino autista

Para melhorar resultados de inclusão, união entre família e escola é fundamental

Cota não será aplicada no próximo vestibular, diz UFF

Universitários não mostram interesse em carreira docente, segundo pesquisa

**Notícias**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG divulga edital para oferta de cursos Lato Sensu em 2013**

A PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PRPG, através de sua PRÓ-REITORIA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO... [Ler mais](#)

**CEAD/UFLA realiza cursos do Plano Anual de Capacitação Continuada**

(PACC - Edital -2/2011 CAPES) O CEAD/UFLA, por intermédio do Plano Anual de Capacitação Continuada... [Ler mais](#)

**CEAD/UFLA realiza primeira transmissão de aula via internet.**

O Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Lavras (Cead/UFLA) realizou no último... [Ler mais](#)

**Edital 07/CEAD – Letras/Português: local e horário do Curso de Formação de Tutores**

A coordenação pedagógica do CEAD comunica aos aprovados e suplentes que o "Curso de Formação... [Ler mais](#)

**Edital 06/CEAD – Filosofia: local e horário do Curso de Formação de Tutores**

A coordenação pedagógica do CEAD comunica aos aprovados e suplentes que o "Curso de Formação... [Ler mais](#)

**Editais**

**Edital 09/2012 – Seleção de tutoria a distância – Curso de Extensão a distância em Escolas Sustentáveis – com vida**

O Centro de Educação a Distância (CEAD) e a coordenação do "Curso de Extensão a distância... [Ler mais](#)

**Edital 08/2012 – Seleção de tutoria a distância – Curso Administração Pública**

O Centro de Educação a Distância (CEAD) e a coordenação dos cursos de graduação a distância... [Ler mais](#)

**UFLA divulga processo seletivo para Administração Pública a distância**

A Diretoria de Processos Seletivos (Dips) divulgou o edital e o conteúdo programático do processo... [Ler mais](#)

**Edital 07/2012 – Seleção de tutoria a distância – Curso Letras Português**

O Centro de Educação a Distância (CEAD) e a coordenação dos cursos de graduação a distância... [Ler mais](#)

**Edital 06/2012 – Seleção de tutoria a distância – Curso de Filosofia**

O Centro de Educação a Distância (CEAD) e a coordenação dos cursos de graduação a distância... [Ler mais](#)

Centro de Educação a Distância - CEAD  
Campus Histórico da UFLA  
Telefone: (35) 3829-1035  
Lavras-MG 37200-000  
Email: cead@cead.ufla.br

Copyright © 2012 CEAD – Centro de Educação a Distância

(Home page CEAD/UFLA. Fonte: <http://www.cead.ufla.br/portal/>, acesso em 26/06/2012)

A página do CEAD/UFLA exibe uma configuração padronizada, sem imagem que possa causar impacto. O cabeçalho apresenta a logomarca da Universidade e a do departamento de educação a distância (CEAD) sobre um plano de imagens mescladas, quase que indescritíveis, em que sobressaem os periféricos de saída – teclado e *mouse* – de computador. Entretanto, o que mais realça nessa página é o quadro de *banners* que se alternam constantemente, sendo que o *banner* selecionado e capturado pela função <Print Screen> é o que apresenta maior força discursiva. A configuração desse banner também traz o logotipo da UFLA e o selo<sup>109</sup> da UAB<sup>110</sup> (Universidade Aberta do Brasil), na parte superior; ainda exibe a sigla CEAD/UFLA ao lado do slogan “INVISTA NO SEU FUTURO E TENHA UM RETORNO GARANTIDO”, em letras destacadas, na parte inferior. Não é dispensável salientar a imagem de parte de um antebraço com a mão que segura um pincel, na extremidade esquerda do *banner*. O efeito de sentido sugere tratar-se de um profissional em algum assunto, uma vez que o fragmento da vestimenta que aparece é bastante formal (terno/blazer e camisa clara de mangas longas); ele segura um pincel sobre uma lousa com postura de um pedagogo. Portanto, sob o viés bakhtiniano de que nenhum signo é neutro (BAKHTIN, 1995), é possível dizer que essa imagem tem sua função, que não é meramente decorativa, mas que inter-relaciona-se com os demais signos (logotipo, sigla, selo, *slogan*). O objetivo é passar segurança para o usuário-leitor de que o ensino dessa instituição é de qualidade<sup>111</sup> – de que, estando na UFLA, ele está em boas mãos. O *slogan* é a frase de efeito que ordena ao usuário-leitor para que este *invista* em uma graduação na modalidade da EaD pela UFLA. Ora, essa “ordem” já demonstra indício da mercantilização do ensino, pois “investir” é aplicar com finalidade lucrativa, é empreender uma estratégia para obter qualquer espécie de lucro. Ao ordenar que o usuário-leitor *invista* – em outras palavras, que se gradue e/ou se qualifique – a universidade idealiza a educação como um serviço/produto de mercado, uma vez que todo investimento objetiva um retorno compensador, lucrativo. A finalidade é convencer o usuário-leitor de que, no mundo contemporâneo, aquele que tem educação superior pela UFLA tem *retorno garantido*. Mas qual retorno garantido? Do que se trata esse retorno? Embasado nas exigências da sociedade moderna, concatena-se que esse retorno refere-se a uma graduação de qualidade – um diploma especial – que abre as portas para o

<sup>109</sup> Credencial da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para essa modalidade de ensino.

<sup>110</sup> UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia de EaD. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/>>, para maiores informações.

<sup>111</sup> É comum que o uso de um traje formal (terno/*blazer* e camisa clara de mangas longas) tenha um valor conotativo de pessoas que possuem instrução, saber; cogita uma posição de destaque, de superioridade.

mercado de profissionais, uma vez que a UFLA dá a garantia de um futuro promissor no mercado de trabalho para os seus educandos – valorizados, mas meros consumidores. Torna-se muito interessante o paradoxo existente nesse enunciado, uma vez que trata-se de uma universidade pública, portanto, sem fins capitalistas. Porém, a lucratividade da UFLA se revela na conquista de espaço no mercado educacional em EaD, ou seja, o nome da instituição será divulgado proporcionalmente à quantidade de educandos graduados por meio dela. Uma vez que ela garanta o retorno do “investimento” no futuro, o usuário-leitor fica confiante. Não obstante, pode-se afirmar que quem realmente está “investindo” para ter retorno é a própria UFLA. É bastante salutar uma relação “simbiótica”, ainda mais na seara da educação.

No *slogan*, nota-se o uso do imperativo afirmativo que representa uma recomendação ou até mesmo uma ordem – “invista” e “tenha” – para que se alcance um retorno; mas qual retorno? Dessa opacidade peuceutiana, o mais oportuno que se pode conjecturar é que aquele que estuda EaD pela UFLA é restituído com o sucesso profissional. Veja que nada disso está explícito no texto. É a análise da materialidade linguística e das condições de produção que, quando entrelaçadas, autorizam que um efeito de sentido transpareça. Assim, diante do mercado globalizado pela competitividade, qualidade, adequação/ajuste às demandas, tal enunciado – *invista no futuro e tenha um retorno garantido* – mesmo que revestido pela opacidade – configura-se uma estratégia de mercado neoliberal, ou seja, a UFLA busca persuadir o usuário-leitor (possível consumidor) com a oferta de um produto (subentendido a educação em EaD de qualidade) com garantia<sup>112</sup>. Ademais, uma graduação a distância, legalmente, equivale à graduação na modalidade presencial. Pode ainda ser ressaltado que a estrutura composicional desse gênero permanece relativamente estável. As alterações no quadro <EVENTOS>, <NOTÍCIA> e <EDITAIS> são pertinentes, pois trata-se de informações que devem ser constantemente atualizadas. O quadro de *banners* randômico, embora sugira uma possível instabilidade estrutural, se apresenta como um recurso tecnológico muito utilizado no domínio do gênero *site* institucional.

---

<sup>112</sup> Garantia do Governo Federal, através da UAB, da CAPES e da UFLA.

#### 4.3.4 CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD) – UNIFAL

BRASIL

**CEAD** Centro de Educação Aberta e a Distância

Unifal  
Universidade Federal de Alfenas

Início | Contato | Dúvidas Frequentes | Localização

Home > Principal > O que é CEAD

**Principal**  
Cursos de Graduação  
Cursos de Pós Graduação  
Pólos  
Processos Seletivos  
Requisição  
Web Conferência

**O que é CEAD**

O CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD) da Unifal-MG, foi criado como um órgão de apoio e regulamentado em 17 de fevereiro de 2005, responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e pela prestação de suporte técnico à execução de atividades na área de Educação Aberta e a Distância (EaD). É regido pelo Estatuto da UNIFAL-MG e outras normas legais regulamentares aplicáveis, bem como pelas disposições de seu Regimento Interno. O CEAD oferece cursos que atendam ao conceito de Educação a Distância como forma de ensino, que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. A Educação Aberta e a distância possibilita flexibilidade de propostas pedagógicas, de acordo com demandas específicas da sociedade.

**Espaço Moodle**  
Moodle

**Espaço Plataforma**  
Plataforma

Pesquisar

pesquisar ...

**Redes Sociais**  
f t ortut e

**Skype**  
S

O CEAD tem por finalidade:

1. proporcionar condições de recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de atividades na área de EaD;
2. propiciar a interlocução entre professores, alunos e tutores;
3. prestar suporte técnico e pedagógico, em EaD, às unidades da Instituição;
4. prestar suporte administrativo e acadêmico, para os cursos em EaD da UNIFAL-MG.

A implantação de cursos na modalidade a distância na UNIFAL-MG é uma necessidade e também uma exigência. Certas circunstâncias demandam determinadas posturas e não se pode recusar a assumi-las porque se impõem como inevitáveis. É assim que a direção da UNIFAL-MG entende o seu papel de direcionador nesse processo de travessia e de construção .

Coordenação 01  
Marcelo Lucinda Rezende

Coordenação 02  
Robson Silva

Reitor  
CEAD  
Paulo Hernandes

Direção e Edição  
Luiz Fernando de Alencar

Locução  
Estefânia Farias

Cinegrafista  
Antonio Charles

Auxiliar Cinegrafista  
Glauber Leandro

UNIFAL  
UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
ABERTA E A DISTÂNCIA

6:29 / 6:39 YouTube

(Fonte: <http://cead.unifal-mg.edu.br/index.php/principal/o-que-e-cead>, acesso em 26/05/2012)

De início, vale redundar que a UNIFAL é uma universidade pública (federal), portanto, não visa fins lucrativos financeiros. Porém, isso não a descredencia de “brigar” no



mercado educacional de graduação na modalidade EaD nos dias atuais, uma vez que ela luta para conquistar o reconhecimento de um ensino de excelência – aliás, como todas as outras.

A página virtual enunciativa do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), em Minas Gerais, aberta no menu <Principal>, na opção <O que é cead>, apresenta no cabeçalho a sigla do CEAD, inscrita sobre um plano do globo terrestre (lado direito do leitor) e o logotipo da UNIFAL-MG (lado esquerdo do leitor) abaixo de uma pequena logomarca do Governo do Brasil (BRASIL – escrito em cor verde sobre fundo amarelo, onde o centro da letra “A” é estilizado assemelhando o losango e o círculo da bandeira brasileira).

Deve ser salientado nesse excerto o significado da sigla CEAD sobreposta em um plano sobre a figura do globo terrestre. O efeito de sentido proposto implica uma amplitude da significação meramente ilustrativa, assim, há uma insinuação de poder – a força que o CEAD/UNIFAL possui de um ensino globalizado. Também existe um efeito refrativo e não-dito, que eleva a modalidade de EaD no enunciado e alude para a solidez do CEAD/UNIFAL.

A sigla está configurada como se fosse uma marca de identificação particular. O logotipo do Governo do Brasil, embora pequeno, também faz-se signo representativo de garantia, induzindo o leitor a confiar que a educação ministrada por essa universidade seja de qualidade, uma vez que o ensino superior público federal/estadual tem recomendações no mercado de educação.

Sob o título “O que é CEAD”, um pequeno texto traz as seguintes assertivas:

[...] A Educação Aberta e a distância possibilita **flexibilidade** de **propostas pedagógicas**, de acordo com **demandas específicas** da sociedade. (...) A implantação de cursos na modalidade a distância na UNIFAL – MG é uma **necessidade** e também uma **exigência**. Certas circunstâncias **demandam determinadas posturas** e não se pode recusar a assumi-las porque se impõem como inevitáveis. É assim que a direção da UNIFAL – MG entende o seu papel de direcionador nesse **processo de travessia e de construção**.  
(grifo nosso)

Neste excerto pode-se perceber que as palavras da instituição enunciativa preconizam a proposta de uma política neoliberal para a educação, uma vez que referem-se às demandas específicas da sociedade, que, não obstante, são as mesmas do mercado. Assim, não é incorreto inferir que suprir essas demandas específicas é uma necessidade da UNIFAL, para que possa adequar-se às exigências do mercado, pois a sociedade contemporânea demanda de

uma modalidade de educação flexível, democrática – e esse processo, no contexto atual, é inevitável. Quando se enuncia *possibilita flexibilidade de propostas pedagógicas, de acordo com demandas específicas da sociedade*, tem-se um referente ao processo pedagógico da autoaprendizagem, que pode ser um conceito coerentemente vinculado ao neoliberalismo no sentido de responsabilização excessiva do indivíduo – qualidade, competência e comprometimento são essenciais para o profissional moderno. O lexema *flexibilidade* sugere uma relação indelével com a ideia de ajustamento da educação às demandas da sociedade, e, portanto, do mercado; por conseguinte, também permite um vínculo à dinâmica da ordem neoliberal (com suas peculiaridades), uma vez que a adequação (*flexibilidade*) às exigências do mercado, sob às regras do binômio oferta-demanda, é que propulsiona o mercado de ensino superior na modalidade EaD.

A afirmativa dessa instituição ao discorrer: *A implantação de cursos na modalidade a distância na UNIFAL – MG é uma necessidade e também uma exigência* – necessidade e exigência refere-se a quem? No presente contexto, o óbvio é ser necessidade para ela, instituição, e exigência da sociedade, uma vez que isso é a regra do mercado educacional – adequar às demandas da sociedade, capitalista ou não<sup>113</sup>. Claramente, um vestígio neoliberal<sup>114</sup>. Também no sintagma verbal: *entende o seu papel de diretor nesse processo de travessia e de construção*, deve-se perguntar: travessia e construção dela, UNIFAL, ou do possível educando? Se concernente à instituição, travessia de onde para onde, se a *proposta pedagógica*, as *demandas específicas* e as *determinadas posturas* não estão bem claras e delineadas? E ainda, *construção* de quê? Se referente ao usuário-leitor também fica difícil captar o real significado desse enunciado. O que se permite fazer aqui é vislumbrar as possíveis respostas. Percebe-se que esse texto, embora bastante opaco, acaba por possibilitar múltiplas leituras/interpretações com esse jogo estratégico das palavras, produzindo, portanto, efeitos de sentido. Esse *processo de travessia e de construção* não objetiva a própria instituição, pois ela não discursaria para si mesma – seria tamanha inocuidade discursiva. Assim, a intenção da UNIFAL é enunciar para um possível educando. De tal modo, o usuário-leitor “compra” a ideia de que graduar-se por EaD e pela UNIFAL é mudar

<sup>113</sup> Nos dias atuais, é quase que inexistente uma sociedade que não tenha a prática capitalista. Até mesmo os indígenas usufruem da mercantilização de recursos minerais e vegetais de seus territórios, com raras exceções.

<sup>114</sup> “A educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente **adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial**” (BELLONI, 2009, p. 3). [grifo nosso]

(*travessia*)<sup>115</sup>, pois só se muda de lugar se este não te satisfaz mais ou se encontra inadequado; é formar-se (*construção*) por meio de um modelo avançado de ensino/aprendizagem – enfim, é conquistar o “novo”. Isso acontece porque esse possível educando lê e produz sentido determinado pela FD em que se encontra inserido, ou seja, observando os seus interesses ideológicos e profissionais, coadunando ou não com o ideário neoliberal dissimulado no texto expositivo-argumentativo.

A estrutura composicional desse *corpus*, como parte constitutiva do gênero *site* institucional, apresenta uma peculiaridade – um recurso comunicativo/informativo “a mais” nos componentes estruturais, se comparado com os outros *corpora* já analisados. É parte integrante da estrutura desse *corpus* um portal que dá acesso a um vídeo,<sup>116</sup> “linkado” no YouTube, em que se faz a propaganda da UNIFAL. Utilizando-se do recurso audiovisual, em que mostra a sua estrutura predial (salas, laboratórios, etc.), estrutura tecnológica de informação e comunicação, corpo discente e docente, a instituição discursa sobre o seu papel de educadora. Alguns fragmentos do texto original foram selecionados para constituírem o *corpus* para a análise:

[...] A UNIFAL/MG busca a formação e a **capacitação permanente** de recursos humanos altamente **qualificados**, a investigação científica que sustenta as **mudanças aceleradas** de ordem científica e técnica e que incidem diretamente no **desenvolvimento socioeconômico** e cultural do país. Busca fortalecer a formação do cidadão para a afirmação da identidade cultural como base imprescindível para inserir-se no mundo e compreender os problemas mais urgentes e transcendentais que afetam cada ser humano em sociedade.

[...] A ampliação de cursos na modalidade a distância é emergente, sendo uma **oferta necessária à estrutura do mundo contemporâneo**, pois permite um processo educativo que possibilita a **flexibilidade** pedagógica, aliada ao uso de **tecnologia de informação e comunicação**, de forma **atender as demandas específicas** da sociedade.

[...] O sistema UAB foi instituído com a finalidade de expandir e **democratizar a oferta de cursos** e programas de educação superior no país, sobretudo, em lugares, cidades em que as instituições públicas não têm condições de se instalar.

[...] Ao plantar a semente da universidade pública de **qualidade** em locais distantes e isolados incentiva o **desenvolvimento** de municípios com baixos IDH<sup>117</sup> e IDEB<sup>118</sup>. Desse modo funciona como um eficaz instrumento para a

<sup>115</sup> O léxico ‘travessia’ pode possibilitar a interpretação de deixar do ensino presencial para estudar por EaD.

<sup>116</sup> Disponível no Youtube: <[http://www.youtube.com/watch?v=N6218XmCYus&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=N6218XmCYus&feature=player_embedded)>.

<sup>117</sup> Índice de Desenvolvimento Humano - critério que analisa a qualidade de vida de um determinado local, que consiste na média obtida através de três aspectos: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita; o grau de escolaridade da população (média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada); nível de saúde (expectativa de vida da população). Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/idh-brasil.htm>>. Acesso: 07 ago. 2012.

<sup>118</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação

**universalização do acesso ao ensino superior** e para **requalificação** do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades. [grifo nosso]

Constituídos de uma tipologia textual dissertativa-expositiva, os excertos supracitados também trazem expressões (em negrito) características da ordem neoliberal referente à educação. No capítulo “A Educação/Ensino a Distância na trilha do Neoliberalismo” deste trabalho, encontra-se o suporte para tal afirmação. Os termos destacados (em negrito) são abundantes no discurso praticado pelo neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que se argumenta em prol da educação aberta e a distância, o enunciado do CEAD tenta convencer o usuário-ouvinte, pretendendo que este se torne um possível consumidor (aluno) – uma estratégia da publicidade (*marketing*), que circula, fundamentalmente, na domínio neoliberal. Com esse discurso persuasivo, a UNIFAL, através do seu CEAD, preconiza a qualidade de sua estrutura física, científico-tecnológica, docente, didático-pedagógica e das graduações oferecidas na modalidade presencial e, principalmente, em EaD.

Ainda como peculiaridade<sup>119</sup> do gênero *site* institucional, na página virtual do CEAD há a possibilidade de acesso do usuário-leitor a redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut e Blogger), como também a de acessar o *software* de comunicação Skype. A disponibilidade desses portais tem o intuito de satisfazer, de agradar o usuário, facilitando a via para os *sites* sociais e/ou serviços – um procedimento um tanto cortês para conquistar um futuro cliente/consumidor. Tal consideração para com o usuário-leitor insinua um traço peculiar e estratégico de prática neoliberal, uma vez que agradar a “clientela” é mandamento de qualquer mercado de serviços e/ou produtos. A oferta de graduação por EaD pela UNIFAL vem confirmar as palavras de Belloni:

as novas formas de educação aberta utilizam práticas de EaD, para atender às diversidades de currículos e de estudantes, e para responder às demandas nacionais, regionais e locais. Os imperativos econômicos estão presentes uma vez que a educação aberta constitui um segmento específico de mercado que tem potencialidades globais. Os interesses públicos e privados organizam-se para atender a estes mercados onde a educação aparece como uma nova mercadoria. (BELLONI, 2009, p. 17)

Portanto, conquistar mercado é a palavra de ordem dessas instituições educacionais. Qualquer “agrado” faz a diferença em um mercado competitivo e globalizado. Dessa maneira,

---

Básica) e na Prova Brasil. (Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/ideb-299357.shtml>>. Acesso: 07 ago. 2012).

<sup>119</sup> Em todo o gênero *site* institucional de EaD existem *links* para acesso a outros sítios virtuais.

mesmo que disfarçadamente, a disponibilidade de acesso aos ambientes das redes sociais evidencia vestígios de estratégia neoliberal. Tem-se uma cortesia bastante propositada. Para a Análise do Discurso nada é por acaso.

#### 4.3.5 NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DE ALFENAS – NED/ UNIFENAS

Faz-se apropriado lembrar, desde já, que a UNIFENAS é uma instituição educacional de iniciativa privada, portanto, intenciona a lucratividade financeira com o oferecimento de seus serviços/ produtos – educação superior. São as mensalidades salgadas os proventos para o exercício dessa universidade. Portanto, só a sua personalidade jurídica já autoriza a antecipação de que seu discurso sobre a EaD apresentará traços do ideário neoliberal.

O portal do *site* do NED/UNIFENAS, mais especificamente, a página virtual <<http://ned.unifenas.br/informativo1.html>> configura-se com uma estrutura composicional diferente daquelas que já analisamos, ou seja, apresenta uma característica distinta das outras páginas dos *sites* já investigados neste trabalho.

Embora haja um cabeçalho de impacto enunciativo, o qual será analisado adiante, um texto informativo ocupa mais da metade do espaço da página. Trata-se de um texto jornalístico de cunho do jornal periódico, que circula na região norte de Minas Gerais – *O norte.net*, publicado na data de 09/03/2012. É curioso e, não obstante, estratégico, que a universidade faça uso de “palavras de outrem” para persuadir o usuário-leitor. Sob o título *Um em cada sete universitários estuda a distância no Brasil*, o texto noticia sobre o crescente número de estudantes em graduação na modalidade a distância no país, informando que as instituições educacionais particulares *sobressaem* em relação às públicas. Entretanto, estas *se preparam para um contra-ataque*, e, segundo a Diretoria de EaD da CAPES, *o cenário deve mudar em breve – com as instituições públicas liderando a expansão do EAD, em todas as áreas*. Nota-se que o intuito do texto pode ser propagandístico e publicitário<sup>120</sup>, portanto, informativo-persuasivo.

---

<sup>120</sup> Entende-se por propaganda o ato de divulgar ideias, conceitos e valores sem fins lucrativos, já publicidade é divulgá-los com finalidade de lucro por parte do anunciante.





**Núcleo de Educação a Distância  
UNIFENAS**



 HOME
 QUEM SOMOS
 PERGUNTAS FREQUENTES
 FINANCEIRO
 FALE CONOSCO

---

**Um em cada sete universitários estuda a distância no Brasil**

🕒 09/03/2012 - ned

No Brasil, um em cada sete estudantes de graduação estuda na modalidade a distância, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2010. Ao todo, são 930 mil alunos, que representam 14,6% do total de matrículas de graduação do país. Em meio a esse batalhão de estudantes, as instituições particulares se sobressaem: elas somam 80,5% das matrículas de graduação a distância no país, enquanto no ensino presencial essa parcela é de 73%.

As escolas públicas, porém, se preparam para um contra-ataque. Apesar de tímido em relação à oferta de cursos de graduação à distância, os governos estaduais e federal têm investido em iniciativas como a UAB (Universidade Aberta do Brasil) e a Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). O foco dessas instituições é a formação de docentes, mas, segundo João Carlos Teatini, diretor de educação a distância da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o cenário deve mudar em breve –com as instituições públicas liderando a expansão do EAD, em todas as áreas.

-As matrículas no setor privado deram um salto muito grande entre 2004 e 2008, com um crescimento exagerado. A partir de 2009, quando o MEC começou a fiscalizar esses cursos, o número de alunos de EAD nas particulares caiu, afirma Teatini.

Por isso, argumenta, a tendência é de estabilização no número de alunos nas instituições privadas, com grande potencial de crescimento de oferta no setor público.

-Já temos 101 instituições participando da UAB, diz ele.

A UAB não é uma universidade tradicional, mas um sistema de articulação entre universidades públicas e institutos federais interessados em oferecer EAD. Ela foi criada por um decreto em 2006, mas os primeiros cursos surgiram apenas em 2008 – e as primeiras turmas receberam o diploma no ano passado. Em 2011, a instituição tinha 190 mil alunos distribuídos em 618 polos. Professores e gestores de redes públicas de ensino têm preferência na matrícula, participando de uma seleção separada dos demais candidatos.

Fonte: [O norte .net](http://o.norte.net)

**ACESSO RÁPIDO**

[Home](#)

[O que é EaD](#)

[Financeiro](#)

[Fale conosco](#)

**CONTATO**

Rod. MG 179, Km 0 - CEP: 37130-000  
Campus Universitário  
Bloco 22 - Sala 2104  
Tel.:(35)3299-3123  
e-mail: [ned@unifenas.br](mailto:ned@unifenas.br)

**REDES SOCIAIS**



UNIFENAS - Núcleo de Educação a Distância - 2012



(Fonte: <http://ned.unifenas.br/informativo1.html>, acesso em 28/05/2012)

Vê-se que o Jornal insinua uma batalha no mercado de EaD ao asseverar que as escolas públicas de ensino superior preparam um *contra-ataque*; e que o momento será propício para essas – isso revela a disputa por mercado de ensino a distância. A concorrência não acontece em nível de “qualidade” de educação, mas sim de “quantidade” de estudantes. Essa postura demonstra, patentemente, a competitividade de mercado – que é uma particularidade do neoliberalismo.

Quanto ao cabeçalho – estrutura existente em todos os *sites* de EaD – o efeito enunciativo desponta da imagem de uma (suposta) estudante em EaD (com o padrão de beleza<sup>121</sup> moderno), diante de um *notebook*, expressando uma interatividade *on line*, que a deixa com feições de contentamento (pela sua expressão facial está sorrindo). Segundo Bakhtin (1995), nenhum signo é neutro – todos carregam uma carga ideológica, não obstante, estratégica – a imagem da moça “atrai”. Também é constituinte dessa página o logotipo do NED (que inclui um globo terrestre estilizado) e a logomarca da UNIFENAS, com a estilização de ter 40 anos de experiência em educação superior. A estrutura traz ainda uma barra de menus estilizada. Esse quadro insinua que quem faz graduação por EaD na UNIFENAS, ao menos, fica bastante satisfeito, pois a universidade tem experiência no mercado de educação superior. Observa-se a estratégia de publicidade, que intenta convencer o usuário-leitor a se tornar um aluno de EaD, um possível consumidor de seu produto e/ou serviço – reiterando essa característica de influência neoliberal na esfera da educação. No mercado neoliberal da educação, produtos e serviços devem estar adequados às demandas da sociedade.

Na extremidade inferior da página virtual ainda figura um quadro com menus variados, dentre os quais, um link para o acesso a uma rede social (FACEBOOK). Trata-se da cortesia para não perder espaço no mercado. Se uma concorrente dispõe em seu site tal recurso, por que não oferecê-lo também?

Logo, se a estrutura composicional do *site* do NED/UNIFENAS diferenciou-se das estruturas dos *corpora* das outras instituições já vistas, uma vez que utilizou de um artigo de jornal (palavras de outros) na página de apresentação, não obstante, pode-se postular que o estilo também foi alterado, pois o discurso jornalístico não é o mesmo que o discurso argumentativo-persuasivo do mercado da EaD.

#### 4.3.6 UNIUBE/EAD - UNIVERSIDADE DE UBERABA

O sítio virtual < <http://www.uniube.br/copese/ead/educacao-a-distancia-uniube.html>> apresenta um *layout* dentro do padrão do gênero, ou seja, apresenta cabeçalho, barra de menu,

---

<sup>121</sup> Hoje, convencionalmente, jovem, esbelta e bonita.

Missão: "Promover o ensino e a geração de conhecimento, formando o profissional comprometido com uma sociedade justa."

UNUIBE  
Educação e Responsabilidade Social

Compartilhar:     

 EDUCAÇÃO a DISTÂNCIA  
UNUIBE

A universidade à altura  
dos seus sonhos.

Letras - Português/Espanhol

**Letras Português/ Espanhol**

Educação a Distância  
| Inscreva-se aqui |

**Seja bem-vindo(a)**  
EDUCAÇÃO a DISTÂNCIA  
UNUIBE

Se você quer uma formação realmente superior, a Uniube é a sua universidade. Com cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, a Uniube tem professores de alto nível, mais de 60 anos de experiência e uma estrutura completa para sua melhor formação. Além dos cursos presenciais, a Uniube tem a Educação a Distância mais completa do país, com diversos cursos e polos credenciados em várias regiões. Conheça mais sobre a Educação a Distância da Uniube e tenha uma formação à altura dos seus sonhos.

**CURSOS**  
Conheça nossos cursos:

- Graduação
- Pós-Graduação
- Extensão
- Tecnológicos

**PROCESSOS SELETIVOS**  
Fique ligado:

- Inscrições
- Calendários
- Resultados

**POLOS**  
Conheça aqui nossos Polos de apoio presencial

**FORMATURAS COLAÇÕES DE GRAU**

- Galeria de fotos das Colações
- Manual das Colações

**CRENCIADA PELO MEC**  
Portaria nº1871

saiba mais [+]

**NOTÍCIAS**

- » Uniube promove ciclo com foco em sustentabilidade
- » Frejat fala de Uberaba em blog
- » Cursos da Uniube ganham destaque no Guia do Estudante
- » Ex-aluna da Uniube faz capacitação nos Estados Unidos

mais notícias [+]

**ALUNOS E PROFESSORES**

**ACESSO EXCLUSIVO**

**WEBMAIL**

**RECEBA INFORMAÇÕES DA UNUIBE**

Clique aqui, cadastre-se e receba novidades sobre cursos, eventos e processos seletivos da UNUIBE

**PARCEIROS**

 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

www.uniube.br/ead | 0800 940 2444

(Fonte: <http://www.uniube.br/copese/ead/educacao-a-distancia-uniube.html>, acesso em 28/05/2012)

quadros, acesso às redes sociais, *links* para outras páginas virtuais e ainda um pequeno texto. O enunciador utiliza-se do recurso cromático, em que predominam as matizes azul e amarelo dourado, como também ele diagrama quadros, em que se realçam imagens, figuras e desenhos, harmonizados com as cores.



O cabeçalho configura-se do recurso da multimodalidade (elementos verbais escritos e pictóricos). Na parte superior, uma estreita faixa mostra a logomarca da UNIUBE, apresenta um menu de acesso a redes sociais e traz a seguinte frase de efeito: **Missão:** *"Promover o ensino e a geração de conhecimento, formando o profissional comprometido com uma sociedade justa."* (sic). Sobre um plano dourado *dégradé*, do lado esquerdo exibe o logotipo da UNIUBE/EaD; bem ao centro, figura a imagem de uma suposta estudante em EaD (dentro do padrão de beleza<sup>122</sup> convencional) diante de um *notebook*, com olhar para o horizonte e com a expressão facial de felicidade; o espaço centro-direito traz o slogan *A universidade à altura dos seus sonhos*.

No centro da página virtual, um pequeno texto é precedido pela saudação “Seja bem-vindo (a)” e segue com os seguintes dizeres:

Se você quer uma **formação realmente superior**, a Uniube é a **sua** universidade. Com cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, a Uniube tem professores de **alto nível**, mais de 60 anos de **experiência** e uma **estrutura completa** para sua melhor formação. Além dos cursos presenciais, **a Uniube tem a Educação a Distância mais completa do país**, com diversos cursos e polos credenciados em várias regiões. Conheça mais sobre a Educação a Distância da Uniube e tenha uma **formação à altura dos seus sonhos**. (grifo nosso)

Ainda, no final da página, apresenta a chancela da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) – entidade nacional que lhe dá respaldo para oferecer o ensino/aprendizagem a distância de qualidade.

Ao analisar essa página virtual, observa-se que, de início, a estratégia encontrada foi impressionar o usuário-leitor com uma imagem atrativa e aprazível de alguém com um “olhar para o horizonte”, que, certamente nesse contexto, significa perseguir o sonho<sup>123</sup>, ou seja, um estudante que “olha para o futuro”. Portanto, o sonho é possível, existe. Pergunta-se: o que se espera do futuro? Particularmente, entendo que todos desejam ter sucesso na vida. Assim sendo, a intenção desse texto imagético parece ser de convencer o usuário-leitor de que, para conseguir o sucesso profissional, para que ele se realize como cidadão, a EaD da UNIUBE é uma via oportuna, uma vez que se encontra *à altura dos seus sonhos*.

---

<sup>122</sup>Jovem, esbelta e bonita.

<sup>123</sup> Desejo veemente; aspiração dominante.

Apesar de não ter destaque (configurada em fonte pequena), a frase de efeito remonta para a incumbência substancial de qualquer escola, isto é, educar o indivíduo, formar cidadãos, plantar a semente da justiça social.

A estratégia da cortesia faz-se presente na saudação “*Seja bem-vindo (a)*” e a tática da polidez mostra-se na expressão “*Se<sup>124</sup> você quiser...*”. O usuário-leitor é saudado e apresentado a UNIUBE sem qualquer coerção, ou seja, de modo educado, deixando-o à vontade para escolher uma universidade com EaD. Entretanto, o texto apresenta os atributos pertinentes à UNIUBE, que fazem dela uma instituição educacional de excelência. Assim sendo, embora o texto apresente essa despreensão (aparente) quanto à autonomia do usuário-leitor, este é impelido a conhecer o que a UNIUBE pode oferecer na esfera da EaD. Uma estratégia de *marketing* – portanto, com vestígio neoliberal.

A análise do enunciado da UNIUBE revela o atravessamento do discurso neoliberal quanto à educação, uma vez que o propósito do texto da instituição é persuadir o usuário-leitor a adquirir um produto/serviço (graduação em EaD). Para isso, a UNIUBE discorre sobre sua estrutura e suas experiências, tentando passar para o leitor-usuário do *site* de acesso à EaD dessa instituição a qualidade do ensino que ministra. Enfatiza a sua excelência e competência ao afirmar que *tem a Educação a Distância mais completa do país* – sem modéstia. Essa estratégia publicitária tem o intuito de conservar e/ou aumentar o espaço que já ocupa no mercado de ensino/ aprendizagem, sobretudo em EaD. A UNIUBE é uma instituição privada, portanto, necessita das mensalidades quitadas dos estudantes (consumidores) para permanecer no mercado de educação superior. O teor publicitário inscrito no *site*, juntamente com a sua personalidade jurídica já autorizam a sua identificação na FI e na FD de ideário neoliberal; logo, seu discurso carrega vestígios do neoliberalismo.

---

<sup>124</sup> A conjunção integrante “se” é de afirmação hipotética.

#### 4.3.7 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – CEAD/UFU

**Centro de Educação a Distância** UFU

**ACESSO MOODLE**

Usuário

Senha

Perdeu a senha?

**INSTITUCIONAL**

- ▢ [Página Inicial](#)
- ▢ [Apresentação](#)
- ▢ [Cursos](#)
- ▢ [Pólos](#)
- ▢ [Notícias](#)
- ▢ [Vestibular](#)
- ▢ [Editais e Concursos](#)
- ▢ [Calendário CEAD](#)
- ▢ [Perguntas Frequentes](#)

**INTERATIVIDADE**

- ▢ [Vídeo Institucional](#)
- ▢ [Vídeos dos cursos](#)
- ▢ [Galeria de Fotos](#)
- ▢ [Busca](#)
- ▢ [Fale conosco](#)

**Destaques**

**Convocação para 2ª etapa - candidatos tutores Matemática**

O CEAD UFU convoca candidatos a tutores do curso de Matemática para a 2ª etapa.

*Resultado da 1ª etapa e convocação...*

**Convocação para a 2ª etapa - candidatos tutores do curso Mídias na Educação**

CEad UFU convoca candidatos a tutores do curso de Mídias na Educação para a 2ª etapa.

*Lista de convocados...*

**Comunicado: curso Formação de Professores para EaD**

O CEAD/UFU informa **início** do curso de Formação de Professores para EaD - 2º semestre de 2012

*saiba mais...*

**Conheça os cursos da UFU oferecidos na modalidade EaD**

Cursos de Graduação, Especialização, Extensão e Aperfeiçoamento.

*saiba mais...*

**COORDENAÇÕES**

**EDITAIS & CONCURSOS**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

**CIDADES PÓLOS**

Universidade Federal de Uberlândia - Copyright © 2012 - Todos os Direitos Reservados.  
 Centro de Educação a Distância Av. João Naves de Ávila, 2121, Campi Santa Mônica, Bloco 15, Térreo Telefone: (34) 3239 - 4056 e-mail: ceadufu@reito.ufu.br

(Fonte: <<http://www.cead.ufu.br/home>>, acesso em 04/08/2012).

A Universidade Federal de Uberlândia – UFU – dispõe de um sítio específico para a Educação a Distância – <http://www.cead.ufu.br/home>. O CEAD/UFU, nos moldes do gênero *site* institucional de EaD, mostra um *layout* padrão, também sem imagens de impacto. O cabeçalho traz as logomarcas do Centro de Educação a Distância e da Universidade Federal

de Uberlândia. Apresenta os quadros: <Acesso ao Moodle<sup>125</sup>>, <Institucional>, <Interatividade> e ainda acessos a outros ambientes e ferramentas.

Nesta análise, atem-se para o conteúdo do item <Vídeo Institucional> disposto no quadro <Interatividade>, especificamente, no discurso do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Prof. Alfredo Julho Fernandes Neto, cuja transcrição segue abaixo.

**Educação a Distância** – esse é um **novo momento** na educação brasileira. Muito se fez no ensino superior no Brasil nos últimos tempos. Mas para aquele jovem que pode deslocar de sua casa, de sua família, de seu trabalho para frequentar um curso presencial. Atrás de tudo isso, nós temos um grande contingente de profissionais capazes, que já está no seu ofício, já está cumprindo a sua função social no seu trabalho e não teve a **oportunidade** de ingressar numa universidade, e dedicar parte de seu tempo a essa **capacitação**. Então, A Universidade Federal de Uberlândia, **consciente da sua responsabilidade, convicta que a educação a distância é uma realidade**, e que nós podemos, hoje, com as novas ferramentas de ensino, com a nova tecnologia, contribuir para incluir esses profissionais que já estão no ofício, numa **capacitação** para melhorar a sua **autoestima**; realizar aquele **velho sonho** de um dia poder fazer uma faculdade; frequentar uma universidade, **ter um título** para subir na sua **carreira funcional**, na sua **carreira profissional**, mas também melhorar a sua **capacidade**, o seu **desenvolvimento** na atividade de trabalho que exerce. Esses profissionais são de fundamental importância para o desenvolvimento social e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e de nossa gente brasileira. Por isso, a Universidade Federal acredita na educação a distância e vai colocar todos os seus esforços em favor de que esta nova modalidade de ensino possa ser implantada na Universidade, com a **qualidade Universidade Federal de Uberlândia**; e **atender** esses **nossos parceiros**, esses **nossos amigos, trabalhadores** que não tiveram a oportunidade de aqui estar presencialmente conosco. Sejam todos **bem-vindos** a nossa educação a distância na Universidade federal de Uberlândia. (transcrição e grifos nossos)

Este texto pontua que a EaD é um *novo momento* para o ensino superior – o termo “novo”, não obstante, traduz à adequação, às vezes até sujeição da educação ao mercado, como já analisado em *corpus* anteriores; portanto, a EaD – “o ensino moderno” – está arraigada à lucratividade. É cediço que a EaD não é “nova”; há muito tempo que atua no mundo e no Brasil<sup>126</sup>, mas só agora está sempre vinculada ao “novo” – no entanto, este “novo” insere-se na cultura da sociedade de consumo em vários sentidos e em diversas instâncias. A maioria dos consumidores quer, ao menos, experimentar o “novo”. Existirá

<sup>125</sup> Moodle (**M**odular **O**bject **O**riented Distance **L**Earning) é um sistema de gerenciamento das atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem, conhecidos como AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem. Disponível em: <<http://www.moodlelivre.com.br>>. Acesso em 29 ago. 2012.

<sup>126</sup> Para informações sobre a história da EaD, no mundo e, sobretudo, no Brasil, ler: *Educação a Distância: histórico e perspectiva*, de autoria do Prof. Sérgio Paulo Gomes de Vasconcelos. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em 13 mar. 2012.

sociedade de consumo sem vestígio de ideário neoliberal<sup>127</sup>? O período que disserta que a UFU, *consciente da sua responsabilidade*<sup>128</sup>, por meio da EaD, objetiva contribuir para a formação profissional do indivíduo (trata-se de trabalhador, pois *já estão no ofício*), oportunizando a **capacitação para melhorar a sua autoestima; realizar aquele velho sonho de um dia poder fazer uma faculdade; frequentar uma universidade, ter um título para subir na sua carreira funcional, na sua carreira profissional, mas também melhorar a sua capacidade, o seu desenvolvimento na atividade de trabalho que exerce**, revela uma ordenação de propósitos da capacitação: primeiro, ela serve à autoestima, ao sonho, à consecução de um título muito desejado – um *status* – e à ascensão social; e só depois, num segundo plano (pelo conectivo *mas também*), à melhoria da capacidade (capacitação) e ao progresso de trabalho. A princípio, esses propósitos permitem traduzir um discurso da meritocracia aclamada pelo neoliberalismo, ou seja, todos podem, há sempre lugar para quem quer e é competente, todos os sonhos são possíveis, independente do sistema – assim, aquele que não tem graduação é por incompetência, uma vez que existe sempre um curso superior à disposição. Depois, em segundo plano, aparece a real função da “capacitação”: adequar profissionais às exigências do mercado – portanto, da lucratividade, logo, do capital. Para quê *melhorar a sua capacidade* de trabalho, senão para aumentar os lucros? Colocados nessa ordem, os propósitos que vendem a ilusão – o sonho em primeiro plano, depois a qualificação/adequação para o mercado. O que é esse discurso, senão as premissas do ideário neoliberal? Quando a UFU enuncia: *esses profissionais são de fundamental importância para o desenvolvimento social e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e de nossa gente brasileira*, a instituição coloca sobre os ombros do indivíduo, no caso, os profissionais, a carga do desenvolvimento social e da melhoria da qualidade de vida da sociedade. A UFU postula, assim, individualizar (e/ou privatizar) as responsabilidades do Estado (GENTILI, 2007). A expressão *nossa gente brasileira* revela um teor bastante ufanista, que evoca o discurso de domínio político. Essa demonstração de ufanía não teria outra intenção senão a de persuadir o usuário-interlocutor, de fazê-lo um educando da UFU, de convencê-lo a cursar na modalidade EaD? E novamente, encontramos os verbetes comuns nos discursos da doutrina neoliberal, como: oportunidade, capacitação, capacidade, desenvolvimento, entre outras adjacentes, como: nova tecnologia, carreira funcional, carreira profissional, qualidade de vida, etc – e por que não EaD? Também a característica de vínculo social de amizade e da polidez,

<sup>127</sup> Recorda e ressalta-se aqui que o neoliberalismo é uma nova roupagem do capitalismo (GENTILI, 2007).

<sup>128</sup> Pergunta-se: qual instituição escolar que não possui a consciência de suas responsabilidades, sobretudo, a de educar? Se existe, não deveria, uma vez que a sociedade é fiscalizadora das atividades dessas instituições.

nas expressões *nossos parceiros, nossos amigos trabalhadores e sejam todos bem-vindos* revela um discurso publicitário, pois a intenção é passar confiança, transmitir cordialidade – tática pertinente da esfera publicitária (*marketing*); logo, com traço estratégico do neoliberalismo.

#### 4.3.8 RESPOSTA À ANÁLISE DOS *CORPORA*

A análise discursiva realizada nos *corpora* desta pesquisa permite postular que há influência do ideário neoliberal no domínio da educação, sobretudo na esfera da EaD.

É prova pertinente desse teor capitalista no mercado educacional, os próprios discursos das IES, onde se encontram termos e expressões corriqueiros do mercado globalizado da educação; senão vejamos: qualificação, adequação ao mercado de trabalho, demanda de profissionais, qualidade, capacitação/formação, experiência, flexibilização, tecnologia, desenvolvimento profissional, democratização do ensino, competitividade, etc. Também o uso das estratégias de *marketing*, que o gênero virtual do site institucional comporta, é outra característica que remete à influência do ideário neoliberal no mercado da educação superior. Existe um uso abundante de recursos tecnológicos que visam atrair e persuadir um futuro “consumidor”. Enfim, os enunciados dessas IES discorrem a mesma “linguagem” publicitária, objetivando persuadir o leitor-usuário a adquirir o produto “graduação na modalidade EaD”.

Assim, comparando os discursos expostos nas páginas virtuais analisadas, percebe-se a competitividade das IES no mercado da graduação em EaD. E competitividade é concorrência. Essas se configuram quando cada um dos discursos tenta conquistar o leitor-usuário, anulando os discursos de concorrentes, ou seja, desarticulando as estratégias persuasivas adversárias por meio de artifícios de *marketing*. De tal modo, as IES articulam seus argumentos, objetivando transmitir a credibilidade da instituição e a segurança da qualidade do produto em oferta – a EaD, em favor próprio. A maneira de interpelar o usuário-leitor pode definir a aquisição ou não do produto ofertado (EaD). Isso consiste em uma marca peculiar do neoliberalismo.

Para o desfecho deste capítulo, ressalta-se que a análise desses enunciados sócio-histórico-ideológicos constitui-se de um processo de (des)construção e compreensão dos

discursos sobre o ideário neoliberal e a EaD, sem êxito no apagamento da imparcialidade e da não passionalidade na realização da análise discursiva, uma vez que esta dissertação carrega a minha bagagem pessoal de conhecimentos de mundo. Portanto, este trabalho revela um teor de subjetividade. A AD não consiste em uma ciência exata, fria, calculista, pois trabalha com a convergência de elementos sociais, históricos e ideológicos nos discursos analisados. Há uma interação desses fatores com a bagagem de conhecimentos do analista – corolário da subjetividade que existe em qualquer análise de discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise desses *corpora*, chega o momento de tecer alguns arremates. Alguns, sim, porque como dito anteriormente, em um processo de análise de discurso é impossível exaurir todo o conteúdo teórico e, principalmente, esmiuçar todo o “dizer” das entrelinhas imbuídos nos textos investigados. Tal afirmativa é corroborada pelas criteriosas palavras de Orlandi (2005, p. 62), que postula que “não há análise do discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que consistem, ambas, o processo de compreensão do analista”. Portanto, o trabalho do analista ocorre no entremeio do processo descritivo com a habilidade interpretativa, orientado por um dispositivo teórico que lhe garante o deslocamento da posição de sujeito para a de analista. A autora (ibid, p. 61) ainda apostila que

A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. [...]. Por isso é que dizemos que o analista do discurso, à diferença do hermeneuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

Assim, fundamentado no alicerce do dispositivo teórico, o pesquisador engendra o seu dispositivo analítico, que, projetado no objeto sob análise, possibilita a interpretação extralinguística, isto é, o autoriza a traduzir os sentidos possíveis do enunciado dentro de um contexto sócio-histórico-ideológico. Vale advertir que há diversas “armadilhas” inseridas em um texto, que intencionam manter a opacidade do enunciado; entretanto, a função do analista é a de clarear o não dito, ou seja, revelar o dito nas entrelinhas. Portanto, o especialista trabalha em um processo contínuo de ir e vir, entre os conhecimentos teóricos e a consulta ao *corpus* da pesquisa, às vezes equivocando-se pela opacidade da língua (ORLANDI, 2005). Porém, intenciona investigar minuciosamente as condições de produção do texto, este que, impregnado pela historicidade, constitui-se em discurso.

Também faz-se pertinente pontuar o importância do conhecimento de gêneros textuais discursivos na análise do discurso, pois, como afirma Marcuschi (2008, p. 174), “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele”. Assim sendo, neste trabalho ousou-se até categorizar um gênero de natureza virtual, análogo ao gênero *home page*, como *site*



institucional de educação a distância, em que constituiu a forma enunciativa das IES discursarem sobre a EaD. Trata-se de um gênero específico de divulgação da modalidade de ensino a distância, veiculado pelas IES credenciadas para a graduação por EaD – uma forma peculiar de comunicação entre as universidades e o usuário-leitor (um possível cursista). Como todos os gêneros, o *site* institucional de EaD possui suas características próprias, mas “relativamente” estáveis, inscrito em um contexto sócio-histórico (BAKHTIN, 2000) – o contexto do avanço tecnológico (TICs), da EaD, da inclusão social, digital, profissional, e da política estatal e neoliberal. Por se constituir de outros gêneros, o *site* é considerado um hipergênero, às vezes sendo classificado como suporte e não como gênero. No entanto, o *site* institucional de EaD adequa-se em uma espécie de gênero textual no que diz respeito às exigências bakhtinianas dos elementos constitutivos de um gênero – tema, estilo e estrutura composicional.

Sobre o mote do ideário neoliberal, o efeito de sentido encontrado nos enunciados dos *corpora* analisados aproxima-se de uma hipótese positiva para a problematização deste trabalho, que, aqui, se reitera: os discursos sobre graduação na modalidade EaD, veiculados pelas instituições educacionais de ensino superior (IES), públicas ou privadas, apresentam traços discursivos do ideário neoliberal? A conclusão da análise discursiva realizada nos recortes das universidades mineiras credenciadas para a graduação em EaD autoriza afirmar que existe uma influência neoliberal consolidada na esfera da educação, sobretudo, quando se trata de graduação na modalidade EaD.

A explicação para esses traços de ideário neoliberal nos discursos das IES citadas conjectura-se no seguinte argumento: na busca pela hegemonia de mercado, a política do neoliberalismo arraigou sua influência nos diversos setores de direitos sociais, dentre eles, na esfera da educação superior. E a EaD ao menos revela ser um domínio propício para o ideário neoliberal se expandir. Por conseguinte, tanto Governo como iniciativa privada coadunam com o desenvolvimento do ensino na modalidade a distância, uma vez que ambos alcançam lucratividade, no sentido de que aquele diminui o dispendioso encargo de arcar com a educação superior em um país de proporções continentais, uma vez que o ensino por EaD é mais econômico; e ainda mantém o serviço social da educação ao alcance da população menos favorecida, promovendo, assim, a inclusão social, digital e profissional para essa

classe. Assim, seu lucro é político, social e também financeiro. Já o setor privado alcança ao seu objetivo capital<sup>129</sup> – o lucro, no sentido literal do termo. Segundo Belloni (2009, p. 3),

A educação aberta e a distância parece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na *nova ordem econômica mundial* (grifo nosso).

Atualmente, com o processo globalização consolidado, a modalidade EaD parece que está ganhando espaço no mercado da educação superior, diminuindo, portanto, o (pré)conceito que a estigmatizava. Por concatenação, permite-se arrazoar que a emergência para suprir as demandas do mercado profissional, que exige uma formação de qualidade e contínua (*lifelong education*), foi a mola propulsora para que a EaD se consolidasse como uma modalidade de ensino eficaz adequada às exigências da sociedade. E isso suscitou investimentos tanto do Estado quanto da iniciativa privada na educação aberta e a distância, atendendo às demandas do mercado educacional de ensino superior – momento propício para a que o ideário neoliberal se manifestasse nesse mercado.

Em suma, embora o neoliberalismo não tenha conseguido sua hegemonia globalizada, sobretudo no mercado da educação, este trabalho se sente autorizado a afirmar que na política do ensino superior concernente à EaD existem marcas, relativamente fáceis de se perceber, do ideário neoliberal. A educação superior transformada de direito social para produto de mercado (mercadoria), preconizada por discursos nos *sites* das IES do Estado de Minas Gerais que competem entre si na aquisição de cursistas (novas matrículas), apresenta traços marcantes de domínio capitalista. Foi o que se confirmou na análise dos *corpora*, com o desvendamento do “dizer” das entrelinhas.

---

<sup>129</sup> Léxico proposital, com ensejo de contundência.

## REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 6ª. Ed. Trad. EVANGELISTA, Walter J.; CASTRO, M. L. Viveiro de. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 127.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Larud e Yara Frateschi Vieira. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 196.

\_\_\_\_\_. Os Gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão; revisão: Marina Appenzeller. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277 - 326.

BAZERMAN, C. Atos de Fala, Gêneros textuais e Sistemas de Atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. Trad. e org. DIONISIO, A. & HOFFNAGEL, J. C. São Paulo: Cortez, 2005, p. 19 - 46.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 5ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 115. (Coleção educação contemporânea).

*Bíblia Sagrada*. 44ª ed. Ed. Ave Maria. São Paulo, 1990, p. 1384.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 124.

BRONCKART, Jean-Paul. Os tipos de discurso. In: BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado; Péricles Cuna. São Paulo: EDUC, 2003, p. 137 - 182.

CAHALI, Y. S. Constituição Federal, Código Civil, Código de Processo Civil. 12 ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 2010. p.1535.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. 6ª ed. S.P. Contexto, 2004, p. 159. (Coleção Caminhos de Linguística).

CAVALCANTE, Mônica M. *A Dêixis Discursiva*. Rev. de Letras – Nº 22 - Vol. 1/2 - jan/dez. 2000, p. 47 - 55. Disponível em:  
<<http://www.revistadeletras.ufc.br/rl22Art06.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2012.

COSTA, Sérgio R. *Dicionário de gêneros textuais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 205.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B.. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 149 - 185.

\_\_\_\_\_, J.; SCHNEUWLY, B. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. Trad. Glaís Sales Cordeiro. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. (Org.) *Gêneros orais e escritos na Escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004, p. 71 - 91.

\_\_\_\_\_, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 95 - 128.

DUCROT, Oswald. Pressupostos e subentendidos (reexame). In: *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987, p. 13 - 43.

FERNANDES, Cleudemar A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiania, GO: Trilhas Urbanas, 2005. p. 128. (Coleção Sala de Aula).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Desenvolvido por MGB Informática Ltda, 1999.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006. p. 144.

\_\_\_\_\_. *Elementos de análise do discurso*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 94.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo – SP: Edições Loyola, 2010. p. 80.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 236.

\_\_\_\_\_. A Governamentalidade. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 277 - 293.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. 20ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987. p. 288.

*Gêneros Textuais do Cotidiano*. 17 p. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/36139863/Apostila-Generos-Arnulpho>>. Acesso em 16 jun. 2012.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, GENTILI, P. (Orgs). *Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo?* Brasília: CNTE. 1996, p. 09 - 49.

\_\_\_\_\_. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 12ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007, p. 113 - 177.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 91.

KOCH, Ingedore V. *Desvendando os segredos do texto*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 68.

\_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 216.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise do Discurso*. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. In: SIGNORINI, INÊS (Org.) [RE]DISCUTIR texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 135 - 155.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R. e BEZERRA, Maria A. (Orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19 - 36.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais no ensino de língua. In: MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 296.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 13 - 67.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: BENTES, A. C., MUSSALIM, F. (Org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. vol. 2; 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 101 - 142.

ORLANDI, Eni P. *A Análise de Discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil*. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, nº 42: 21 - 40, 2002. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1598/1177>>. Acesso em 18 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 100.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P; RODRIGUES S. L. (Org.) *Introdução às Ciências da Linguagem – Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11 - 31.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Língua Portuguesa: Ensino Fundamental II*, (1998). Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2012.

PAZ, Dioni Maria dos Santos. *O Texto Publicitário na sala de aula: mais uma opção de leitura*. Disponível em: <[http://www.ufsm.br/lec/01\\_02/DioniL.htm](http://www.ufsm.br/lec/01_02/DioniL.htm)>. Acesso em 10 jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Trad. Bethania S. Mariani [et al]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4ª. ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010. (p. 59 -158).

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. Bethania S. Mariani [et al]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4ª. ed., Campinas –SP: Editora da Unicamp, 2010. (p. 159 - 249).

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 288. (Coleção Repertórios).

\_\_\_\_\_. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997. p. 68.

PETERS, Michael. Governamentalidade Neoliberal e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O Sujeito da Educação – Estudos Foucaultianos*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 211 - 225.

*Plano Nacional de Educação* (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em 21 abr. 2012.

POSSENTI, Sirio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 183.

RAMIREZ, Guilherme. *Os 5 ( + 1) grandes erros da educação virtual*. Trad. Wanderlucy Czeszak. 2010. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/dorianlacerda/educacao-virtual>>. Acesso em 17 jul. 2012.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 184 - 207.

RUIZ, E. M. S. D. *Manual para Normalização de Trabalhos Acadêmicos*. Colaboração: Claudette M. M. Vendramini [et al]. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2010. p. 251.

\_\_\_\_\_. Representações de aluno em manuais de educação a distância. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 40, nº 3, 2011, p. 1303-1316. Revista do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. (Org. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert). Trad. CHELINI, Antonio; PAES, J. P.; BLIKSTEIN, Izidoro. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e Tipos de Discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. ROJO, R. & CORDEIRO, G. S. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p. 21 - 39.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 11 - 29.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Sobre o legado de John Kenneth Galbraith*. Revista de Economia Política. v. 26, nº 4. São Paulo. Out./Dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000400009&script=sci_arttext)>. Acesso em 18 abr. 2012.

TEATINI, João Carlos. Educação a Distância: política pública essencial à educação brasileira. 2011. Disponível em: <[http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8\\_suplemento/introducao.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_suplemento/introducao.pdf)>. Acesso em 17 jul. 2012.

XAVIER, Antonio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 170 - 180.

\_\_\_\_\_. *Letramento Digital e Ensino*. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2012.